

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Leandro da Silva Cruz

ESPAÇOS PÚBLICOS E TURISTIFICAÇÃO: o caso da Praça Zumbi dos Palmares, em
Angra dos Reis, RJ.

JUIZ DE FORA

2026

Leandro da Silva Cruz

ESPAÇOS PÚBLICOS E TURISTIFICAÇÃO: o caso da Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis, RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas socioespaciais.

Orientador: Altair Sancho Pivoto dos Santos.

JUIZ DE FORA

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cruz, Leandro da Silva.

Espaços Públicos e Turistificação: : o caso da Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis, RJ. / Leandro da Silva Cruz. -- 2026. 177 f. : il.

Orientador: Altair Sancho Pivoto dos Santos

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2026.

1. Espaços Públicos. 2. Cotidiano. 3. Território e Territorialidades. 4. Turistificação. I. Santos, Altair Sancho Pivoto dos, orient. II. Título.

Leandro da Silva Cruz

ESPAÇOS PÚBLICOS E TURISTIFICAÇÃO: o caso da Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis, RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas socioespaciais.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos (Orientador)

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª. Dra. Eliane Melara

Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por toda sabedoria, proteção e saúde para que pudesse chegar a esse momento.

Aos meus pais, Rosi e Carlinhos, que sempre me motivaram, apoiaram e incentivaram a me dedicar aos estudos, principalmente, a minha mãe, que me acompanhou de perto durante o período do mestrado e por ser uma inspiração.

Ao meu irmão, Júnior, e minha cunhada, Carol, por todos os incentivos e conversas sobre o tema de estudo, assim como o desafio de cursar uma Pós-Graduação.

A minha afilhada, Anna Júlia, que com sua alegria contagiante conseguiu trazer mais leveza e tranquilidade para seguir em frente.

A minha companheira, Maria Clara, que se manteve sempre me incentivando, apoiando, ajudando e compreendendo os momentos difíceis. Forneceu um apoio incondicional e uma importância enorme para que eu chegasse até aqui.

Ao meu orientador, Altair Sancho Pivoto, por toda parceria construída ao longo da pesquisa, pelos ensinamentos e por toda a ajuda durante a pós-graduação. Aproveito para agradecer também aos professores Wagner Batella, Elaine Melara, Clarice Cassab, Guilherme Malta e Elias Lopes pelas valiosas contribuições ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos meus amigos da turma de Mestrado de 2024, os quais construímos grandes debates, diálogos e conversas ao longo do curso e das disciplinas. Aos meus amigos de longa data, Augusto, Adriano, Daniel, João Vitor, Liana, Luiza e Vitória, por sempre estarem disponíveis para trocar e discutir sobre Geografias, compartilhando contribuições muito generosas para essa pesquisa, assim como para a minha formação geográfica.

Aos meus camaradas, Nathan e Artur, que dividiram o mesmo teto comigo ao longo dessa etapa e conseguiram me transmitir apoio, segurança e incentivo. Além disso, também conseguiram tornar essa jornada mais leve.

Aos meus amigos de Angra que sempre demonstraram apoio e contentamento com a pesquisa de mestrado desenvolvida. Agradeço especialmente ao Rafael, Érik e João Vitor (Gilmar), bem como seus familiares, que me auxiliaram e facilitaram o processo para a realização das entrevistas.

Agradeço aos pescadores e feirantes que atuam na Praça Zumbi dos Palmares que gentilmente aceitaram participar das entrevistas em meio às suas jornadas de trabalho.

À PROPESCAR pela receptividade e disponibilidade em contribuir com as entrevistas, ajudar na pesquisa e indicar sugestões de entrevistados.

À Prefeitura Municipal de Angra dos Reis pelos dados compartilhados e pelo aceite em participar das entrevistas.

Por fim, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFJF pela oportunidade conferida e a formação de qualidade, e à própria UFJF, pelo financiamento da pesquisa através do programa de bolsas.

RESUMO

Esta dissertação analisa os impactos do processo de turistificação nos usos e nas formas de apropriação socioespacial da Praça Zumbi dos Palmares, localizada no centro de Angra dos Reis (RJ). Parte-se da compreensão do espaço público como uma arena de disputas, marcada por conflitos, heterogeneidades e relações de poder, na qual se expressam interesses distintos entre agentes públicos, privados e grupos sociais que vivenciam cotidianamente esse território. O estudo tem como objetivo geral compreender as implicações socioespaciais e as alterações nos processos de apropriação social decorrentes da turistificação da praça, com ênfase nos pescadores e feirantes historicamente vinculados ao local. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental, observação não participante e entrevistas semiestruturadas com diferentes agentes territoriais, cuja análise das informações coletadas foi orientada pela Análise de Conteúdo. A análise apoia-se em referenciais da Geografia Crítica, especialmente nos conceitos de espaço público, território, territorialidade e turistificação, considerando tanto a dimensão material quanto imaterial do espaço. Os resultados indicam que o processo de turistificação promoveu transformações significativas na forma, na função e nos significados do espaço público, gerando reconfigurações nos usos cotidianos e intensificando tensões e conflitos territoriais. Observa-se um enfraquecimento progressivo da atividade dos feirantes, associado à precarização das estruturas de trabalho e à remoção do antigo mercado municipal, enquanto os pescadores mantêm maior capacidade de permanência no território, ainda que enfrentem conflitos que ameaçam a continuidade da pesca artesanal. Paralelamente, a praça consolida-se como um território simbólico e político para manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras. Conclui-se que a turistificação da Praça Zumbi dos Palmares reorganiza o território de forma desigual, promovendo disputas entre apropriação e dominação, assim como os exercícios de territorialidades no espaço público. Nesse sentido, o trabalho contribui para discussões no campo da Geografia Urbana sobre o impacto do turismo no espaço urbano, as disputas cotidianas no espaço público e conflitos territoriais, reafirmando a importância de enfoques localizados e atentos as especificidades dos territórios.

Palavras-chave: Espaço Público; Território e Territorialidades; Turistificação; Cotidiano.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the impacts of the touristification process on the uses and forms of socio-spatial appropriation of Zumbi dos Palmares Square, located in the center of Angra dos Reis (RJ). It begins with an understanding of public space as an arena of disputes, marked by conflicts, heterogeneities, and power relations, in which distinct interests are expressed among public and private agents and social groups who experience this territory daily. The study's general objective is to understand the socio-spatial implications and alterations in the processes of social appropriation resulting from the touristification of the square, with an emphasis on the fishermen and market vendors historically linked to the location. Methodologically, this is a qualitative and exploratory research, based on bibliographic and documentary research, non-participant observation, and semi-structured interviews with different territorial agents. The analysis of the collected information was guided by Content Analysis. The analysis is based on the frameworks of Critical Geography, especially the concepts of public space, territory, territoriality, and touristification, considering both the material and immaterial dimensions of space. The results indicate that the process of touristification has promoted significant transformations in the form, function, and meanings of public space, generating reconfigurations in daily uses and intensifying territorial tensions and conflicts. A progressive weakening of the activity of market vendors is observed, associated with the precariousness of work structures and the removal of the old municipal market, while fishermen maintain a greater capacity to remain in the territory, even though they face conflicts that threaten the continuity of artisanal fishing. Simultaneously, the square consolidates itself as a symbolic and political territory for Afro-Brazilian cultural and religious manifestations. It is concluded that the touristification of Zumbi dos Palmares Square reorganizes the territory in an unequal way, promoting disputes between appropriation and domination, as well as the exercise of territoriality in public space. In this sense, the work contributes to discussions in the field of Urban Geography about the impact of tourism on urban space, the daily disputes in public space, and territorial conflicts, reaffirming the importance of localized approaches attentive to the specificities of the territories.

Keywords: Public Space; Territory and Territorialities; Touristification; Daily life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista do Centro de Angra dos Reis, revelando a característica do relevo da região.	69
Figura 2 - Vista aérea do Estaleiro Verolme e da planície da Jacuecanga em 1975.	75
Figura 3 - Planta Geral do Projeto Orla	89
Figura 4 - Vista da marina do Shopping Piratas	89
Figura 5 - Pescadores em frente ao Mercado do Peixe, em 1955.....	94
Figura 6 - Planta da zona urbana da cidade de Angra dos Reis no ano de 1917, revelando à esquerda o Largo do Mercado.	95
Figura 7 - Estrutura interna do Mercado do Peixe.....	96
Figura 8 - Fachada do Mercado Municipal, em 2004.	98
Figura 9 - - Casa Larangeiras e a antiga Praça Duque de Caxias, em 2004.	99
Figura 10 - Vista panorâmica da configuração atual da Praça Zumbi dos Palmares.....	107
Figura 11 - Bares e restaurantes localizados na Praça Zumbi dos Palmares.	108
Figura 12 - Oyster bar.....	109
Figura 13 - Fachada da Casa Larangeiras após revitalização.....	109
Figura 14 - Busto do Zumbi dos Palmares e a placa referente à lei conquistada pelo movimento negro.	111
Figura 15 - Movimento dos bares e restaurantes no período da noite.....	113
Figura 16 - Produtos comercializados na feira que ocorre na Praça Zumbi dos Palmares.....	124
Figura 17 - Configuração atual da Praça Zumbi dos Palmares, com o Mercado do Peixe ao fundo e a Casa Larangeiras à direita.....	125
Figura 18 - Folder de divulgação do Projeto Instrumental na Praça.	128
Figura 19 - Feira de artesanato na Praça Zumbi dos Palmares.....	128
Figura 20 - Projeto instrumental na praça e apresentação do grupo Regional Choro Caiçara.	130
Figura 21 - Exposição fotográfica dentro da Casa Larangeiras.....	131
Figura 22 - Folder de divulgação da Secretaria de Cultura e Patrimônio referente às celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra.	132
Figura 23 - Momento da lavagem do busto de Zumbi dos Palmares no Dia da Consciência Negra, em 2025.	133
Figura 24 - Folder de divulgação da festa de Iemanjá com atividades na Praça Zumbi dos Palmares.	134

Figura 25 - Folder de divulgação da festa da sardinha.	139
Figura 26 - Vista da Praça Zumbi dos Palmares em direção ao mar bloqueada pelo prédio do fórum ao fundo.	143
Figura 27 - Oyster Bar vazio enquanto outras atividades ocorrem na Praça Zumbi dos Palmares.	144

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização da Praça Zumbi dos Palmares.....	17
Mapa 2 - Localização do Município de Angra dos Reis, RJ.	69
Mapa 3 - Extensão da BR-101 e os Empreendimentos de Infraestrutura Nacional instalados entre as décadas de 1960-1980.	80
Mapa 4 - Áreas Turísticas do Estado do Rio de Janeiro.....	82
Mapa 5 – Localização do bairro Centro, em Angra dos Reis.....	101
Mapa 6 - Croqui da Praça Zumbi dos Palmares e a representação da área de atuação dos agentes territoriais.	145

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Relação dos Grupos em que foram divididos os participantes da pesquisa.	65
Tabela 2 - Caracterização dos pescadores e feirantes entrevistados.....	66
Tabela 3 - Capacidade de carga e categorização do turismo proposto pelo Projeto Turis.....	84
Quadro 1 - Síntese do diário de campo.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Água e Saneamento Básico.
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
CMUMA	Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.
CNAAA	Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional.
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
PMAR	Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PROPESCAR	Cooperativa dos Produtores da Pesca de Angra dos Reis.
SAPÊ	Sociedade Angrense de Proteção Ecológica.
SCET	Société Centrale Pour L'Equipement du Territoire.
SIG	Sistema de Informações Geográficas.
TEBIG	Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande
TURISANGRA	Fundação de Turismo de Angra dos Reis.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	15
2 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: entre a cidade, o espaço público e a turistificação.....	22
2.1 - O ESPAÇO COMO PRODUTO E PRODUTOR DAS RELAÇÕES SOCIAIS	23
2.2 - A CIDADE COMO OBRA E PRODUTO SOCIAL.....	29
2.3 - O ESPAÇO PÚBLICO NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS.....	34
2.4 - A TURISTIFICAÇÃO COMO FORMA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO....	39
3 - TERRITÓRIO, PODER E DISPUTAS NO COTIDIANO URBANO	44
3.1 - ESPAÇO E TERRITÓRIO: distinções e aproximações conceituais.....	44
3.2 – O TERRITÓRIO COMO RELAÇÃO DE PODER	47
3.3 - TERRITORIALIDADES, USOS E DISPUTAS.....	52
4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
5 - A FORMAÇÃO URBANA E A TURISTIFICAÇÃO DE ANGRA DOS REIS: uma apresentação contextual	67
5.1 - O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE ANGRA DOS REIS: antecedentes e o papel determinante dos projetos nacionais de infraestrutura	68
5.2 - A TURISTIFICAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO ANGRENSE	80
6 - A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES: território, usos e conflitos no contexto da turistificação.....	92
6.1 - A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES NA HISTÓRIA DE ANGRA DOS REIS.....	93
6.2 - A TURISTIFICAÇÃO DA PRAÇA: origens, motivações e intencionalidades.....	102
6.3 - A PRAÇA EM USO: cotidiano, territorialidades e conflitos	114
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
APÊNDICE A - ROTEIRO AGENTES MUNICIPAIS	159
APÊNDICE B - AGENTE DO TURISMO.....	162
APÊNDICE C - PESCADORES E/OU FEIRANTES.....	164
APÊNDICE D - PROPESCAR.....	166
APÊNDICE E – REPRESENTANTE DE RELIGIÃO AFRO-BRASILEIRA	168
ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA	170
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	176

1 – INTRODUÇÃO

O estudo acerca das cidades não é um campo novo para as ciências sociais e, muito menos, para a Geografia. Dentre a vasta bibliografia dessa temática, entende-se aqui a cidade como a obra de agentes históricos e sociais (Lefebvre, 2001), ou seja, representam a materialização das relações sociais de uma sociedade em determinado período histórico. Fato este que, com a sucessão de tempos, permite observar a sobreposição de diferentes momentos históricos na paisagem urbana, evidenciado através das rugosidades do espaço (Santos, 2017). Nesse sentido, o que melhor pode representar esse processo de materialização das cidades são os espaços públicos, pois é onde a vida cotidiana e política acontece; o palco da vida social e da construção da civilidade (Moranta; Torres, 2012).

Nas cidades contemporâneas, os espaços públicos são considerados como “um recorte físico, construído e significado pela participação e pela visibilidade de um público, que recorre a ele para manifestar os seus interesses e o respeito às diferenças” (Gois, 2018, p. 190). Os espaços públicos estão, assim, destinados à prática da cidadania e da vida cotidiana, conservando sua função social e política. Paulo Cesar da Costa Gomes (2018) traz em seu texto “Espaço Público, Espaços Públicos” considerações importantes para categorizar as análises dessas espacialidades, com a noção de que nas cidades contemporâneas o *status* de público de um espaço depende de como é concebido, usado e vivido, ou seja, não é público pela sua forma, mas sim pela sua função. Logo, uma praça não é um espaço público só por existir, mas pelas relações sociais que ali se constroem. Além disso, Gomes (2018) também reforça a concepção de que são espaços de conflitos e heterogeneidades, não devendo ser interpretados como um modelo ideal para obliteração de conflitos.

A ascensão do turismo no final do século XX impacta diretamente na organização das cidades, pois torna-se “uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas” (Coriolano, 2006, p. 368). Com isso, nota-se que o turismo, ora associado ao capital imobiliário, ora ao Estado, assume um papel de grande importância nas transformações da cidade, seja na formação de novos espaços ou na apropriação de seus símbolos, tudo isso espacializando contradições (Coriolano, 2006; Lopes Júnior, 2014). Esse processo é o que se conhece como turistificação, no qual um local é transformado em um local turístico através da inserção de novos equipamentos e atrativos ou, até mesmo, pela refuncionalização de antigos, alterando assim a dinâmica do local

(Leite, 2008). Assim sendo, os espaços públicos, enquanto os espaços vividos da cidade (Lefebvre, 2001), não escapam desse modelo de reprodução espacial urbano, estando sujeitos aos tensionamentos e disputas em torno do desenvolvimento do turismo, envolvendo questões sociais, econômicas, culturais e (i)materiais (Cruz, 2003).

Um grande exemplo de cidade diretamente afetada pelo desenvolvimento do turismo é Angra dos Reis, no sul do estado do Rio de Janeiro. Devido à influência do turismo atrelada a formação do seu território urbano, primeiramente com a associação ao capital imobiliário (Machado, 1995; Abreu, 2005), na construção de condomínios de segundas residências para um público de alta classe social; e posteriormente na construção de localidades destinadas a fornecer melhores infraestruturas para as atividades turísticas. Desse modo, o espaço urbano angréense é constantemente afetado pelo setor turístico, contrastando com as atividades industriais que já estavam estabelecidas ali, resultando em dois projetos de cidade distintos sobre o mesmo espaço.

Em vista disso, o interesse por parte do governo municipal na construção de localidades com infraestruturas que forneçam suporte às atividades do setor turístico tem como principal motivo: o entendimento de que o turismo pode trazer benefícios para as finanças municipais, fortalecendo o setor de serviços com a diversificação da oferta dos atrativos turísticos e do público de visitantes. No entanto, era necessário estimular uma mudança no comportamento dos visitantes, atraindo-os para o consumo da cidade de fato, contrariando os principais usos referentes à travessia para a Ilha Grande ou o isolamento nos segregados condomínios (Gois, 2020; Fonseca; Lopes Júnior, 2016). Assim sendo, o governo municipal da época (2000-2008) realizou alguns projetos de requalificação urbana na área central da cidade com o objetivo de “embelezar” e, principalmente, atrair os visitantes para o consumo dos espaços urbanos angréenses, principalmente, na região central. No bojo dessas intenções, temos a requalificação do entorno do Mercado do Peixe e abertura da Praça Zumbi dos Palmares, o nosso recorte espacial.

Localizada no centro da cidade, entre as ruas Arcebispo Santos e Historiador Alípio Mendes, a Praça Zumbi dos Palmares, ou Praça do Mercado, é um espaço público secular da cidade de Angra dos Reis. Mendes (2009) apresenta que essa área era um espaço de convivência e comércio, principalmente de pescados, desde o século XIX, época em que era conhecida como Largo da Banca. Com o crescimento de Angra ao longo do século XX, essa área é sujeita a diversas alterações, acompanhando as demandas do município, desde a instalação do Mercado do Peixe, com os aterros que afastam o mar, da construção do Mercado Municipal, até a

composição atual, fruto do projeto de turistificação, momento este que mais nos interessa nesta pesquisa.

Mapa 1- Localização da Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: PMAR, 2025. Org: o autor, 2026.

Com as obras concluídas em 2008, o projeto de turistificação removeu o antigo mercado municipal e parte da Casa Larangeiras para a construção de uma ampla praça, mantendo o tradicional Mercado do Peixe, abriu uma ampla praça e construindo um “*oyster bar*”, para receber um restaurante de frutos do mar. Assim, o projeto buscou reunir o conjunto arquitetônico dos prédios históricos e estabelecer um polo gastronômico para formalizar um atrativo turístico no centro da cidade.

No entanto, a realização de projetos intitulados como “revitalização urbana”, como este, tende a gerar mudanças nos exercícios de territorialidade dos grupos sociais que utilizam esse território cotidianamente (Haesbaert, 2004). Nesse caso, impactando nas atividades exercidas pelos pescadores do Mercado do Peixe e dos feirantes, que realizavam suas atividades no mercado demolido. Somado a isso, observa-se a apropriação desse espaço por outros grupos sociais e a ocorrência de novos usos destinados a eventos culturais, feiras e equipamentos de restauração, termo utilizado por Cruz (2003) para se referir a restaurantes, bares e outros

serviços relacionados. Não obstante, é preciso ressaltar que a pesquisa desempenhada lança um olhar de investigação sobre a apropriação do território que considera tanto a dimensão material, a forma, estruturas físicas e os estabelecimentos; quanto a dimensão imaterial, referente às normas, significados e modos de vida.

Sendo assim, a Praça Zumbi dos Palmares, constituída ao redor do Mercado do Peixe e ao lado da Casa Larangeiras, é um espaço público bastante acessado pela população residente e por alguns turistas, mas evidencia disputas e conflitos referentes ao uso do seu território, assim como sobre as estratégias adotadas pelo poder público municipal na sua elaboração. Portanto, é dentro desse contexto que emerge o problema de pesquisa: *como essa estratégia de planejamento urbano, com o objetivo de fomentar o setor turístico, impactou nos usos e nas formas de apropriação (i)materiais da Praça Zumbi dos Palmares?*

O interesse em torno da realização desta pesquisa se relaciona diretamente com a percepção do problema de pesquisa, pois entrelaça as experiências empíricas do autor enquanto cidadão angréense com as atividades desenvolvidas no âmbito da graduação em geografia. O primeiro olhar crítico sobre os espaços públicos se deu ao compor um projeto de iniciação científica referente à formação de espaços públicos destinados a práticas de cultura e lazer na Zona Norte de Juiz de Fora, Minas Gerais. Essa pesquisa apresentou novos rumos e para os estudos urbanos, nos quais outras práticas sociais, além da econômica, recebiam centralidade no debate, resultando na interpretação, não só do espaço urbano, mas da cidade por uma outra perspectiva.

Na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, o autor pesquisou como se deu o processo de urbanização de sua cidade natal, no caso, Angra dos Reis. Tornou-se um desafio interessante e instigante, pois o permitiu estabelecer conexões com as histórias que seus familiares contavam sobre os “tempos de antigamente” e o momento contemporâneo. Apesar de serem narrativas pessoais e subjetivas, essas histórias estavam profundamente espacializadas, mas em um espaço que não existia mais, pois fora profundamente modificado com o processo de urbanização e o desenrolar do tempo. Dessa maneira, esse trabalho serviu como uma porta de entrada e inspiração para essa pesquisa de mestrado, pois ao concluir surgiram mais dúvidas do que quando começara.

Desse modo, optou-se por proposta para ingressar no mestrado um projeto de pesquisa que relacionasse as transformações espaciais que o centro de Angra sofreu nas últimas décadas, as quais serão abordadas no capítulo 5, com a forma em que esses espaços públicos urbanos são apropriados cotidianamente. Além disso, outra motivação para esta pesquisa é a percepção de que poucos trabalhos sobre espaços públicos, ou direito à cidade, em Angra dos Reis são

direcionados aos espaços públicos acessados pela população residente, a grande maioria visa discutir essas questões relacionadas às praias. Veja, não diminui ou subjuga a relevância dessa problemática, mas trata-se de construir um estudo que retoma o olhar para dentro da cidade de Angra, não para o mar ou sua paisagem remetente ao paraíso tropical.

O interesse pelo tema de pesquisa reside em compreender as dinâmicas socioespaciais do centro de Angra, principalmente, nos espaços de uso cotidiano. Isso é fruto da relação estabelecida entre o pesquisador e o objeto, pela experiência enquanto morador de Angra em compreender esse espaço enquanto concebido, percebido e vivido. Ademais, reside no interesse de destrinchar os conflitos urbanos que, muitas vezes, passam despercebidos, silenciando práticas sociais, elementos culturais e significados.

Não obstante, o estudo apresenta também um posicionamento crítico sobre a forma como o desenvolvimento da cidade se dá, da forma em que o turismo se desenvolve, muitas das vezes, replicando modelos de produção do espaço urbano ancorados pelos interesses do capital. Nesse contexto, alguns questionamentos começam a surgir, motivando ao desdobramento para a construção da pesquisa, como: Como avaliar os impactos de projetos de requalificação urbana que, por vezes, se mostram desconectados das práticas cotidianas, dos modos de vida e da memória social que moldam os espaços públicos? E, de que maneira a lógica empresarial da gestão pública influencia, positiva ou negativamente, as condições de vida da população angrense?

Todos esses questionamentos perpassam as motivações e problemáticas, aqui, discutidas. Mesmo que não tenhamos a capacidade de responder todas as questões com um estudo, reconhecendo a própria limitação da pesquisa, espera-se, ao menos, aquecer o debate e trazer embasamento para algumas dessas discussões. Portanto, o presente estudo encontra sua justificação em promover uma análise socioespacial profunda da Praça Zumbi dos Palmares, para possibilitar a compreensão da atuação do turismo e como o espaço urbano angrense é produzindo de acordo com a sua lógica, revelando as disputas de poder que acompanham esse processo de turistificação. Junto a isso, o estudo emerge como um suporte às reivindicações e interesses dos grupos sociais menos favorecidos, ou seja, que são diretamente afetados pelos interesses hegemônicos, com menos mecanismos de poder nessa disputa territorial.

Diante disso, intencionando a viabilidade científica e à luz do que se entende como espaço público, o objetivo geral do presente trabalho consiste em *compreender as implicações socioespaciais e alterações nos processos de apropriação social decorrentes da turistificação na Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis (RJ)*. Assim sendo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar como se deu o processo de turistificação da praça no que tange as intencionalidades e interesses da esfera pública e dos agentes turísticos envolvidos nesse processo, bem como possíveis tensões e conflitos associados.
- Identificar e caracterizar os usos (i)materiais históricos e contemporâneos desse espaço.
- Compreender as influências do processo de turistificação da Praça Zumbi dos Palmares nos usos e nas formas de apropriação (i)materiais desse território por parte de pescadores e feirantes.

Desse modo, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental, observação não participante e entrevistas semiestruturadas com diferentes agentes territoriais envolvidos na Praça Zumbi dos Palmares. A metodologia estrutura-se em quatro etapas principais: (1) aprofundamento teórico e definição de parâmetros analíticos com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011); (2) identificação dos usos (i)materiais históricos da praça, com base em fontes documentais, entrevistas com pescadores e feirantes, e apoio da Cooperativa PROPESCAR; (3) investigação do processo de turistificação e das intencionalidades dos agentes públicos e privados envolvidos, por meio da análise de documentos institucionais e entrevistas com representantes da gestão municipal e do setor turístico; e (4) análise das implicações da revitalização urbana nos modos de vida dos sujeitos que vivem o território, considerando os conflitos e estratégias de resistência no campo das territorialidades. Por fim, cabe ressaltar que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFJF (CEP/UFJF), de acordo com CAAE 92093225.2.0000.5147.

Em vista disso, a seguinte dissertação se estrutura da seguinte forma: o capítulo 2 inicia a discussão teórico-metodológica da pesquisa, revelando o caminho percorrido pelo pesquisador e abordando conceitos importantes para a pesquisa, como o espaço, espaço público, urbanização, cidade, turismo e turistificação; no capítulo 3, também teórico, parte-se para a discussão do conceito chave da pesquisa, o território, abordando, também, a territorialidade; no capítulo 4 há o detalhamento dos procedimentos metodológicos, assim como das etapas realizadas na pesquisa; no capítulo 5 apresenta-se a primeira aproximação com o nosso objeto de estudo, porém consiste em uma explicação contextual referente ao processo histórico de urbanização de Angra dos Reis e como o turismo torna-se um elemento crucial para a transformação do espaço urbano angrense, um capítulo destinado àquele leitor que não conhece

o contexto local; no capítulo 6 é onde concentra-se a etapa analítica do estudo, ou seja, é nesse momento em que a Praça Zumbi dos Palmares é investigada a fundo, passando por seu histórico até os conflitos territoriais contemporâneos; por fim, no capítulo 7 são apresentadas as devidas considerações finais.

2 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: entre a cidade, o espaço público e a turistificação.

Para compreender a Praça Zumbi dos Palmares em suas dinâmicas sociais e os conflitos que atravessam a disputa por esse território entre os diferentes agentes sociais, é preciso uma base teórica que articule categorias fundamentais da Geografia com aporte das ciências humanas, reforçando a interdisciplinaridade da temática. Desse modo, neste capítulo pretendemos apresentar alguns conceitos norteadores da pesquisa, como o espaço público e a turistificação, além de trazer à tona as temáticas em que a discussão proposta se insere, como a urbanização e o turismo.

Para isso, primeiramente apresentaremos o conceito de espaço enquanto um produto-produtor das relações sociais, um espaço com conteúdo histórico-social. Para isso, temos Henri Lefebvre e Milton Santos como as principais referências para a compreensão desse conceito, abarcando, assim, a complexidade que tal discussão exige.

Em seguida, focaremos a discussão na cidade, esta entendida como forma-conteúdo do processo de urbanização, abarcando as contradições que a lógica capitalista impõe. Utilizaremos como principais referências autores como Henri Lefebvre, Maria Encarnação Sposito e Roberto Lobato Corrêa, construindo uma lógica de pensamento que propõe uma discussão crítica e engajada sobre o espaço urbano.

Na sequência, aprofundaremos um pouco mais as discussões sobre o espaço urbano, mas agora focado, em específico, no espaço urbano, aqui interpretado enquanto a arena de disputas da cidade, palco da vida social e cotidiana, bem como da vida política. É o lugar da publicidade, onde as contradições são expostas e os conflitos ganham notoriedade. Portanto, baseamos nossa abordagem na perspectiva apresentada por Paulo Cesar da Costa Gomes.

Por fim, encerramos esse capítulo com a discussão referente à turistificação e seu impacto na produção do espaço urbano, com o intuito de interpretar o movimento e implicações socioespaciais associados ao fenômeno turístico, reconhecendo aí os diferentes agentes produtores, interesses e debates comumente presenciados nos processos de configuração e reconfiguração do espaço urbano nesse contexto. Ademais, trouxemos o foco da discussão para como a lógica turística afeta diretamente os espaços públicos, reconhecendo estes como os principais experimentos de projetos urbanísticos, ou seja, projetos de revitalização urbana e, em alguns casos, também de turistificação.

Posto isso, apresentamos aqui um caminho de construção teórico-metodológico que constitui um movimento de aprofundamento nas temáticas em que esta pesquisa se insere,

objetivando, assim, representar a proximidade desses conceitos e categorias para a investigação da problemática anunciada.

2.1 - O ESPAÇO COMO PRODUTO E PRODUTOR DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Como ponto de partida para a construção teórico-metodológica dessa pesquisa, optou-se por apresentar os conceitos mais amplos e, ao decorrer do texto, aproximando dos mais concretos, denotando um movimento analítico sobre as temáticas tratadas. Por conta disso, entendemos o conceito de espaço como esse ponto de partida, ou seja, crucial para compreendermos, de forma concisa, as implicações socioespaciais resultantes da turistificação da Praça Zumbi dos Palmares.

Contemporaneamente, para muitos, o espaço é o conceito central da ciência geográfica ou, melhor dizendo, o seu respectivo objeto. Entretanto, isso não é um consenso ou algo acabado, pois é algo amplamente discutido por outros autores e pesquisadores da epistemologia geográfica, como Élvio Martins (2016), que aponta a sua preocupação em reduzir o objeto de toda a ciência geográfica a apenas um conceito, o espaço. Além disso, ao investigarmos a história do pensamento geográfico, nota-se que em outros períodos históricos o conceito de espaço não obtinha essa centralidade, como na geografia tradicional¹, onde o conceito de paisagem era quem recebia essa centralidade (Corrêa, 2001). Isso denota, que a epistemologia geográfica é algo amplamente debatido. Portanto, está em disputa e é um processo aberto, suscetível a transformações, apresentando variações ao longo do tempo e das alterações das dinâmicas sociais.

Entendido enquanto um período de renovação da Geografia, a corrente crítica, baseada no método materialista histórico e dialético (Corrêa, 2001), apresentou novas perspectivas de análise, capazes de interpretar os processos sociais como espaciais, postulando análises críticas da realidade, contrapondo a pretensa neutralidade presente nos estudos anteriores. Junto a isso, ocorre a retomada do conceito de espaço ao centro do debate epistemológico, mas entendido como espaço social, ativo/resultado na produção da sociedade, superando uma interpretação reducionista enquanto palco dessas ações. É justamente nesse sentido que essa pesquisa se desenvolverá, pois se entende que, com isso, será possível compreender a produção espacial da

¹ “O conjunto de correntes que caracterizou a geografia no período que se estende de 1870 aproximadamente, quando a geografia tornou-se uma disciplina institucionalizada nas universidades europeias, à década de 1950, quando verificou-se a denominada revolução teórico-quantitativa, é por nós identificado como geografia tradicional.” (Corrêa, 2001, p. 17).

Praça Zumbi dos Palmares, abrangendo também as relações de poder e resistências que acompanham esse processo.

Esclarecido onde se enquadra o método norteador da pesquisa, ou seja, no âmbito da Geografia Crítica, é preciso explicar a importância do conceito de espaço e sua definição. Dessa forma, não nos propomos a construir uma revisão histórica referente ao conceito de espaço ou sua noção, pois já existem estudos muito mais aprofundados². Pretende-se, então, revelar os principais elementos que esse conceito agrega para a pesquisa e a investigação proposta, além do caminho percorrido pelo autor.

Seguindo essa lógica, é um tanto óbvio dizer que aqui o espaço é entendido para além de sua visão cartesiana, do espaço como um receptáculo físico, um palco, um substrato das relações humanas. Neutro perante elas, esvaziado de significado e conteúdo. Essa noção não consegue satisfazer o que se pretende nesta pesquisa e não abrange a complexidade necessária para analisar as dinâmicas socioespaciais contemporâneas, um dos propósitos, aliás, da ciência geográfica.

Trazendo complexidade e profundidade ao estudo do espaço, Lefebvre (2006) traz ponderações elementares, com o reconhecimento do espaço social. O autor identifica que dentro da lógica capitalista o espaço também passa a ser um produto, a agregar valor, a ser consumido. Junto a isso, observa que o espaço também é condicionante dos meios de produção, referentes à sua disposição e movimentação. Nota-se que o espaço assume uma postura dual na lógica de produção capitalista, assumindo dois papéis simultaneamente. Portanto, o espaço se dialetiza em produto-produtor tanto de relações econômicas quanto sociais e culturais (Lefebvre, 2006).

Entender o espaço a partir desse par dialético, produto-produtor, nos permite agregar maiores complexidades a esse conceito. Primeiramente, se ele participa efetivamente das relações de produção, logo, será afetado diretamente pelo desenvolvimento desses meios de produção ou pelo desenvolvimento das técnicas, nos termos de Milton Santos (2017). Assim sendo, nota-se que se o espaço produz e é produzido por novos meios de produção e/ou relações de produção ele é transformado, ou seja, ele é modificado ao longo do tempo. Consequentemente, se há uma variação temporal, isso nos permite discutir uma história do espaço (Lefebvre, 2006).

Outro elemento chave que essa dialetização do espaço nos revela é o papel do espaço como ativo no processo de produção, ou seja, o espaço não é mais um palco passivo como

² Autores como Milton Santos (2017) e Henri Lefebvre (2006) apresentam estudos profundos e específicos a respeito do conceito de espaço, propondo, até mesmo, definições.

entendiam na visão cartesiana. Veja, se o espaço atua no processo de produção do capital, ou seja, da sociedade, ele também impacta nas relações sociais. E por assumir essa postura ativa, de ação, não há aqui a possibilidade de entender o espaço como neutro, pois ele está carregado de intencionalidades e significados.

Outro ponto importante que essa leitura dialética do espaço proporciona é o entendimento de que essa relação dialética também se dá no par espaço-sociedade. Dessa maneira, Lefebvre (2006) aponta que espaço e sociedade são distintos, mas interdependentes; logo, não há espaço sem sociedade e vice-versa. Por conta disso, o espaço é social. A compreensão dessa característica do espaço é fundamental para o estudo dos fenômenos sociais, principalmente, às suas dinâmicas espaciais, pois o espaço é um produto-produtor social.

Diante desses aspectos, Lefebvre (2006) apresenta uma tríade dialética da produção do espaço, que representa muito essa indissociabilidade espaço-sociedade, sendo o espaço percebido, concebido e vivido. Sendo assim, segundo Lefebvre, espaço percebido refere-se a dimensão apreensível do espaço, aquilo que os indivíduos conseguem perceber através dos sentidos, a visão, a audição, o tato, tudo o que possibilita o indivíduo estabelecer uma relação com as propriedades materiais do espaço. O espaço concebido trata-se de um espaço abstrato, racionalizado, projetado, é o espaço dos planejadores, seja a nível técnico ou não. Já o espaço vivido é o espaço do cotidiano, relacionado à experiência vivida do espaço. Além disso, Lefebvre enfatiza que o espaço vivido não pode ser totalmente apreendido, pois uma parcela de sua representação se destina a arte e somente ela pode transmitir essa porção de espaço, como reforça Schmid (2012).

Essa tríade dialética (percebido-concebido-vivido) da produção do espaço apresentada por Lefebvre (2006) é muito valiosa para analisar a produção do espaço urbano, pois possibilita a construção de uma perspectiva de análise do urbano com foco nos seus agentes produtores, ou melhor dizendo, nos processos associados à essa disputa. Corrêa (2004) aponta que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, sendo essa divisão articulada a expressão espacial dos processos sociais, ou seja, um reflexo social. Além disso, aponta que o espaço urbano é produzido por agentes sociais concretos, não sendo um processo aleatório. Dessa forma, nota-se que há uma lógica que direciona esse processo, ou seja, a lógica capitalista, a qual não deve ser desvinculada nos estudos urbanos.

Nesse sentido, reconhecendo o Estado, os proprietários fundiários, as grandes indústrias, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos como os agentes produtores do espaço urbano (Corrêa, 2004), é possível identificar as dinâmicas de dominação e apropriação expostas por Lefebvre (2006). Operacionalizando as categorias apresentadas, podemos investigar o

nosso objeto de estudo, a Praça Zumbi dos Palmares, a partir da seguinte perspectiva: enquanto espaço concebido, referente ao seu projeto e as decisões tomadas no seu planejamento; enquanto espaço percebido, pela perspectiva dos turistas, ou seja, a forma que esses indivíduos vão perceber esse espaço urbano, considerando suas impressões e sensações; e enquanto espaço vivido, pela ótica dos pescadores, feirantes e moradores, os quais vivem esse espaço cotidianamente, estabelecendo ali suas atividades de trabalho, lazer e socialização.

Além desse exemplo pontual, investigar a produção do espaço urbano pela perspectiva proposta, também, possibilita investigar processos em escalas maiores, seja abrangendo as dinâmicas intraurbana e/ou interurbana ou local-global. Tomemos como exemplo o caso do projeto Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro, no qual o Estado, juntamente a grandes empresários, propôs um projeto urbanístico para “revitalizar” a zona portuária carioca, tornando aquela área economicamente atrativa, fomentando também o turismo, e, também, uma área destinada à habitação. Entretanto, ao pôr o projeto em prática, os interesses do grande capital foram preponderantes, o que resultou num processo de gentrificação e segregação social com os moradores do Morro da Providência, localizado nas proximidades. Além disso, a promessa por novas moradias ficou apenas no campo do discurso, situação muito bem explorada por Santos e Elicher (2013) em seu artigo.

O exemplo acima demonstra bem como, mesmo em escalas e áreas maiores, é possível aplicar a análise de produção do espaço proposta por Lefebvre (2006). Onde o Estado e os empresários do ramo imobiliário discutem e propõe o projeto urbano do Porto Maravilha (espaço concebido); que tem toda a estrutura pretérita alterada, não considerando os usos desse espaço, os símbolos, os grupos sociais que de fato viviam (espaço vivido); e a discussão como esse espaço, agora transformado em território turístico, após um processo de turistificação, vai ser assimilado pelos visitantes, nacionais e internacionais, estabelecendo uma nova conexão e novos usos a esse “novo” espaço (espaço percebido).

Isso posto, Milton Santos, muito em influência das bases marxistas, busca construir um conceito de espaço dentro da epistemologia geográfica, um esforço de aprofundamento teórico conceitual, no qual propõe investigar uma ontologia do espaço. Santos (2004) aponta as dificuldades encontradas para conseguir definir o objeto da geografia e, principalmente, o conceito de espaço. Mesmo assim, afirma que “o espaço geográfico é também o espaço social” (Santos, 2004, p. 151). Portanto, mesmo antes de postular o conceito de espaço geográfico, a afirmação acima já demonstrava que o autor estava atravessado pelas contribuições de Lefebvre, mesmo que não tenha afirmado isso em algum momento.

Aprofundando [ou amadurecendo] esse exercício de conceituação, pode-se conceber o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2017, p. 63). Por conseguinte, o espaço se transforma e se dinamiza de acordo com as interações entre os sistemas de objetos e sistemas de ações, onde um condiciona o outro, ou seja, são indissociáveis (Santos, 2017).

Entende-se como objetos tudo aquilo que é transformado pelo trabalho e atividade humana, é a materialização da racionalidade e das ações da sociedade, mais a base físico-geográfica. O objeto pode ser tanto a materialização do trabalho como uma ponte, uma casa, um lápis, ou um elemento natural definido pela racionalidade humana, como uma árvore ou cachoeira. Veja, uma árvore só existe como um objeto a partir do momento em que ela é nomeada, logo, enquadrada em uma noção da imaginação do ser humano, apropriada pela racionalidade. Antes desse exercício de apreensão ela não existe enquanto um objeto, mas como coisa. Ademais, o que interessa aos geógrafos não são os objetos em si, mas o sistema de objetos, ou seja, sua utilidade atual, passada ou futura vem do uso combinado dos grupos que os criaram ou herdaram, podendo ter papéis funcionais e/ou simbólicos (Santos, 2017). Portanto, “o objeto é, primeiro, um dado, cujo exame permite, depois, a construção intelectual de sua realidade” (Santos, 2017, p. 73).

Já como ações, entende-se todo ato realizado para atingir determinado objetivo, ou seja, uma ideia posta em movimento. Assim sendo, a ação é própria do homem, pois só ele tem a capacidade de projetar, ou seja, o homem tem ação pela capacidade de lançar perspectivas futuras, objetivos, fins, a natureza não apresenta essa possibilidade (Santos, 2017). Além disso, as ações não são exclusivas do homem, ou melhor dizendo, do indivíduo, as ações podem ser realizadas por meio de instituições, como as empresas e o Estado, em suma, por outros agentes sociais.

Santos (2017) afirma que há três tipos de agir: o técnico, representando o agir requisitado pelas técnicas; o agir formal, constituído pelas normativas jurídicas e legais; e o agir simbólico, o qual não é regulado e representa formas afetivas, religiosas, todas as práticas que dependem das formas de significação. Dessa maneira, o agir técnico e o agir formal compreendem “as formas de ação chamadas “racionais”, enquanto o agir simbólico se confunde com as formas culturais de apropriação e utilização da técnica.

Definindo o que se trata o sistema de objetos e o sistema de ações, é necessário retomar a discussão para a sua principal característica, a sua indissociabilidade, pois, apesar de apresentados separadamente acima, esses sistemas devem ser vistos em conjunto, um atuando

sobre o outro. Para completar essa indissociabilidade, Santos (2017) insere um elemento crucial para uni-los, a intencionalidade. “Então, a intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território” (Santos, 2017, p. 94). Portanto, a ação se dá no espaço e o espaço da forma a essa ação, onde estes estão carregados de intencionalidades, o que nos impossibilita de considerar o espaço separado da sociedade ou falar sobre uma neutralidade do espaço.

Entretanto cabe ressaltar que não são todas as ações que se realizam efetivamente no espaço, pois há uma disputa pela realização das mesmas, ou seja, há uma disputa de forças pela produção do espaço (Santos, 2017). Devido a configuração do sistema capitalista, essa disputa se confirma de forma desigual, pois o comando das ações parte de estruturas diferentes e escalas diferentes. Massey (2000; 2008) relaciona esse processo com o que ela define como “geometrias de poder”, nas quais as relações sociais, e de poder, são divididas hierarquicamente, onde as estruturas sociais e de mobilidade priorizam a ordem hegemônica. Um exemplo é como o espaço produz formas de repressão a mulheres, indicando uma relação espacial distinta entre homens e mulheres, sendo, nesse caso, o gênero o fator para que ocorra essa assimetria de poder na produção do espaço.

Logo, os indivíduos produzem e são produzidos pelo espaço de forma desigual, evidenciando uma disputa pela apropriação desse espaço, incluindo o desenvolvimento de técnicas de resistência. Portanto, não são todas as possibilidades que são realizadas, pois existem disputas para que se concretizem, em decorrência das intencionalidades. Além disso, cabe ressaltar que essas disputas pela produção do espaço ocorrem em diferentes escalas no mundo globalizado, onde decisões globais têm poder decisório no local³ e vice-versa, resultando na constituição de outro par dialético global-local⁴ (Santos, 2017).

Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência. As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada um com o sistema mundo (Santos, 2017, p. 314).

³ Essa interação da globalização nos lugares também é analisada por Massey (2008), na qual relaciona essas interações às “Geometrias do Poder”.

⁴ Neste trabalho, utilizaremos a perspectiva territorial para se aprofundar nessas disputas de poder, entendendo, assim, o território como um recorte espacial formado pelas disputas de poder. Portanto, é compreender a produção social do espaço com a lente territorial. Essa discussão será aprofundada no capítulo 3.

Posto isso, entendemos o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, um espaço que é produto-produtor social, um espaço ativo, carregado de intencionalidades, e, claro, que necessita de uma base material para existir (Santos, 2004; 2017). A sua base material não deve, jamais, ser desconsiderada, pois o espaço consegue unir o simbólico e o material, dar significância às coisas, ou seja, apresenta tanto uma dimensão material quanto imaterial e, portanto, não deve ser reduzido a somente uma delas. “Em resumo, de um ponto de vista geográfico, o espaço é simultaneamente o substrato no qual são exercidas as práticas sociais, a condição necessária para que essas práticas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido” (Gomes, 2012, p. 21). Por conseguinte, o espaço, enfaticamente, é compreendido como ativo, histórico e político.

Compreendendo que o espaço é produto das relações sociais, reconhecemos que está em constante transformação, pois reflete as dinâmicas, contradições e as disputas entre os diferentes agentes envolvidos na sua produção. Aplicando essa perspectiva ao contexto urbano, nota-se que essas transformações ocorrem distribuídas de forma desigual, mas interligadas (Corrêa, 2004), refletindo diretamente na estrutura de organização espacial das cidades, revelando marcas das ações do presente junto às ações de tempos pretéritos. Assim sendo, o espaço urbano é produto da acumulação de diferentes momentos históricos sobrepostos, ou seja, um produto histórico-social, mas, também, por conflitos que se desenvolvem cotidianamente, reivindicando acessos, usos e permanências. Em vista disso, busca-se discutir, a seguir, a cidade como obra e produto social, destacando as disputas que atravessam sua produção cotidiana.

2.2 - A CIDADE COMO OBRA E PRODUTO SOCIAL

Feito as ponderações a respeito do conceito de espaço, entendendo-o como um produto-produtor das relações sociais, logo, deve ser compreendido enquanto ativo, político e histórico, pois acompanha as transformações da sociedade ao longo do tempo. Ao aplicarmos essa perspectiva ao urbano, com o objetivo de compreender a produção do espaço urbano, encontramos a cidade como a materialização do processo de urbanização sem, contudo, considerar a cidade como sinônimo de urbano como bem frisou Lefebvre (2001) e Castells (2011). Portanto, nessa seção buscaremos abordar a cidade junto das temáticas que estão indissociáveis a ela, no caso, o processo de urbanização.

Dentre as variadas formas de compreender a cidade e a urbanização, entende-se aqui a cidade como obra de agentes sociais e históricos (Lefebvre, 2001), ou seja, representam a materialização concreta das relações sociais, bem como suas transformações ao longo do tempo.

Pimentel e Castrogiovanni (2016) argumentam que a cidade é uma invenção da antiguidade, surgindo como centro de poder responsável pelo controle dos excedentes gerados no campo. Nesse modelo, o espaço rural permanecia como principal local de população e moradia da maioria da população, enquanto a cidade não participava diretamente da produção, oferecendo, em contrapartida, serviços religiosos, administrativos e militares. Com o acúmulo de excedentes e a constituição de exércitos por parte das elites urbanas, desenvolveu-se o mercado como uma nova dinâmica econômica. Nessa linha, Singer (2012, p. 11) enfatiza que a “a cidade não inventa o comércio, mas muda-lhe o caráter, transformando-o de mero escambo irregular de excedentes agrícolas em intercâmbio regular de bens de luxo, em geral manufaturados”. O autor destaca ainda que, com o advento do capitalismo e da industrialização, ocorre uma reconfiguração fundamental na relação entre cidade e campo. A partir desse momento, o investimento volta-se ao processo produtivo industrial, demandando aglomerações urbanas, mão de obra e mercados consumidores. Para que isso ocorra, torna-se essencial a existência de redes de mobilidade, que possibilitam o fluxo contínuo de pessoas, mercadorias e capitais. Assim, a cidade industrial passa a extrair do campo não apenas excedentes agrícolas, mas, sobretudo, o trabalho assalariado que sustenta sua lógica produtiva.

Desse modo, para Lefebvre (2001) ela é, ao mesmo tempo, obra e produto: obra, no sentido do espaço vivido, apropriado e transformado pelos sujeitos que usam e a habitam; e produto, por representar a materialização da urbanização, das lógicas hegemônicas de produção do espaço, sobretudo em prol da reprodução do capital. Essa dualidade (obra e produto) revela que a cidade é constantemente tensionada entre o valor de uso, vinculado às práticas não produtivas (a festa, o lazer), e o valor de troca, relacionado a lógica da produção capitalista (indústrias, comércio, o planejamento tecnocrata).

Diante disso, entendemos a urbanização enquanto um processo, lida enquanto um movimento, “um processo de longa duração, que se inicia com o aparecimento das primeiras cidades e que se revela a partir de diferentes modos de produção, sob diversas formas” (Sposito, 2004, p. 35). Ademais, também compreendemos que a urbanização sustenta e expressa uma divisão social do trabalho entre o campo e a cidade (Sposito, 2004). Somado a isso, Castells (2011) aponta que a cultura urbana representa o sistema cultural característico da sociedade industrial capitalista. Não obstante, Lefebvre (2001) nos revela que a urbanização é um processo diretamente associado à industrialização, pois é a partir da revolução industrial que o capitalismo se concentra nas transformações espaciais, trazendo a cidade para a centralidade desse sistema econômico, concentrando os meios de produção, os trabalhadores e o capital. Portanto, a dicotomia campo—cidade se expressa nessa relação, onde o sistema produtivo

capitalista retira o foco da produção do campo e traz para os centros urbanos, tornando as manufaturas as mercadorias como elementos centrais para obtenção do lucro e, conseqüentemente, o urbano se sobrepõe em relação ao rural. Segundo Pimentel e Castrogiovanni (2016, p. 83),

Ocorre, no dizer de Lefebvre (2002), uma ‘revolução urbana’. Há um processo no qual a urbe domina e absorve a produção agrícola, convertida em produção industrial e subordinada às lógicas e demandas urbanas. O campo, outrora sinônimo de autonomia alimentar e de um modo de vida próprio, passa a ter sua produção convertida em produção industrial. O aumento da eficiência requer a especialização e integração a uma rede, em que tanto os insumos para produção quanto o destino do que é produzido estão subordinados às lógicas e às demandas urbanas. Cria-se uma (inter)dependência solidária.

Nesse sentido, Castells (2011) revela em seu texto que esse paralelo campo—cidade é algo que se mantém, apesar das transformações estruturais (espaciais, culturais, sociais e econômicas) promovidas pelo processo de urbanização. Pois, a cidade por si só não se sustenta sozinha; são necessários os materiais produzidos no campo para o seu pleno funcionamento, seja como matéria prima ou como abastecimento. O que ocorre, na verdade, é a inversão dos papéis desempenhados por essas duas estruturas, pois a urbanização promoveu o deterioramento das estruturas rurais, levando o camponês a migrar para as cidades. Portanto, antes o rural se sobrepunha ao urbano e, após a industrialização, a lógica se inverteu, mas, mesmo assim, campo e cidade se mantém como um par dialético, onde um depende do outro para a sua efetiva realização.

Considerando a urbanização como processo e movimento de transformação, enquanto perspectiva conceitual, compreende-se a cidade pelo seu espaço—tempo e pela relação dialética entre rural—urbano. Logo, o vetor desse movimento é dado pelas mudanças na divisão social e territorial do trabalho (Sposito, 2004). Desse modo, a cidade expressa cada corte do tempo da urbanização, distribuídos segregadamente e articulados (Corrêa, 2004), e, simultaneamente, é condição para os desdobramentos desse movimento (Sposito, 2004). Em concordância a isso, Carlos (2007, p.11) ressalta que:

A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

O processo de urbanização produz o espaço urbano definindo as áreas da cidade de acordo com os usos econômicos e sociais. Assim, observamos na cidade áreas destinadas à produção industrial, ao comércio, às instituições de comando, à moradia, ao turismo, representando a especialização em dada atividade. Porém, essas áreas não são desconexas, elas estão em constante relação com as outras, por isso Corrêa (2004) afirma que o espaço urbano é fragmentado e articulado, sendo uma representação concreta da divisão territorial do trabalho.

Nesse sentido, quando determinada área passa a concentrar os usos, a oferta de serviços, recebendo um papel determinante para essa rede urbana, conseqüentemente, assume papéis hierárquicos maiores, emergindo, então, uma centralidade ou o próprio centro (Sposito, 2013). Ademais, devido ao dinamismo da reprodução social, o espaço urbano é também mutável, logo, podemos notar processos em que novas centralidades ofusquem as antigas, ocorrendo um esvaziamento dos antigos centros, ou a área da cidade conhecida como tal (Sposito, 2010; 2013), perdendo a pujança dentro da rede urbana.

Os pontos levantados acima merecem esse destaque, pois um dos objetivos dessa pesquisa é analisar as transformações do espaço urbano, a partir das mudanças nas formas, estruturas, funções e processos (Santos, 2017). Estas impactam diretamente nas formas de apropriação dos espaços urbanos pelos diferentes grupos sociais envolvidos na sua disputa, o que nos abre a possibilidade de investigação por uma perspectiva territorial, uma vez que há relações de poder envoltas sobre determinados recortes espaciais.

Reconhecer a indissociabilidade entre urbanização e cidade, permite situar a nossa perspectiva a um modelo espacial societal claramente definido e localizado em um recorte histórico. Ademais, compreender que a cidade é composta por sucessivos recortes do processo de urbanização sobrepostos ao longo do tempo, nos permite discutir uma história do espaço urbano e investigá-la através das *rugosidades* (Santos, 2017).

Assim sendo, esses são pontos chave para a realização de um dos exercícios realizados na elaboração dessa pesquisa, onde buscamos revisitar o processo de urbanização do espaço urbano de Angra dos Reis para compreender como se desenvolveram as dinâmicas e problemáticas do presente, ou seja, um movimento de investigar o passado para melhor compreender as problemáticas do presente. É a partir disso, que podemos identificar como o turismo assume um papel decisório nos projetos urbanos municipais, seja no âmbito do desenvolvimento econômico, na relevância dos agentes turísticos, nas condições ambientais, e nas conseqüências socioespaciais.

Isso demonstra que a produção do espaço urbano, tal qual a produção do espaço, não é um processo neutro. Pelo contrário, é um processo que envolve intencionalidades, desejos,

objetivos e preocupações diversas, a depender dos interesses de cada grupo social e o contexto envolvido. Dessa maneira, o planejamento urbano, muito conhecido como um instrumento técnico e racional, é, na verdade, um instrumento com alinhamento ideológico e político, que busca atender aos interesses de algum grupo, em sua maioria, dos grandes capitais. Remonta, o que fora apontado anteriormente, ao espaço concebido apresentado por Lefebvre (2006). Portanto, o planejamento urbano é a pasta que vai atuar na mediação dos interesses entre o Estado, do capital e da sociedade, para construir projetos de cidade e, assim, propondo medidas para organizar o espaço da cidade, de forma a promover o desenvolvimento e solucionar problemáticas urbanas (Vainer, 2000).

Em sua maioria, esse processo racionalizado e tecnocrático, com pouca crítica e participação popular, tende a conceber o espaço urbano direcionado aos interesses hegemônicos do capital, desconsiderando elementos como a história, a cultura, os signos e os grupos que vivem nesse espaço. Além disso, pouco se observa projetos urbanísticos direcionados às atividades não produtivas, ao convívio social, ao desenvolvimento da cultura, e a valorização dos usos pretéritos desse espaço (Costa, 2021).

Como grandes exemplos desses projetos urbanos, temos as famosas “revitalizações urbanas”, a qual o termo remete ao “processo de trazer ‘nova vida’ ou trazer ‘de novo’ dinâmicas perdidas” (Moura et al., 2006, p. 22). Já, Barreto (2013) aponta que os projetos de revitalização têm como objetivo promover novos usos, como comércio, lazer e turismo. Sendo assim, nota-se que esses projetos têm como objetivo retomar a animação de espaços urbanos, bem como estabelecer condições para o desenvolvimento de novos usos, principalmente, econômicos. Saindo do discurso do planejamento e aproximando da efetivação, Marques (2022) revela que os projetos de revitalização, em sua maioria, promovem a valorização de determinados espaços e/ou áreas da cidade, servindo mais como um instrumento para a valorização urbana do que, realmente, revitalização. Além disso, muitos desses projetos de revitalização são acompanhados por processos de gentrificação, onde a valorização urbana acaba por expulsar a população de baixa renda, restringindo, assim, o acesso a esses espaços e abrindo novas perspectivas para atuação do mercado imobiliário (Bataller e Botelho, 2012).

Em muitos casos, o turismo tem sido adotado como estratégia de desenvolvimento urbano, como é o caso de Angra dos Reis, ou do Porto Maravilha (Santos; Elicher, 2013) no Rio de Janeiro, onde essa lógica torna-se ainda mais evidente. Com isso, áreas estratégicas da cidade são transformadas, ou revitalizadas, a fim de promover novos usos econômicos e fomentar o mercado imobiliário, gerando novas possibilidades para esse segmento do mercado. Nesse sentido, ao tratarmos desses espaços transformados e ressignificados em função da

atividade turística, estamos nos referindo aos espaços que passaram por um processo de turistificação, responsável por formar as áreas turísticas.

Dessa forma, o processo de turistificação (Leite, 2008) não apenas redefine o uso de certos espaços, como também impõe novas narrativas urbanas, voltadas ao consumo do lugar, dos símbolos, apropriando-se de elementos materiais e imateriais desses territórios (Coriolano, 2006). A Praça Zumbi dos Palmares insere-se nesse contexto como um exemplo concreto: sua transformação está ligada não apenas à tentativa de "embelezamento" da cidade, mas à reestruturação simbólica e funcional do centro urbano para atrair novos fluxos turísticos e econômicos.

A produção do espaço urbano, e da cidade, mediada por interesses contraditórios, nos permite compreender o espaço urbano como arena de conflito e constante negociação. A cidade é heterogênea e cerceada por interesses e necessidades contraditórias, uma complexidade que estabelece um campo de forças em constante tensão, onde distintos projetos de cidade se sobrepõem e disputam entre si. Em vista disso, discute-se, a seguir, o espaço público como uma dessas arenas de disputas urbanas.

2.3 - O ESPAÇO PÚBLICO NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

As discussões sobre espaço público comumente remetem a origem desse tipo de espaço à sociedade grega, com o grande exemplo da *Ágora*. Nas cidades-estados gregas, as práticas sociais e políticas encontravam na *Ágora* a publicidade, eram expostas a um público, e, por conta disso, essa área passou a exercer uma centralidade política, resultando na disposição de equipamentos destinados ao exercício democrático e do bem público no seu entorno. Assim sendo, são apresentados como o local da política dentro da cidade, palco da vida cotidiana e social, onde ocorre a construção da civilidade (Moranta; Torres, 2012). Dessa forma, essa discussão abarca formas de aglomeração antes mesmo do processo de urbanização e o surgimento das cidades modernas, a qual nos interessa neste estudo.

Entretanto, a *Ágora* não é o melhor exemplo para revelar o que se entende por espaço público, até porque esses espaços têm por característica o uso democrático e a liberdade do acesso, algo que não ocorria na sociedade grega, pois somente os homens gregos eram considerados cidadãos, excluindo as mulheres e os escravizados. No entanto, esse exemplo traz pontos interessantes para iniciarmos essa discussão, sendo o reconhecimento de aspectos: o político e a publicidade.

Castro (2012) afirma que reconhecer o espaço como o espaço social é o ponto de virada para entender que o espaço apresenta, também, uma dimensão política. Essa dimensão política do espaço por vezes é associada ao espaço público, pois em outros campos do conhecimento, como a sociologia e a filosofia política, reconhecem esses espaços como fundamentais para o exercício político, principalmente, nas sociedades democráticas. Paulo Cesar da Costa Gomes (2018) aponta que essa discussão se inicia, principalmente, pelas obras de Habermas e Arendt⁵, nas quais discutem a formação de uma esfera pública, da publicidade, que é responsável por transformar a base material em que elas se realizam. Entretanto, o autor aponta que, apesar de considerarem as transformações físico temporais, esses estudos tomam a esfera pública e o espaço público separadamente, ou seja, essas transformações espaciais não estão no objetivo central desses estudos.

Desse modo, a discussão iniciada no campo da filosofia política carece de uma maior relação da esfera pública com o espaço físico. Gomes (2018) aponta que é papel da Geografia entender que esses dois elementos são indissociáveis, pois um não existe sem o outro. Esse apontamento reforça o papel ativo do espaço na reprodução das relações sociais, relações estas que se modificam ao longo do tempo. Fato este, que também nos permite discutir sobre uma história do espaço público, como apontam Moranta e Torres (2012).

Realizado esse ponto, outro questionamento deve ser levantado, como definir um espaço como público? Antes de responder essa pergunta, vamos demonstrar um raciocínio de discussão sobre alguns dos parâmetros amplamente utilizados para conferir o *status* de público a um espaço.

O primeiro e, talvez, o mais utilizado, frequente na noção de público, é a antítese ao privado, onde é reconhecido como público aquilo que não é privado. Essa noção está calcada em um importante elemento da sociedade, que é a norma do Estado e sua ação regulamentadora, a qual defende a propriedade privada. Dessa forma, o que não é privado é reconhecido como público, mas, como aponta Gomes (2012), isso não se trata de uma definição, mas somente de uma classificação.

A contraposição público e privado só confirma essa distinção no que se refere a quem detém a propriedade sobre aquela área, ou seja, se pertence a alguma entidade privada ou a uma entidade pública. O que nos leva a outra problematização, classificar como público somente os espaços que assim são reconhecidos juridicamente (Gomes, 2020). Gomes (2012), nos convida

⁵ Nesse momento, as obras que o autor se refere são “*Mudança Estrutural da Esfera Pública*”, de Jürgen Habermas (2014), e “*O que é política?*”, de Hannah Arendt (1998).

a inverter essa lógica institucional, ou seja, identificar que a existência desses espaços públicos deve preceder o texto da lei, este viria para regulamentar e garantir o devido reconhecimento a esses espaços.

A noção de público não é, pois, uma qualidade intrínseca a um espaço, mas sim uma construção social e política que resulta da combinação de vários factores, nomeadamente dos usos aí confinados; do sentido que é atribuído por um determinado grupo social; da acessibilidade; da tensão entre o estrangeiro/anónimo e o reconhecimento/reencontro; da dialéctica entre proximidade e distância física e social (Castro, 2002, p. 54).

Assim sendo, o que vai conferir o *status* de público a um espaço é a forma em que ele é usado, vivido e concebido (Gomes, 2018)⁶. Isso, por si só, justifica como a antítese entre público e privado não é suficiente para definir o que é um espaço público. Pois, se o espaço é definido como público devido a seus usos, às suas funcionalidades, é possível dizer que existem espaços de uso público, mas que não são reconhecidos juridicamente como tal e o contrário também aparece. A exemplo disso, trazendo para o contexto do município analisado, quantas praias de Angra dos Reis, reconhecidas como espaços públicos pelo Plano Diretor (PMAR, 1991), têm o acesso restrito, ou melhor, sua publicidade negada⁷? Diversas!

Somado a isso, cabe ressaltar que a forma do espaço por si só também não o define enquanto público. É bastante comum observar na literatura sobre o tema a definição de um espaço público somente pela sua forma, ou seja, uma praça, um largo ou uma rua, são tradicionalmente classificados como público pela sua forma. Porém, tal qual o conceito de espaço, “simplesmente a morfologia, extraída de todo contexto histórico e esvaziada da vida social que a anima, não é, nem de longe, um critério suficiente” (Gomes, 2020, p. 162).

Não se trata de conceber um tipo de espaço apenas por seu regime de propriedade que tem como registro formal a potência pública. Hospitais, casernas, escolas e todas as outras instituições do Estado são públicas por definição, mas ninguém está em princípio pensando nesse conjunto tão variado. Espaços públicos são aqueles logradouros frequentados voluntariamente por pessoas que, por certas condições específicas, são concebidas como um público (Gomes, 2020, p. 161).

Destacada as problemáticas em torno da definição dos espaços públicos, torna-se necessário apresentar quais elementos são essenciais para a sua definição. Para isso, Gomes

⁶ Essa maneira de entender o espaço público, exposta por Gomes (2018), é em decorrência direta da obra de Lefebvre (2006), na qual apresenta que o espaço deve ser compreendido pela triplicidade: percebido, concebido e vivido. “Espacialmente: prática do espaço - representação do espaço - espaços de representação” (Lefebvre, 2006, p. 68).

⁷ Para ver mais consultar Gois (2018).

(2012; 2018; 2020) afirma que para um espaço ser reconhecido como público é preciso apresentar um conjunto de pessoas como um público e a forma física que dá condição para que esse grupo se organize como tal. Seguindo essa alçada, o espaço público é entendido como “um recorte físico, construído e significado pela participação e pela visibilidade de um público, que recorre a ele para manifestar os seus interesses e o respeito às diferenças” (Gois, 2018, p. 190). Portanto, é justamente nessa relação dialética que se concentra o debate em torno do espaço público.

É nos espaços públicos que os indivíduos recorrem para manifestar a sua razão, suas opiniões, suas indagações, seus modos de vida; é nele também que se expressam e se apresentam ao outro, ou seja, é onde se manifesta o princípio da publicidade (Gomes, 2012). Por conta disso, o espaço público é o lugar do conflito, da diferença, onde os indivíduos são postos em contraposição ao outro de forma pública. É a partir disso, que podem surgir soluções e/ou compromissos e se intensificar os conflitos. Ainda assim, as diferenças são postas em debate e as possibilidades se abrem.

Ademais, é no espaço público que ocorre uma participação efetiva das normas, sejam a normas institucionais e/ou normas definidas pelos grupos sociais que vivem esse espaço. Não obstante, é onde “se estabelecem os princípios e as condições segundo as quais uma norma pode ser razoável e legítima para o conjunto das pessoas que gozam dessa qualidade pública.” (Gomes, 2012, p. 25). Portanto, o espaço público é o lugar onde o agir cotidiano e o agir institucional confluem por meio de um agir comunicacional (Gomes, 2012), ou seja, nos espaços públicos prevalecem as práticas comunicacionais (Santos, 2017).

Em suma, as manifestações da vida social nos espaços públicos são maneiras de ser nesses espaços, capazes, portanto, de unir uma dimensão física de copresença a uma dimensão mais abstrata de comunicação social. Por isso, nunca é demais insistir: o espaço público pode ser visto simultaneamente como um lugar material e imaterial (Gomes, 2012, p. 26-27).

Em consequência disso, nota-se que cada espaço público apresenta uma singularidade, a qual é regulada de acordo com o público que o utiliza e o vivencia e, também, da sua base material, que influencia diretamente nas dinâmicas da vida pública cotidiana. Dessa forma, “uma cidade pode ter muitas praças, muitas ruas, muitos parques, mas cada um deles é animado por uma vida urbana e social diferenciada” (Gomes, 2020, p. 162). Como prova disso, basta pensar a relação entre a história das cidades com os espaços públicos, onde as praças e ruas representam os lugares de grande sociabilidade da vida urbana (Gomes, 2007; Moranta; Torres, 2012).

Reconhecendo que cada espaço público possui uma singularidade, não é coerente tratar esses espaços como lugares ideais para a atenuação dos conflitos, uma concepção que reforça uma homogeneização desse espaço (Sobarzo, 2006). Segundo Gomes (2018), os estudos que indicam uma suposta “morte dos espaços públicos” são, equivocadamente, fruto dessa perspectiva. No que se refere ao espaço público, é preciso enfatizar que é o lugar de exercício da vida pública, de manifestações políticas, da representatividade das diferenças, do encontro e da sociabilidade. Pois é justamente através das contradições expostas pelo convívio cotidiano que o espaço público recebe a sua complexidade, assim como as possibilidades para a realização de uma análise profunda dessa formação socioespacial. Logo, o espaço público tem o conflito como uma condição inerente, representando a pluralidade de interesses em torno do seu uso (Gomes, 2018; 2020).

É justamente essa condição inerente do conflito, das disputas, que a análise dessa pesquisa se constrói. Pois essa característica também pode ser entendida como um campo de poder, abrindo espaço para a possibilidade de leitura desses espaços pela perspectiva territorial⁸. Assim sendo, o que nos interessa não é a forma da praça Zumbi dos Palmares que foi alterada, mas o que essas mudanças provocaram nos usos (i)materiais dos pescadores e feirantes naquele local. Se o planejamento desse espaço contou com a participação desses sujeitos, se suas reivindicações foram atendidas. Um processo de investigação que se concentra em observar os tensionamentos entre o poder público municipal e os feirantes, entre os proprietários dos novos restaurantes com os pescadores, essas disputas de poder que passam atreladas em outras relações sociais, econômicas ou culturais, como aponta Foucault (1988). Portanto, o que se propõe neste trabalho é analisar o espaço público pela perspectiva territorial, uma perspectiva que possibilita a análise geográfica dos conflitos identificados em torno da disputa pela apropriação social dessa praça, a partir de uma perspectiva (i)material.

Não obstante, Gomes (2012) aponta que os espaços públicos urbanos passam por uma complexa rede de valorização, fato este, que aliado às cidades contemporâneas, nota-se um interesse do setor turístico em se apropriar e tornar um produto de suas atividades (Coriolano, 2006; Lopes Júnior, 2014), como o caso do objeto deste estudo. Essa característica requer que cada espaço público deva ser analisado e investigado de acordo com as suas condições históricas e seu próprio contexto, o que abordaremos mais adiante no capítulo 5. Em vista do interesse do turismo sobre os espaços públicos e o processo de turistificação citado outrora,

⁸ No capítulo 3 apresentamos uma discussão mais aprofundada sobre o território e qual perspectiva territorial adotamos na construção dessa análise.

propomos discutir a seguir um pouco de como entendemos esse processo, assim como as problemáticas vinculadas à urbanização turística.

2.4 - A TURISTIFICAÇÃO COMO FORMA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Em decorrência da estreita relação entre o turismo e a produção do espaço urbano⁹ de Angra dos Reis, município classificado como um dos principais destinos indutores do turismo no Brasil¹⁰, se faz necessário discutir como essa função/vocação afeta a cidade e seus espaços públicos. Diante disso, pretendemos apresentar como o turismo, associado aos diferentes agentes urbanos, proporciona alterações na cidade, onde se espacializa contraditoriamente. Pois entendemos que, somente assim, é possível compreender os processos urbanos angrenses.

O turismo deve ser entendido como um fenômeno, pois ele é, ao mesmo tempo, uma atividade econômica e uma prática social, concepção que abarca sua complexidade e sua contradição (Santos; Elicher, 2013). Junto a isso, reconhecemos que para sua realização é necessário o deslocamento de pessoas e o consumo do espaço, logo, trata-se, essencialmente, de uma prática de consumo dos espaços, sendo este seu principal objeto de procura (Cruz, 2003). Sendo assim, reconhecida como “uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas” (Coriolano, 2006, p. 368). Portanto, entende-se aqui o turismo como uma prática social e econômica reprodutora (produz e consome) do espaço geográfico.

Não só o espaço geográfico, é possível afirmar que o turismo está diretamente relacionado ao urbano, pois é nesse meio que se identifica o surgimento dessa atividade. Além disso, “no espaço urbano, as questões referentes ao consumo do espaço pelo turismo são mais explícitas, devido à alta concentração dos elementos necessários para esta atividade, como a infraestrutura de suporte” (Lopes Júnior, 2014, p. 169).

Nesse sentido, turismo desponta como uma alternativa ao consumo do lazer, ou seja, fruto de uma sociedade que incorporou a mercantilização do tempo livre (Sotratti, 2011), por uma demanda criada nos grandes centros urbanos (Mascarenhas, 2004). Dessa forma, dentro da lógica capitalista, é preciso considerarmos que exista uma jornada de trabalho para que,

⁹ Essa relação será apresentada com mais profundidade no capítulo 5, o qual discutiremos o processo de urbanização de Angra dos Reis e como o turismo aparece como um importante elemento desse processo.

¹⁰ Classificado como município classe A no Mapa do Turismo Brasileiro, pela categorização dos municípios turísticos de 2019, elaborado pelo Ministério do Turismo.

assim, possamos reconhecer o tempo livre. Pois, como apontado por Lefebvre (2001, p. 179), o lazer está “subordinado exclusivamente à mais-valia, pelo viés da industrialização e da comercialização dos lazeres e dos espaços de lazer”.

Assim sendo, é necessário que alguém produza e trabalhe para que o outro tenha a possibilidade do lazer, logo, não é uma atividade destinada a todos os públicos, mas a que detém dinheiro e tempo livre para usufruir. Além disso, ao subordinar o lazer ao viés da industrialização, é possível nos localizarmos no processo de urbanização definido anteriormente, com um recorte histórico social bem definido. Contudo, o turismo aparece para suprir uma demanda criada nos grandes centros urbanos, onde é produzido o desejo de consumir o lazer, a proximidade com a natureza, outras culturas e o exótico (Mascarenhas, 2004). Portanto, para transformar o tempo livre em produto a ser consumido, atrelando a ideia do fazer turismo parte da cultura urbana (Sotratti, 2011).

Em termos de estratégia urbana, o turismo se encontra no bojo das discussões referentes ao desenvolvimento, frequentemente nos discursos mais empreendedores. Por ser considerado uma “indústria sem chaminés”, muitos gestores e investidores entendem essa atividade econômica com uma enorme capacidade de levar o desenvolvimento, principalmente, em regiões que tiveram uma industrialização tardia ou com baixa atividade industrial, como é o caso da região nordeste e norte (Cruz, 2018; Braga; Guzzi; Malta, 2023). Entretanto, cabe aqui ressaltar que, apesar de aparecer como uma alternativa interessante para áreas com poucas atividades econômicas, é preciso observar atentamente a elaboração desses projetos. Pois segue uma lógica hegemônica que comumente reproduz contradições, como toda atividade capitalista, apresentando pontos positivos e negativos. Logo, não deve ser tomado como um instrumento imediato e instantâneo para a redução da pobreza (Malta; Braga; Barbosa, 2019), mas, que a depender das formas de sua implementação, pode trazer retornos positivos às populações locais, como empregos com boas remunerações e melhores condições de infraestrutura.

Tomemos como exemplo disso a forma em que o turismo foi adotado como estratégia de desenvolvimento de centros urbanos do interior fluminense, onde “podemos facilmente observar que de Paraty a Mangaratiba, de Maricá a Macaé, verifica-se ao redor da metrópole um alinhamento de municípios costeiros com taxas de crescimento (econômico e demográfico) bem acima da média estadual, todos com forte uso turístico ou de segunda residência” (Mascarenhas, 2004, p. 6). Posteriormente, Nunes e Ribeiro (2020), assim como Góis (2020), revelam como essas cidades litorâneas fluminenses, Angra inclusa, apresentam relevância nacional e internacional no setor turístico, tendo essa a principal atividade econômica do município. Além disso, apresentam em seus estudos, que apesar do crescimento econômico e

da consolidação como grandes destinos turísticos, são municípios marcados por uma intensa segregação socioespacial, além de problemáticas relacionadas a subempregos, baixa remuneração e violência. Portanto, a situação apresentada nos revela que é preciso pensar nas formas em que o desenvolvimento pela atividade turística será orientado, pois o exemplo nos revela que o turismo contribuiu para o crescimento econômico dos municípios, mas calcado em uma acentuada concentração de renda.

É a partir da segunda metade do século XX, que o turismo desponta incisivamente como uma importante ferramenta de dinamização da economia no Brasil (Cruz, 2018). Aparecendo em estratégias de desenvolvimento de várias cidades, principalmente aquelas que apresentam algum potencial paisagístico, histórico ou litorâneo, como demonstrado no exemplo acima. Esse fenômeno é, na grande maioria dos casos, impulsionado por políticas públicas de desenvolvimento, como é o caso do PRODETUR e o Projeto TURIS, e da articulação entre as instituições do Estado com o capital privado. Sendo assim, nota-se a associação dos diferentes agentes produtores do urbano (Corrêa, 2004) vinculados à atividade turística, promovendo transformações significativas nas estruturas, funções e símbolos do espaço urbano, evidenciando um processo definido como urbanização turística (Lopes Junior, 2014).

Nesse contexto, emerge o conceito de turistificação, compreendido pelo processo pelo qual um determinado recorte espacial é transformado em produto turístico, não apenas pela inserção de novos equipamentos e serviços, mas também redefinição simbólica e funcional de sua paisagem e de seus usos (Sotratti, 2011). Em concordância, Leite (2008) afirma que a turistificação implica em transformações de ordem social, cultural, econômica, política, física e ambiental, que se manifestam tanto pela inserção de novos objetos, como meios de hospedagem, equipamentos de lazer, ócio e restauração, quanto pela apropriação de elementos já existentes, cujos significados são ressignificados ou adaptados. Esse processo também envolve a refuncionalização de áreas urbanas, atribuindo-lhes novos usos e moldando as estruturas previamente consolidadas.

Nessa perspectiva, mais do que mera valorização econômica, a turistificação atua como forma de produção do espaço urbano, atuando sobre aspectos materiais e imateriais. Esse processo tende a redefinir práticas e símbolos, produzindo um ambiente descontextualizado, controlado e voltado para atender às experiências dos visitantes, sobrepondo às vivências dos residentes (Lopes Júnior, 2014). Santos e Elicher (2013) destacam a importância de compreender que os territórios turísticos são formados pela confluência de existências entre visitantes e residentes, onde se estabelece um campo de poder pela disputa dos seus usos. Atrelado a isso, Cruz (2003) reconhece que os espaços públicos são diretamente afetados por

isso, incorporando estruturas, normas e dinâmicas voltadas às demandas turísticas (restaurantes, feiras gourmet, eventos culturais, atrativos turísticos), que alteram profundamente sua acessibilidade e formas de apropriação no cotidiano.

Não obstante, é preciso diferenciar a turistificação de outros processos urbanos como a gentrificação. Enquanto a segunda implica substituição populacional e revalorização fundiária direta, a primeira atua sobretudo na funcionalização simbólica e econômica do espaço, ainda que possa também resultar em deslocamentos indiretos de população ou atividades. Ou seja, queremos dizer que nem todo processo de turistificação é acompanhado de gentrificação, mesmo que exemplos disso sejam recorrentes no cenário nacional, como aponta Mascarenhas (2004). No entanto, reconhece que ambas são orientadas por uma racionalidade hegemônica que transforma o espaço urbano em mercadoria com forte apoio do Estado e suas instituições, por meio de projetos de revitalização e requalificação de áreas centrais.

No caso de Angra dos Reis, resumidamente, o turismo se articula desde a década de 1970 até as recentes transformações urbanas alavancadas pela associação de investimentos públicos e privados, objetivando à inserção do município em circuitos turísticos nacionais e internacionais. Como exemplo pontual desse processo, temos a Praça Zumbi dos Palmares, concebida por um projeto de “revitalização urbana” da área central da cidade, na tentativa de diversificar a oferta de atrativos turísticos e atrair novos públicos para o consumo dos espaços urbanos.

É justamente aí que a presente pesquisa se insere: compreender de que maneira o processo de turistificação pode ter afetado os usos sociais historicamente construídos nesse espaço público. Considerando transformações como a remoção do antigo Mercado Municipal, a instalação de restaurantes e a reformulação do espaço físico, busca-se analisar em que medida essas intervenções alteraram as dinâmicas sociais estabelecidas por feirantes, pescadores e moradores. Parte-se da hipótese de que há um tensionamento entre o projeto urbano concebido e as práticas cotidianas vividas no território, o que pode revelar disputas entre diferentes agentes sociais em torno da apropriação material e simbólica da praça.

Por conseguinte, compreender a turistificação como forma de produção do espaço urbano é crucial para analisar os efeitos dessas dinâmicas territoriais sobre os espaços públicos, seus exercícios de territorialidade e os conflitos que emergem em torno da permanência, visibilidade e legitimidade dos distintos grupos sociais que ali atuam. Atrelado a isso, permite reconhecer que os espaços públicos urbanos são marcados por conflitos, assimetrias, estratégias de dominação e resistência, o que nos permite aprofundar a análise pela perspectiva do território. Para tanto, o capítulo seguinte se dedicará a discutir os conceitos de território,

territorialidade e cotidiano como chaves analíticas para a compreensão das relações de poder que se expressam nos usos e apropriações da Praça Zumbi dos Palmares.

3 - TERRITÓRIO, PODER E DISPUTAS NO COTIDIANO URBANO

A compreensão da turistificação como uma forma de produção do espaço urbano, apresentada no capítulo anterior, evidencia que as transformações socioespaciais não ocorrem de forma neutra, mas que, em geral, são alinhadas à lógica de (re)produção do capital. Por outro lado, resulta também na reação dos grupos sociais desfavorecidos, os quais buscam estratégias de resistência sobre essa ordem que se pretende hegemônica. Assim sendo, a produção do espaço urbano expressa relações de poder que se materializam de forma seletiva e desigual, em decorrência das disputas desencadeadas ao longo do processo.

Diante disso, espaços públicos turistificados, como a Praça Zumbi dos Palmares, tornam-se muitas vezes palcos de disputas e conflitos, revelando-se como territórios tensionados por diferentes grupos sociais e suas estratégias de uso, dominação e apropriação, com o intuito de garantir a manutenção e/ou inaugurar seus respectivos exercícios de territorialidade. Nesse sentido, a fim de aprofundar a investigação proposta, é preciso deslocar o foco do conceito de espaço para a categoria geográfica do território, pois buscamos compreender não somente as dinâmicas formais da produção espacial, mas, principalmente, as relações de poder que constituem, organizam e disputam os recortes concretos do espaço urbano.

Para isso, esse capítulo surge com o objetivo de revelar como se constitui a perspectiva territorial norteadora da pesquisa, ou seja, a forma em que poderemos apreender as relações de poder expressas na Praça Zumbi dos Palmares pela ótica da Geografia. Desse modo, pretendemos introduzir a discussão apresentando onde reside a distinção conceitual entre espaço e território, no intuito de evitar possíveis confusões conceituais; posteriormente, abordar o território como recortes espaciais delimitados por relações de poder, apresentando as possibilidades que essa perspectiva traz ao estudo; por fim, apresentar uma discussão sobre a territorialidade como uma ferramenta analítica importante para identificar os usos, sentidos, significados e conflitos que se manifestam no cotidiano da vida urbana angrense.

3.1 - ESPAÇO E TERRITÓRIO: distinções e aproximações conceituais.

Embora espaço e território sejam conceitos intimamente relacionados, é necessário não os tomar como sinônimos, como ocorre em diversos trabalhos. A nossa intenção para tal esclarecimento, é em decorrência das possíveis confusões atreladas às utilizações dos dois conceitos ao considerarmos o espaço social em ambos, ou melhor dizendo, quando

compreendemos que o espaço não é um palco neutro e que o território não é apenas um substrato material, mas que ambos são frutos de uma construção social.

Diante disso, Raffestin (1993) propõe uma diferenciação, não os reconhecendo como equivalentes, mas entendendo que o espaço é condição primeira ao território. Assim, visto como uma espécie de matéria prima para que, por meio dos processos de apropriação e do trabalho, o homem possa transformar o espaço em território. Desenvolvendo esse raciocínio, Raffestin (1993, p. 144) aponta que “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

Apesar de distinguir espaço e território, não os encarando como sinônimos, a concepção de espaço apresenta por Raffestin (1993), mesmo que baseada na obra de Lefebvre (2006), não revela a relação dialética do espaço enquanto um produto-produtor social, ou seja, dessa indissociabilidade com a sociedade, numa tendência de considerá-lo como palco das relações sociais.

Ao afirmar que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço; é uma produção, a partir do espaço” (1993, p. 144), Raffestin acaba se confundindo na própria alusão que faz a Lefebvre, como se este também partilhasse dessa “passagem” do espaço ao território. Ao contrário, para Lefebvre (1986)¹¹ o espaço também - e sobretudo - é produzido socialmente, não se tratando em hipótese alguma de um “a priori” (uma espécie de “primeira natureza”) sobre o qual reproduzimos o nosso trabalho e exercemos poder. O território, tal como fica implícito em certas passagens do autor, privilegiaria a dimensão política (sobretudo a estatal) desse espaço socialmente produzido (Haesbaert, 2009, p. 104).

Assim sendo, não adotamos aqui uma perspectiva que visa separar espaço e território, até porque concordamos com Souza (2001; 2013) que não existe o território sem o espaço. A fragilidade na proposta de Raffestin (1993) parece estar no fato de não considerar o espaço como uma produção social, diferenciando pouco da concepção de espaço como substrato. Desse modo, entendemos o espaço com maior amplitude e complexidade onde se dão as relações sociais, sendo, simultaneamente, simbólico e material, produzido e produtor dessas relações. Já, o território “é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2001, p. 78), envolvendo tanto uma dimensão material quanto simbólica (Haesbaert, 2004). Dessa forma, o território se define a partir de uma abordagem sobre o espaço

¹¹ Aqui, Haesbaert (2009) faz referência ao livro “A produção do Espaço” (*La Production de l'Espace*) de Henri Lefebvre em sua versão em francês, publicada em 1986 (1974). Entretanto, para elaboração deste trabalho utilizamos a versão do mesmo livro traduzida em português pela Doralice Barros e Sérgio Martins, publicada em 2006, por isso essa diferenciação de datas sobre a mesma referência.

que prioriza a dimensão política ou que envolve a manifestação/realização das relações de poder (Haesbaert, 2009).

A relação entre poder e território é chave para o próprio conceito, além de permitir evitar encarar o espaço geográfico como sinônimo de território usado, conforme aponta Milton Santos (2004; 2005; 2017). Essa afirmação proposta pelo autor também acompanha a perspectiva de espaço social, compreendendo o espaço dentro da dialética produto-produtor, demonstrado no capítulo 2.1. No entanto, em decorrência de sua perspectiva materialista dialética, de forte embasamento econômico, o autor entende que os usos do território representam o espaço geográfico.

Veja, na obra miltoniana o que aparece como interesse de estudo, o que deve ser investigado, não é o território em si, mas os seus usos. “O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, [...] mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (Santos; Silveira, 2006, p. 21). Junto a isso, entende que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 2005, p. 235).

Diante disso, nota-se que Milton Santos tenta construir o território mais como uma categoria de interpretação da sociedade, uma ferramenta operacionalizada, do que como um conceito em si. Assim, hipotetiza-se, que esse caminho percorrido pelo autor apresenta uma certa dificuldade de se dissociar do conceito de espaço geográfico, levando-o a considerar o território, quando apropriado pelo uso, sinônimo de espaço geográfico (Santos; Silveira, 2006). No entanto, ao compreendermos o espaço, tanto por Lefebvre (2006), quanto pelo próprio Milton Santos (2004; 2017), nos aparenta que corresponde a uma complexidade muito maior que o território, abarcando muito mais dimensões do que a política e a materialização das relações de poder.

Nesse sentido, entendemos que todo território é também espaço, mas que nem todo o espaço é território, sendo o espaço uma dimensão muito mais abrangente. O território emerge a partir de processos de territorialização, isto é, quando há disputa, controle, delimitação, ou seja, estratégias de dominação e apropriação (Haesbaert, 2004). Em conjunto, Saquet (2007) revela que o território é apropriação do espaço mediado pelo poder associado às dimensões espaciais: economia, política e cultura. Portanto, o território, tal qual o espaço, não é um dado fixo, mas uma construção social, política e cultural constantemente negociada, disputada e reconfigurada.

Realizar essa distinção entre espaço e território é importante para o seguimento do trabalho e para melhor analisar os efeitos da turistificação sobre os espaços públicos urbanos

de um modo geral. Pois, enquanto o espaço pode ser concebido, planejado e projetado sob determinadas lógicas (como a valorização turística), o território evidencia quem o ocupa, quem detém o controle, como se dão as disputas, bem como as estratégias assumidas pelos diferentes agentes territoriais envolvidos. No caso da Praça Zumbi dos Palmares, a relação entre o poder público e os grupos de feirantes e pescadores, diante da remoção do antigo mercado municipal, levanta questões sobre como esses sujeitos buscam preservar ou ressignificar seus usos tradicionais nesse território. A pesquisa propõe-se a examinar se, e de que maneira, tais dinâmicas podem ser interpretadas como expressões de um processo de territorialização em curso, no qual os conflitos se manifestam tanto na organização material do espaço quanto nas práticas cotidianas ali desenvolvidas.

3.2 – O TERRITÓRIO COMO RELAÇÃO DE PODER

Nessa seção, buscaremos trazer algumas noções importantes para a compreensão dos conceitos de território e poder, bem como os aportes conceituais que orientaram esta pesquisa, de modo a auxiliar nos esforços de interpretação crítica da realidade em estudo.

Importante destacar que não há a pretensão de realizar uma extensa revisão aprofundada e detalhada do conceito de território, muito menos apresentar uma discussão sobre as transformações¹² que se sucederam ao longo da história, no âmbito das diferentes correntes do pensamento geográfico. Além disso, como território é um conceito tradicional da Geografia, diversos autores destinaram seus esforços em discutir as diferentes abordagens e perspectivas dessa categoria, como por exemplo, Raffestin (1993), Haesbaert (2004; 2007) e Saquet (2007).

Importante ter a concepção de que, como qualquer conceito, o território é elaborado com a finalidade de responder aos processos e problemáticas de seu tempo, sendo diretamente impactado pelo contexto histórico-social em qual está inserido (Deleuze e Guattari, 1992)¹³. Dessa maneira, Santos (2016) afirma que mudanças significativas na sociedade são capazes de transformar as relações socioespaciais e as forças de territorialização, o que permite a alteração

¹² Perspectiva deleuziana.

¹³ “O conceito só é claramente distinguível do “real-empírico” numa visão tradicional. Mais que uma “re-apresentação” reconhecadora/diferenciadora do “real”, o conceito é um instrumento, uma “medi-ação” (no sentido concomitante de “meio-ação”) a que recorreremos para sua compreensão, mas que, de forma alguma, se restringe a este caráter “mediador” ou de “meio”. Na verdade, não se trata de separar nitidamente “conceito” e “realidade”, mas de fazer uma leitura do conceito como, ele próprio, ao mesmo tempo, também, “realidade”. O conceito sempre, também, acaba por participar do “real”, é imanente a ele, diria Deleuze. E grifamos “também” pois não se trata de excluir completamente a visão do conceito como instrumento de conhecimento do “já-dado” (radicalizada na abordagem idealista do conceito como a priori, “precedendo” e/ou “impondo-se” sobre a realidade). Queremos, igualmente, é enfatizar sua condição de implicação no “devir” histórico” (Haesbaert, 2009, p. 97).

da concepção e dos enfoques do conceito de território. Portanto, essa concepção nos permite compreender que o conceito de território é transformado ao longo das mudanças da sociedade sem desvalorizar as contribuições anteriores.

Retomando a conceituação de território proposta por Ratzel, no qual relaciona o solo com território, entendendo esse como condição fundamental para a vida, como fonte de recursos para a produção e para a própria sobrevivência. Assim sendo, “a sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, deseja sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive” (Moraes, 1990, p. 76). Dessa maneira, quando essa sociedade estreita seus laços e traça estratégias para manter o controle e a posse do solo, ela transforma-se em Estado (Moraes, 1990). Portanto, “a sociedade é o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo” (Ratzel, 2011, p. 98).

Nessa perspectiva, o Estado não pode ser concebido sem o solo, sem sua base material, ou seja, “é no elo indissociável entre uma dimensão natural, física, e uma dimensão política (que aqui se confunde com estatal) do espaço que o território se define” (Haesbaert, 2004, p. 66). Somado a isso, o território do Estado representa a sua vitalidade, pois representa a extensão do seu domínio e fornece os seus recursos. Logo, Ratzel (2011) entende que quanto maior e mais controlado for o território mais força e vitalidade o Estado recebe, por isso relaciona a expansão territorial como uma estratégia de desenvolvimento. Desse modo, o território é entendido como a área que o Estado exerce seu domínio e retira seus recursos, ou seja, é a base material do Estado, passando a existir somente quando submetido a suas forças de dominação.

Retomar a essa concepção de território de Ratzel nos é interessante, pois, apesar de estar estritamente relacionada ao estado-nação e desconsiderar o espaço social, é ela que reconhece o Estado como figura central na dinâmica constituinte dos territórios. Com isso em mente, podemos observar de forma mais clara como o Estado, em suas diferentes escalas de atuação (federal, estadual e municipal), exerce papel central nas configurações do território em Angra dos Reis para fins de turistificação. Além disso, pode nos auxiliar a identificar a preponderância do respaldo jurídico para o reconhecimento dos territórios, o que pode estabelecer uma disputa assimétrica de forças entre o Estado e os demais agentes territoriais.

O reconhecimento dessa figura hegemônica do Estado sobre os territórios sugere adentrar a discussão na dimensão do poder. Esta concepção unidimensional, que reconhece o Estado como única fonte de poder, configura, na perspectiva foucaultiana, o Poder, com letra maiúscula, um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado (Raffestin, 1993; Santos, 2016). O interessante é que esse Poder relacionado ao Estado demonstra força e acaba por esconder outras formas de poder, os quais

estão relacionados às forças de resistência e transformação, em confronto a esse Poder totalizante.

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder” (Raffestin, 1993, p. 52).

Nesse sentido, baseado em Foucault, Raffestin (1993) apresenta que o poder não pode ser possuído, estando sempre em relação ao outro, ou seja, ele não se adquire, ele é exercido. Ademais, qualquer relação social é ponto para o surgimento do poder, fundamentando a sua multidimensionalidade, expressa em diferentes agentes sociais atuantes num dado território. Tal interpretação refuta, portanto, uma concepção unidimensional de poder.

Foucault (1988) aponta que o poder não se estabelece apenas de forma coercitiva ou por meio da violência, mas que está atrelado às relações sociais, econômicas, políticas e culturais, impactando diretamente nos usos e comportamentos. Sendo assim, o poder corresponde a “relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, universidades, igreja, o lugar de trabalho” (Saquet, 2007, p. 32). Portanto, essa disputa entre forças presentes nas relações de poder, esse caráter relacional é o que possibilita a constituição de um campo de poder, onde essas relações sociais desiguais são representadas e confrontadas e, por conta disso, emergem estratégias de resistência dos grupos desfavorecidos (Haesbaert, 2007), bem como estratégias de contornamento territorial (Haesbaert, 2014).

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: campo de poder. (...) O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (Raffestin, 1993, p. 53).

Compreende-se o poder como uma relação social que se manifesta de forma difusa, sendo constitutiva de um campo de disputas entre os diferentes agentes territoriais. Dessa forma, o poder não se restringe à dimensão política do Estado, mas está presente nas ações de todos os sujeitos envolvidos nos processos de apropriação e controle dos territórios. Tomamos como exemplo a luta histórica travada entre as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas com o Estado e os empresários do turismo nos municípios perpassados pela rodovia Rio-Santos,

tanto no sul fluminense quanto no norte paulista. É possível reconhecer nesse caso, estratégias normativas e, também, de resistência para a garantia de territórios e modos de vida tradicionais, em contraponto à exploração por agentes imobiliários, que visam transformar esses territórios em territórios turísticos. Configura-se aí um campo de poder envolto de disputas em variadas escalas e esferas do poder, revelando processos assimétricos e desiguais de poder.

No caso de disputas territoriais envolvendo comunidades tradicionais, é igualmente necessário considerar a existência de um poder simbólico, cuja atuação é fundamental na delimitação e, em alguns casos, na legitimação de seus territórios. O poder simbólico nesse caso é referente a “uma visão de mundo traduzida em estratégias de identificação e símbolos que desempenham a função de produzir, mental e objetivamente, a percepção, o reconhecimento e o consenso sob uma dada realidade, representada por essa visão de mundo” (Santos, 2016, p. 82). Assim sendo, os territórios além de uma dimensão política apresentam uma dimensão simbólica, as quais devem ser observadas em conjunto, ao adotarmos uma concepção relacional de poder.

O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e “objetificado”. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico (Haesbaert, 2004, p. 93).

“Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço” (Souza, 2013, p. 97-98). Portanto, “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, 2004, p. 79).

Nesta perspectiva, o território é visto imerso nas relações de poder, representando tanto a sua materialização, quanto relações sociais-históricas de natureza mais simbólico-cultural. Dessa forma, podemos afirmar que o território é relacional por estar sempre inserido dentro de um contexto de relações histórico sociais e, também, por incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material (Haesbaert, 2004). Por conseguinte, Souza (2001; 2013) enfatiza a importância de não se esquecer da base material do território, pois as relações sociais não se dão em nada ou no vácuo, elas necessitam de uma base material para que ocorram e, portanto, não há território sem espaço.

Reconhecer o território pela perspectiva relacional nos permite compreender que os conflitos urbanos não se limitam a confrontos físicos ou legais, mas se manifestam também nas disputas por usos e significados. Além disso, nos possibilita lançar análise das outras formas de poder, as quais o poder esconde durante sua realização, trazendo visibilidade para o papel dos feirantes, pescadores e residentes na configuração do território em estudo. Junto a isso, permite compreender a dinâmica do território a partir de uma outra perspectiva, que não somente a do Estado e do capital, reconhecendo assim os usos históricos, os significados, ou seja, qual a relevância desse espaço público, enquanto território, na constituição da identidade desses grupos. O território, portanto, se configura como uma arena de disputas, de negociações cotidianas, onde as relações assimétricas de poder se expressam materialmente e imaterialmente, ou seja, aparecem tanto nos elementos físicos quanto simbólicos.

Além disso, Haesbaert (2004; 2009) enfatiza que não é possível conceber territórios puramente funcionais, nem territórios puramente simbólicos, pois em algum grau, por menor que seja, estará contida uma parcela da dimensão contrária. Por mais funcional que seja, há uma carga simbólica no território, por algum grupo ou sujeito que ali estabeleceu suas relações (i)materiais, e por mais simbólico que seja, há sempre alguma referência material. Assim, essa característica revela a indissociabilidade entre essas dimensões, que apesar de tomadas separadas ao decorrer do texto, na realidade elas não se desassociam. Contudo, entende-se que todo território se define pela conjugação de processos mais concreto-funcionais e simbólicos-identitários, ou seja, sempre contém em seu espaço essas duas dimensões (Haesbaert, 2004; 2007; 2009).

Nos processos funcionais predominam os processos de dominação, caracterizada pela transformação prática e técnica sobre a natureza. Já nos processos simbólicos evidencia os processos de apropriação, referente a forma que um grupo se apropria do espaço natural modificado pelas técnicas. Com isso, é possível observar lógicas que envolvem tanto relações de dominação (como a posse e a propriedade), que remetem a uma lógica mais prática e funcional, quanto relações de apropriação, que dizem respeito aos aspectos simbólicos e às experiências vividas no espaço. Portanto, é crucial para entender o território a utilização do par dialético, proposto por Lefebvre (2006), dominação-apropriação do espaço.

Dessa maneira, o que nos interessa ao estudar o território são as múltiplas relações de poder em um dado recorte espacial, ou seja, são as múltiplas relações de poder, entre os diferentes agentes territoriais, pela disputa da apropriação do território. Logo, compreender a Praça Zumbi dos Palmares como território é reconhecer que as transformações urbanas, no caso o processo de turistificação, afetam diretamente os modos de vida, os usos e significados dos

sujeitos que ali atuam, revelando as formas pelas quais o poder se territorializa e é contestado no espaço urbano.

Em vista disso, aprofunda-se a noção de territorialidade como forma concreta de expressão dessas disputas, observando como os diferentes agentes atribuem sentidos e constroem práticas no processo de apropriação territorial.

3.3 - TERRITORIALIDADES, USOS E DISPUTAS

Segundo Haesbaert (2009), a territorialidade está relacionada aos exercícios de controle, dominação, usos, práticas concretas e simbólico-culturais. São as estratégias tomadas para garantir o controle de uma porção do espaço, bem como estabelecer conexões de pertencimento e identitárias. Portanto, há a possibilidade de falarmos de territorialidade sem território, no sentido efetivo de sua realização material, como é o caso da “Terra Prometida” dos judeus (Haesbaert, 2009).

A territorialidade é, então, uma condição inerente ao território, pois é por meio de sua ação, do seu exercício, que os territórios são formados. Raffestin (1993, p. 162-163) aponta que “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face “vívda” da “face agida” do poder”. Nesse sentido, territorializar-se implica criar mediações espaciais que viabilizem um poder efetivo sobre a reprodução social de grupos e, em certos casos, de indivíduos, sendo esse poder simultaneamente multiescalar, multidimensional, material e simbólico, articulando dinâmicas de dominação e apropriação (Haesbaert, 2004).

Com base nisso, o conceito de territorialidade refere-se às formas pelas quais indivíduos ou grupos sociais buscam controlar, utilizar e se apropriar materialmente e simbolicamente de um território. Veja, a territorialidade remete muito mais a uma dinâmica, às práticas, se relacionando diretamente com o campo da ação, sobre o espaço. Além disso, esse processo é orientado por interesses específicos e por significados atribuídos ao espaço, estando atravessado por relações sociais (políticas, econômicas e culturais) e por elementos tanto materiais quanto identitários e simbólicos (imateriais). Ademais, tal conceito propõe levar em conta a complexidade das dinâmicas socioespaciais que envolvem diferentes agentes territoriais (como o Estado, empresários, turistas, feirantes, pescadores e moradores) no processo de dominação e apropriação de um recorte específico do espaço urbano, que, no caso desta pesquisa, refere-se ao espaço público.

Em vista disso, percebemos que o exercício da territorialidade se constitui durante o dia a dia, no andamento do cotidiano urbano. Pois, as práticas sociais, econômicas, culturais e políticas ocorrem ao longo que as relações sociais se estabelecem, na forma em que os diferentes sujeitos (coletivos ou individualizados) se relacionam. O cotidiano, entendido como a dimensão das rotinas, dos encontros e da reprodução da vida, é o cenário privilegiado onde as territorialidades se constroem, se afirmam e se confrontam. Compreendendo, portanto, que é por meio das práticas cotidianas e dos conflitos associados, sobre um recorte espacial, que os sujeitos se territorializam e, conseqüentemente, constroem seus territórios.

No espaço público urbano, como é o caso do nosso objeto de estudo, as territorialidades se expressam por meios dos usos do espaço, seja de ordem mais concreta e funcional (as feiras, a circulação de pessoas, o comércio) ou de ordem mais simbólica (as afetividades, memórias, símbolos). Cada uma dessas atividades traz consigo uma estratégia de apropriação, uma forma de significar e viver o território.

Aproximando da temática de pesquisa, o processo de turistificação, nesse cenário, impõe uma nova dinâmica territorial, orientada pela lógica do turismo, voltada ao consumo do espaço, da paisagem, do lazer, dos símbolos, transformados em mercadoria. Junto a isso, esse processo também implica nas alterações dos fluxos desse território, atraindo novos sujeitos e desenvolvendo outras práticas e outros usos. Diante disso, essa lógica, fundamentada em prol do turismo, entra em tensão com as territorialidades dos sujeitos que ali estão, estas também cotidianas, como é o caso dos pescadores e feirantes, que historicamente usaram e marcaram o espaço conferindo a ele seus próprios sentidos e significados.

Relembrando que essas tensões nem sempre se configuram em conflitos declarados ou aparentes no espaço, como aponta Foucault (1988), o poder nem sempre se impõe de maneira visível, ele opera de maneira difusa, atravessando os corpos e comportamentos. Assim, em muitas vezes, se manifestam através de outras relações, como o controle de permanências, regulação do tempo do uso, imposição de normas estéticas, dentre outras. Trazer o olhar para o cotidiano, portanto, nos auxiliará a compreender esses conflitos e tensões, que por vezes passam despercebidos, além de abrir a possibilidade de investigar os diferentes agentes territoriais em relação às suas perspectivas, apreensões, interesses, incômodos, aprofundando, assim, a análise desse território.

Para isso, o cotidiano deve ser entendido para além de sua concepção modernista, na qual é entendido apenas como um conjunto de atividades para atender as necessidades básicas e a manutenção da vida, ocorrendo repetitivamente na maioria dos dias da semana. Essa noção está imbricada a ideia de uma rotina fechada, com ciclos repetitivos de tarefas, ou melhor

dizendo, de trabalho. Junto a isso, essa concepção também reforça o cotidiano como um conjunto de tarefas repetitivas necessárias para a manutenção da vida, ou melhor dizendo, em função da sobrevivência. Entretanto, o cotidiano não deve ser entendido apenas como a reprodução do indispensável.

Balbim (2003), baseado nas ideias de Lefebvre (1981¹⁴, apud Balbim 2003), compreende que o cotidiano é na verdade mais complexo e amplo, considerando a repetição dos atos diários e o conjunto social que condiciona esse conjunto de ações. Logo, o cotidiano formaria um conjunto normatizado das práticas sociais. A partir dessa concepção, o autor nota que o cotidiano apresenta uma relação entre espaço e tempo, pela qual observa o gancho para a geograficidade dessa categoria. Assim sendo, o cotidiano deve ser entendido como:

(...) um universo material e simbólico do qual participam todos os indivíduos, empresas, instituições e organizações, de diferentes maneiras e em diferentes graus, partindo sempre do seu lugar de referência. O cotidiano é também, ao mesmo tempo, o resultado de todo o conjunto de práticas concretas e virtuais que se dão num lugar específico, comportando certo ritmo de sucessão das ações, encadeadas por rupturas e repetições demarcadoras de múltiplas temporalidades (técnicas, naturais, políticas, normativas, globais, locais, etc.) (Balbim, 2003, p. 157).

Com essa definição o autor enriquece muito a noção de cotidiano e aponta variadas possibilidades de análise dessa dimensão do espaço, como ele mesmo determina, por meio da Geografia, indo além da noção inicial de que é a representação da vida ordinária, da repetição das atividades do dia a dia.

Assim sendo, o cotidiano é fundamentalmente heterogêneo, é onde se dá a união de uma diversidade de existências, da manifestação das diferenças, em harmonia, mas não harmoniosa. Isso quer dizer, que as diferenças são contrapostas, expostas, confrontadas com o outro, mas isso não significa que não ocorram embates, discordâncias ou confrontos. Estarem em harmonia não garante que não há confronto, pelo contrário, o contato com o outro e/ou diferente sempre causa uma sensação de estranhamento.

Dessa maneira, o cotidiano é construído a partir de um par importantíssimo, que são as normas e as espontaneidades. As normas referem-se às regras e padrões que regulam a vida cotidiana, podendo ser formais ou não. Ou seja, são normas que podem ser estabelecidas por lei, por imposição do Estado, ou normas da informalidade, normas resultantes do convívio social, que não estão impostas formalmente, mas que são seguidas pelo grupo social naquele lugar. Com isso, constituem-se um conjunto de signos e símbolos que fazem parte daquele lugar

¹⁴ Balbim (2003) utiliza a seguinte obra como referência: LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne. III - De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien)*. L'Arche Éditeur, Paris, 1981.

e para o convívio harmônico dos indivíduos. Já a espontaneidade refere-se às ações não normativas, as ações inventivas, da possibilidade. Portanto, enquanto as normas tentam homogeneizar o espaço, através da regulação das relações sociais, a espontaneidade aparece como um contraponto, carregando a possibilidade de transformação do cotidiano.

Compreender o cotidiano dessa forma nos permite observar diversas conexões com o conceito de territorialidade aqui selecionado, ou seja, identificamos que o cotidiano contém, também, as práticas e as estratégias territoriais que os diferentes sujeitos estabelecem com o espaço, configurando, assim, seu território.

Ademais, reforça a concepção de exercício contínuo de territorialidade, pois como Haesbaert (2004) aponta, é preciso reconhecer que se trata de um processo dinâmico, com movimento, estando em constante transformação e mutação. Por conta disso, o autor demonstra que a desterritorialização não implica no fim dos territórios, mas que indica a formação de novos territórios, pois todo processo de desterritorialização é acompanhado por uma reterritorialização, mesmo que de maneira desigual e sob condições diferentes. Sendo esta uma modificação nas formas de apropriação do sujeito sobre o mesmo recorte espacial ou a territorialização em outro recorte espacial, mas, de toda forma, implica na conformação de um novo território e, conseqüentemente, novas territorialidades.

Em vista disso, observar o cotidiano é, portanto, uma estratégia metodológica importante para observar os exercícios de territorialidade sobre o espaço público, no nosso caso, a Praça Zumbi dos Palmares. Por conseguinte, é por meio da análise das territorialidades cotidianas que pretendemos identificar os processos de dominação/apropriação desse território em disputa, assim como as estratégias de resistência e contornamento desenvolvidas pelos diferentes agentes territoriais. Buscamos, sobretudo, compreender os impactos da turistificação, que confere novas funcionalidades e racionalidades a esse espaço urbano.

4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para fundamentar a metodologia da pesquisa, utiliza-se da concepção de ver o mundo exposta por Moreira (2008), na qual o olhar geográfico deve partir do visível para o invisível e do invisível volta-se para o visível em uma construção dialética do conhecimento, transformando, assim, a paisagem no concreto-pensado. Nessa perspectiva, é possível identificar as intencionalidades reprodutoras daquele contexto socioespacial. Portanto, o processo metodológico seguirá essa concepção exposta e a ideia de que os espaços públicos precisam ser democráticos, palco da vida social e política (Lefebvre, 2001; Gomes, 2018). Junto a isso, a análise socioespacial pretendida nesta pesquisa será feita pela perspectiva territorial, ou seja, definindo o território como o conceito chave, possibilitando a compreensão das disputas e dos exercícios de territorialidade (Haesbaert, 2007) presentes na Praça Zumbi dos Palmares.

Desse modo, trata-se de um estudo de caráter qualitativo e exploratório, tendo como principais instrumentos de coleta de dados: o levantamento bibliográfico e documental, a observação não participante e a realização de entrevistas semiestruturadas com os diferentes agentes territoriais. De forma sistemática, os procedimentos metodológicos envolvem as seguintes etapas:

a) Levantamento bibliográfico e definição de parâmetros de investigação

Primeiramente, foi realizado um movimento de aprofundamento teórico em torno dos principais conceitos presentes na pesquisa, ou seja, espaço, território e territorialidades, espaços públicos e turistificação. Com isso, foi possível fundamentar as categorias de análise norteadoras da pesquisa a partir da adaptação da metodologia Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Com base nos resultados da revisão bibliográfica em livros, artigos e trabalhos em anais de eventos científicos, teses e dissertações, foi possível estabelecer eixos/parâmetros norteadores tanto para a construção dos roteiros de entrevistas quanto às análises das informações apreendidas durante a pesquisa. Tais parâmetros são: a) usos históricos da Praça Zumbi dos Palmares: características físicas, função social e política e significados; b) processo de turistificação: origem, motivações e intencionalidades; c) usos contemporâneos da Praça Zumbi dos Palmares: novas características físicas, coexistência de funções e significados do espaço público turistificado; d) tensões e conflitos entre grupos sociais atuantes na praça: visões, motivações, intencionalidades e estratégias adotadas no campo de disputas; e)

implicações da turistificação da praça nos usos e formas de apropriação (i)materiais por parte de pescadores e feirantes.

b) Identificação e caracterização dos usos (i)materiais históricos da Praça Zumbi dos Palmares

Realizou-se uma pesquisa focada na localidade, com a realização de busca em documentos históricos e pesquisas de campo. A respeito dos usos históricos da localidade, será realizada a busca em documentos e materiais que comuniquem como eram os modos de vida e os usos antes do processo de turistificação. Logo, concerne a uma pesquisa de resgate documental por meio de veículos de mídia da época e arquivos públicos disponibilizados pela PMAR.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 11 pescadores e feirantes de Angra dos Reis (Apêndice C), que utilizavam a praça antes do processo de turistificação e/ou que usam a praça contemporaneamente para a comercialização de pescados. Neste momento, buscou-se compreender quais eram os principais agentes territoriais atuantes no território investigado, como se davam as relações, os usos e os tipos de vínculos antes da turistificação da praça. Norteado pelo método “bola de neve” (Vinuto, 2014), o pesquisador realizou incursões em campo para conversar com os grupos mencionados e, assim, identificar alguns sujeitos que já estabeleciam ali seus exercícios de territorialidade.

Além disso, buscou o contato com a Cooperativa dos Pescadores de Angra dos Reis, a PROPESCAR (Apêndice D), para aprofundar a investigação a respeito da atuação dos pescadores em Angra dos Reis, algumas percepções sobre a relação desse grupo com o poder público municipal e impressões sobre o projeto de “revitalização” do entorno do Mercado do Peixe, o qual deu origem a configuração atual da Praça Zumbi dos Palmares.

c) Investigação do processo de turistificação da praça, as intencionalidades e interesses da esfera pública e dos agentes turísticos envolvidos nesse processo, bem como tensões e conflitos associados

A terceira etapa da pesquisa envolveu a investigação sobre o processo de turistificação da praça, as intencionalidades e interesses da esfera pública e dos agentes turísticos envolvidos, a procura de possíveis tensões e conflitos associados. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa referente a como se constituiu a marcante relação entre turismo e urbanização no município,

efetuando um resgate histórico dessa relação com o objetivo de aproximar o leitor da complexidade do contexto urbano de Angra dos Reis. Nesse momento, o foco da investigação estará centrado na atuação do poder público e do capital turístico-imobiliário. Sendo assim, foi preciso consultar documentos da PMAR, o seu próprio portal de notícias, em outros periódicos, documentos da EMBRATUR e em trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Feito esse exercício, foi preciso afunilar a investigação direcionando-a ao nosso objeto de estudo, a Praça Zumbi dos Palmares. Assim, foi feita uma pesquisa em documentos históricos do município, em periódicos de notícias e buscas no canal de notícias oficial da PMAR sobre a localidade pesquisada, identificando como o projeto de turistificação fora noticiado à época, quais os interesses e motivações, os usos desempenhados, assim como as atividades ali fomentadas.

Somado a isso, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes do setor público (Apêndice A) e privado (Apêndice B), de forma a compreender suas visões sobre a Praça e sobre seu projeto de turistificação, bem como objetivos, usos estabelecidos e possíveis conflitos territoriais existentes. Pretendeu-se aqui melhor compreender quais as motivações e intencionalidades da esfera pública e privada, além de possibilitar a identificação de possíveis conflitos e tensões envolvendo pescadores, feirantes, agentes públicos e turísticos.

Para isso, foram realizadas entrevistas com 2 representantes do governo municipal, mais precisamente, um representante da Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TurisAngra), a qual é responsável por gerir as atividades turísticas no município, e com um representante da Secretaria de Cultura e Patrimônio da Prefeitura de Angra dos Reis, a secretaria responsável pela gestão da Praça Zumbi dos Palmares. Além disso, pretendeu-se entrevistar 3 empresários do turismo atuantes no município, a fim de levantar mais de uma percepção do setor privado sobre esse espaço público e as atividades ali desenvolvidas, porém devido a várias recusas só foi possível realizar a entrevista com 1 representante do setor. Apesar da recusa dos convites realizados para a participação, acredita-se que o período disponibilizado para a realização da entrevista, após a aprovação do CEP, não fora oportuno a esse grupo de entrevistados. Pois, o período entre os meses de novembro a janeiro corresponde aos meses de alta temporada turística na região e férias escolares, aumentando a demanda dos serviços prestados pelas empresas desse grupo.

d) Implicações da revitalização urbana da praça nos usos (i)materiais e nos modos de vida dos sujeitos que vivem nesse local e as estratégias assumidas por tais sujeitos no campo de disputas em torno da turistificação da Praça Zumbi dos Palmares

Nessa última etapa da pesquisa, retomamos às entrevistas com os 11 pescadores e feirantes atuantes na Praça Zumbi dos Palmares para compreender os usos contemporâneos aí incidentes, de forma a apreender as percepções/sensações sobre as mudanças ocorridas e a forma como se deu o processo de revitalização, assim como possíveis tensões e conflitos territoriais existentes. Ademais, buscou-se compreender as estratégias adotadas por esses agentes sociais para garantir a continuidade de seus respectivos exercícios de territorialidade, ou seja, como se dá o processo de apropriação desse território.

Além disso, também foi realizada 1 entrevista com uma sacerdotisa de um terreiro de Umbanda atuante na cidade de Angra dos Reis (Apêndice E). A motivação para tal entrevista emerge durante o andamento da pesquisa e pretendeu-se, por meio da entrevista, identificar a importância da Praça Zumbi dos Palmares para as religiões de matriz africana, visto que essa localidade é frequentemente escolhida para sediar os eventos realizados no dia da consciência negra. Desse modo, busca-se compreender como esse grupo também participa na apropriação desse território, considerando ambas as dimensões, material e imaterial.

Assim sendo, o conjunto de dados e informações apreendidos foram analisados a partir dos parâmetros estabelecidos nesta pesquisa, com a adaptação da metodologia Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Dessa forma, para reforçar retomamos os parâmetros de investigação adotados: a) usos históricos da Praça Zumbi dos Palmares: características físicas, função social e política e significados; b) processo de turistificação: origem, motivações e intencionalidades; c) usos contemporâneos da Praça Zumbi dos Palmares: novas características físicas, coexistência de funções e significados do espaço público turistificado; d) tensões e conflitos entre grupos sociais atuantes na praça: visões, motivações, intencionalidades e estratégias adotadas no campo de disputas; e) implicações da turistificação da praça nos usos e formas de apropriação (i)materiais por parte de pescadores e feirantes.

Também foram elaborados mapas com a finalidade de espacializar os fenômenos identificados para facilitar a compreensão dos resultados obtidos durante a pesquisa, assim como cartografar esse espaço. Portanto, para a confecção desse material cartográfico foi utilizado o *software Qgis* em sua versão 3.30.2, devido a possibilidade do uso gratuito desse SIG, não impactando o andamento da pesquisa por questões financeiras.

Feita a identificação dos usos (i)materiais históricos e contemporâneos é possível partir para a etapa da caracterização. A qual se constitui através da perspectiva territorial, ou seja, classificando práticas culturais, tradicionais, econômicas e sociais. Esse processo de caracterização permite ao pesquisador uma melhor compreensão da realidade em estudo,

inclusive das intencionalidades e disputas que permeiam nesse espaço, aspecto a ser melhor apresentado nos próximos capítulos desta dissertação. Portanto, é a partir dessa estratégia que acredita-se construir uma análise socioespacial profunda da Praça Zumbi dos Palmares, compreendendo o campo de disputa entre os agentes territoriais envolvidos e como o processo de turistificação pode impactar diretamente nos modos de vida e na identidade dos sujeitos que vivem o espaço público.

e) Diário de Campo e Esquematização das Entrevistas

Feito a apresentação detalhada das etapas da pesquisa desempenhada, também é interessante compartilhar com os leitores as atividades desenvolvidas nas atividades de campo, assim como a esquematização das entrevistas e as escolhas para o tratamento dos dados coletados.

A presente pesquisa contou com a realização de saídas de campo para a realização das entrevistas propostas, mas não restringindo-se somente a isso. Também, foram realizadas incursões a campo prévias à realização da etapa de entrevista, um momento importante e enriquecedor para o desenvolvimento do trabalho, assim como para a aproximação entre sujeito e objeto. Dessa forma, a pesquisa encontrou seu início por meio da observação não participante, o exercício que nos permitiu identificar as dinâmicas da Praça, as atividades realizadas, os grupos que a acessavam, os eventos sediados, ou seja, as primeiras aproximações e apontamentos. Assim, este momento foi crucial para o planejamento das próximas pesquisas de campo e para traçar estratégias para a realização da etapa de entrevistas.

Todo esse processo foi devidamente documentado e registrado na caderneta de campo do pesquisador, instrumento indispensável para a realização de pesquisas a campo, construindo um diário de campo. Entendemos o diário de campo como um importante instrumento em pesquisas com essa demanda, de saídas a campo, principalmente, em pesquisas qualitativas, pois permite o registro de impressões, percepções e sensações de elementos que atravessam o pesquisador quando realiza a atividade. Teixeira, Pacífico e Barros (2023) apontam que a importância do diário de campo está em coletar e registrar informações que por vezes passam despercebidas das fotografias, filmagens e gravações, pois trazem impressões momentâneas, que se não forem registradas provavelmente serão perdidas. Além disso, os autores apontam que esse documento de campo deve estar orientado às bases teórico-metodológicas adotadas na pesquisa e que não escapam da subjetividade do pesquisador, servindo como auxílio para o

andamento da pesquisa e, em alguns casos, como base de dados, como exemplo as pesquisas que adotam a narrativa autobiográfica como metodologia (Cecim; Straforini, 2018).

Dessa maneira, o diário de campo foi adotado para atender dois objetivos principais: o registro das percepções e impressões coletadas por meio da observação não participante e para o planejamento de estratégias para as etapas seguintes. Em vista disso, disponibilizamos a seguir um quadro contendo uma síntese do diário de campo, a fim de compartilhar como se deu a pesquisa desempenhada.

Quadro 1 - Síntese do diário de campo.

Síntese do Diário de Campo			
Data	Motivação	Local	Apontamentos
11/05/24	Reconhecimento de atividades desenvolvidas e animação do espaço em dias de eventos culturais.	Praça Zumbi dos Palmares	Observou-se que o evento cultural promovido pela PMAR, “instrumental na Praça”, conseguiu reunir um público significativo para assistir a apresentação musical. Além disso, notou-se que esse público era composto majoritariamente por idosos. Somado a isso, observou-se que a feira, a venda de pescados, os bares e a feira de artesanato estavam sendo realizadas simultaneamente. Por fim, com o encerramento da apresentação musical e das atividades do Mercado do Peixe, as demais atividades também se encerraram, restando apenas os bares funcionando.
07/09/2024 e 08/09/2024	Observar as atividades desenvolvidas no período noturno.	Praça Zumbi dos Palmares	Observou-se que durante a noite o Mercado do Peixe e a Casa Larangeiras ficam fechados. Junto a isso, não há a presença da feira, apenas um vendedor ambulante de crepes. Predomínio dos bares no espaço público, com a disposição de mesas entre os bares e o Mercado do Peixe. Em ambos os dias, os

			<p>bares contavam com apresentações musicais ao vivo, com cobrança de couvert.</p> <p>Apesar do feriado, não tinha evento público ocorrendo na praça e não foi possível identificar a presença de turistas.</p> <p>O oyster bar se mantinha vazio e sem atividades.</p> <p>A iluminação da praça não é satisfatória, gerando um clima de insegurança ao se afastar da área dos bares.</p>
03/11/2024	Observar as atividades desenvolvidas no período noturno e possíveis impactos do jogo do Flamengo nos usos da praça.	Praça Zumbi dos Palmares	<p>Como na data anterior, às atividades desenvolvidas na praça estavam concentradas nos bares. Porém, em decorrência do jogo, apenas um dos bares contava com música ao vivo, mas concentrado em seu espaço interno.</p> <p>Durante o jogo o espaço estava com uma animação maior do que a habitual, mas após houve uma redução do público.</p>
02/01/2025	Observar a dinâmica da Praça em um dia útil e na alta temporada turística. Divisão em 2 momentos dia/noite.	Praça Zumbi dos Palmares	<p>Foi possível observar, durante a manhã, que as atividades desenvolvidas eram a venda de pescados no Mercado do Peixe e alguns feirantes. Além disso, a Casa Larangeiras estava aberta com uma exposição de artistas locais.</p> <p>Na parte da noite, notou-se os bares muito movimentados e com apresentações musicais.</p> <p>Durante o turno não identificamos a presença de visitante, mas na parte da noite foi possível identificar alguns.</p>
09/04/2025	Observar a dinâmica e os usos da praça durante o dia útil e na baixa temporada turística.	Praça Zumbi dos Palmares	<p>Observou-se a presença da feira que ocorre diariamente e a comercialização de pescado no Mercado do Peixe e nos boxes abaixo do oyster bar.</p>

			<p>Um movimento bastante tímido de clientes, onde o fluxo principal se destinava ao Mercado do Peixe.</p> <p>Um fluxo considerável de transeuntes, de pessoas utilizando a praça como travessia.</p> <p>Poucas pessoas sentadas na praça socializando.</p> <p>Público majoritariamente idoso, com uma ausência de jovens e crianças.</p>
17/11/2025	Realização de entrevista com representante da Secretaria de Cultura e Patrimônio.	Secretaria de Cultura e Patrimônio	Considerações das entrevistas presentes no capítulo 6.
20/11/2025	Acompanhar o evento do Dia da Consciência Negra.	Praça Zumbi dos Palmares	<p>Observou-se com a realização do evento sobre o dia da consciência negra a presença de grupos sociais que não costumam ocupar esse espaço cotidianamente.</p> <p>As atividades cotidianas se mantiveram, ou seja, a feira e a comercialização de pescados.</p> <p>Identificou o apoio da PMAR, através da secretaria de cultura, com as atividades do evento (Ver figura 22).</p> <p>Notou a presença de lideranças quilombolas, do Quilombo do Bracuí; de lideranças religiosas e membros do movimento negro.</p> <p>Notou-se a realização de ritos em homenagem a figura de Zumbi dos Palmares e atividades que exaltavam elementos culturais negros, como o samba, o jongo, a capoeira e as religiões de matriz africana.</p>
04/12/2025	Realização de entrevista com representante da PROPESCAR.	Sede da PROPESCAR	Considerações das entrevistas presentes no capítulo 6.
05/12/2025 e 06/12/2025	Realização de entrevistas com os feirantes.	Praça Zumbi dos Palmares	Considerações das entrevistas presentes no capítulo 6.

07/12/2025	Acompanhar o evento em comemoração do Dia Nacional do Samba.	Praça Zumbi dos Palmares	<p>Notou uma estrutura, disponibilizada pela PMAR, muito maior para a realização desse evento, em comparação aos outros eventos acompanhados.</p> <p>Observou-se a realização das atividades cotidianas, feira e o comércio de pescado, mais a feira de artesanato.</p> <p>Notou-se que o funcionamento dos bares começou ainda na parte da manhã, adequando-se ao evento realizado.</p> <p>A Casa Larangeira estava aberta com uma exposição de fotografias da cidade de Angra.</p> <p>O público presente na praça era superior ao habitual, muito concentrado em torno do palco montado para receber os shows.</p> <p>As apresentações musicais se estenderam da parte da manhã até o final da tarde, o que possibilitou a alguns feirantes estenderem para o turno da tarde também.</p>
10/12/2025 a 12/12/2025	Realização de entrevistas com os pescadores.	Praça Zumbi dos Palmares	Considerações das entrevistas presentes no capítulo 6.
15/12/2025	Realização de entrevista com empresário do turismo.	Câmara Municipal de Angra dos Reis	Considerações das entrevistas presentes no capítulo 6.
19/12/2025	Realização de entrevista com representante da TurisAngra.	Sede da TurisAngra	Considerações das entrevistas presentes no capítulo 6.

Fonte: Elaboração Própria, 2026.

Referente às entrevistas, é importante enfatizar que a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFJF (CEP), por meio da Plataforma Brasil, Ministério da Saúde, sendo devidamente aprovada conforme parecer substanciado nº 7.969.491, de 11/11/2025 (Anexo A). Aos indivíduos que aceitaram participar da pesquisa, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), o qual foi devidamente lido e assinado. Assim, ficando uma cópia em posse do entrevistado e outra em posse do pesquisador. Por fim, importante frisar que as entrevistas foram realizadas de forma

presencial, gravadas mediante autorização prévia e foram armazenadas em laboratório de pesquisa sediado no Instituto de Ciências Humanas, respeitando o anonimato dos participantes.

Diante do exposto, foram realizadas um total de 16 entrevistas semiestruturadas com os diferentes agentes territoriais atuantes na Praça Zumbi dos Palmares, conforme a Tabela 1. Como a pesquisa abordou diferentes grupos de pesquisa foi preciso adotar estratégias diferentes para o aceite em participar da pesquisa. Referente aos representantes governamentais municipais, do setor turístico e da PROPESCAR buscou-se o contato por canais oficiais de comunicação, assim como atendimento presencial em suas respectivas repartições. Já, referente aos feirantes, pescadores e representante religioso, a participação foi por adesão e encaminhamentos, conforme sugere o método bola de neve (Vinuto, 2014). Sendo assim, a realização das entrevistas com estes grupos deu-se na própria Praça Zumbi dos Palmares, enquanto realizavam suas atividades cotidianas, sendo a participação totalmente voluntária. Escolhendo as datas e horários mais convenientes para a realização das entrevistas, evitando os finais de semana devido ao maior fluxo de clientes e atividades nessas datas.

Tabela 1 - Relação dos Grupos em que foram divididos os participantes da pesquisa.

Grupo	Representante	Número de Entrevistados
Poder Público Municipal	Secretaria de Cultura e Patrimônio	1
	TurisAngra	1
Grupos Sociais Presentes na Praça	Pescador	6*
	Feirante	5
	Religião Afro-brasileira	1
Organização de Pescadores	PROPESCAR	1
Empresário do Turismo	Empresário do Turismo Náutico	1
Total de Participantes Entrevistados:		16

*Um dos pescadores entrevistados também é membro da diretoria da Associação de Pescadores Artesanais de Angra dos Reis e responsável pelo controle do Mercado do Peixe.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

No decorrer da dissertação, as entrevistas, quando citadas, serão devidamente referenciadas, mantendo sempre o compromisso com o anonimato dos participantes. Entretanto,

como os pescadores e feirantes contam com mais de um representante, optou-se pela utilização de pseudônimos inspirados em elementos da gastronomia local, objetivando um modo de manter uma relação simbólica com o território e a cultura local, como apresentado na tabela 2. Para os pescadores, foram utilizados nomes de espécies de peixes comuns à pesca artesanal de Angra dos Reis, nomes que apareceram durante as falas dos pescadores entrevistados; para os feirantes, nomes de alimentos e produtos tradicionalmente comercializados por eles e presentes em pratos típicos da culinária caiçara. Desse modo, essa escolha pretende reforçar a dimensão cultural e territorial das atividades desenvolvidas pelos entrevistados, sem comprometer sua identificação. Ainda que variáveis como faixa etária e sexo não estejam no cerce da análise desenvolvida nessa pesquisa, optou-se por apresentar um perfil geral dos entrevistados como forma de caracterizar o grupo social investigado e garantir maior transparência metodológica, ponto muito importante tratando-se de pesquisas qualitativas como esta.

Tabela 2 - Caracterização dos pescadores e feirantes entrevistados

Pseudônimos	Atividade	Faixa Etária	Sexo	Tempo de Atuação
Sardinha	Pescador	60-70	Masculino	+10 anos
Garoupa	Pescador	60-70	Masculino	35 anos
Vermelho	Pescador	50-60	Masculino	+30 anos
Cavala	Pescador	50-60	Masculino	+40 anos
Corvina	Pescador	70-80	Masculino	58 anos
Tainha	Pescador	70-80	Masculino	23 anos
Banana	Feirante	70-80	Feminino	+50 anos
Mandioca	Feirante	60-70	Feminino	+30 anos
Farinha	Feirante	30-40	Masculino	+20 anos
Mel	Feirante	50-60	Feminino	10 anos
Limão	Feirante	50-60	Masculino	10 anos

Fonte: Elaboração própria, 2026.

5 - A FORMAÇÃO URBANA E A TURISTIFICAÇÃO DE ANGRA DOS REIS: uma apresentação contextual

Feita a apresentação dos procedimentos metodológicos e dos conceitos e categorias que fundamentam a análise proposta neste trabalho, trazemos a discussão para o contexto em que nosso objeto de pesquisa está inserido. Pois, como apresentado por Lefebvre (2001), a cidade é formada pelo resultado da interação entre agentes históricos e sociais, onde variados recortes da urbanização se sobrepõem revelando a complexidade do espaço urbano (Sposito, 2004).

Nesse sentido, observamos a necessidade de apresentar o processo de urbanização de Angra dos Reis, em um exercício de investigação do passado para melhor compreender os problemas contemporâneos. Além disso, é um compromisso metodológico assumido e, também, um momento dedicado ao leitor, principalmente, aquele que não conhece as dinâmicas e a história de Angra dos Reis, a fim de possibilitar uma melhor forma de compreensão da pesquisa desenvolvida.

Decidimos dividir o presente capítulo em dois momentos, em uma lógica que visa discutir a produção do espaço urbano angrense por uma perspectiva que busca dialogar com as variadas escalas envolvidas nos processos apresentados. Desse modo, discorreremos sobre características do município antes da chegada das indústrias, como se dá a entrada desse setor e as suas consequências; até a abordagem do turismo, da importância do setor e os seus impactos locais e regionais.

Em vista disso, no primeiro subcapítulo nos propomos a discutir o processo de produção do espaço urbano de Angra dos Reis, remontando aos eventos que são catalisadores desse processo. Ou seja, nos referimos aos grandes projetos de infraestrutura instalados no município entre as décadas de 1950 a 1980, período definido por Lia Osório Machado (1995) como um ponto de virada na história da cidade. A discussão sobre esse período é crucial para compreendermos as dinâmicas urbanas e, também, para entender como o setor do turismo atua na produção do espaço urbano, ora associado ao Estado ora ao capital imobiliário.

Na sequência, centralizamos a discussão em como o setor turístico recebe maior relevância dentro do município, traduzido em propostas de políticas públicas do governo municipal. Para isso, identificamos na década de 1990 o período em que essa atividade econômica recebe maior relevância na agenda municipal, muito por conta da crise econômica

em decorrência do Estaleiro Verolme¹⁵, fato este que gerou demissões em massa no município. Por fim, buscamos discutir também como alguns projetos federais de incentivo ao turismo são estabelecidos, principalmente o Projeto Turis.

5.1 - O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE ANGRA DOS REIS: antecedentes e o papel determinante dos projetos nacionais de infraestrutura

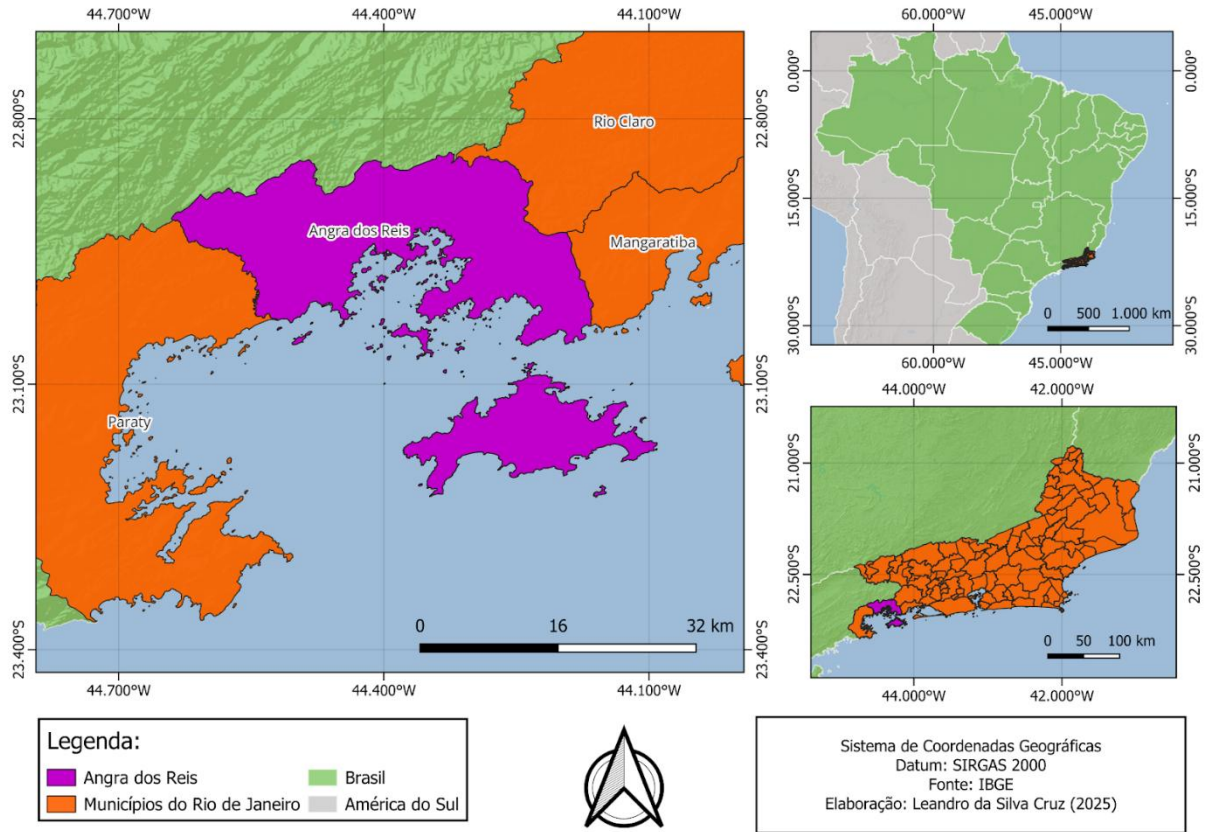
Para compreender e introduzir o debate referente ao processo de produção do espaço urbano de Angra dos Reis é necessário abordar a sua situação geográfica e o seu sítio urbano, devido a sua singularidade. Angra dos Reis se localiza na porção sul do litoral fluminense, na região conhecida como Costa Verde, à aproximadamente 157 km da capital do Estado, a cidade do Rio de Janeiro. Dividindo seus limites com os municípios de Rio Claro e Mangaratiba, na porção NE, com Paraty, na porção SO, e, ao N, com Bananal e São José do Barreiro, estes pertencentes ao Estado de São Paulo (Ver mapa 2).

A composição morfológica do sítio urbano de Angra dos Reis é responsável por conferir a singularidade de seu espaço urbano, principalmente, relacionado à sua forma. Essa região está inserida, segundo a classificação de Jurandyr Ross (1985), na unidade de relevo dos Planaltos e Serras do Atlântico Leste Sudeste, caracterizada por uma composição morfométrica que varia entre diversos níveis regionais de 800 metros a 1200 metros de altitude, onde se constitui a Serra do Mar.

Devido à proximidade com o mar, nota-se a presença de diversos morros testemunhos provenientes da erosão regressiva das escarpas da Serra do Mar, bem como a formação de pequenas planícies costeiras, onde se localizam as praias e manguezais. Isto, segundo Botelho (2001), é o que possibilita a formação de um arquipélago, composto por ilhas continentais separadas por canais de pouca profundidade com vínculo litológico e estrutural com o continente, configurando a conhecida baía da Ilha Grande. Portanto, é justamente essa composição natural que será explorada pelo setor turístico, transformando essa paisagem em um importante produto do segmento de sol e praia, remetendo, também, à ideia de paraíso, ou melhor, paraíso tropical (Borges, 2018).

¹⁵ Machado (1995) e Abreu (2005) apontam que em meados da década de 1980 o Estaleiro Verolme se consolidava como o principal pólo empregador do município. Entretanto, devido a uma crise do modelo de produção capitalista, alterando do modelo fordista para a acumulação flexível, o Estaleiro quase encerrou suas operações, resultando em demissões em massa e uma grave crise financeira na economia local.

Mapa 2 - Localização do Município de Angra dos Reis, RJ.



Fonte: IBGE, 2020. Org: o autor, 2025.

Figura 1 - Vista do Centro de Angra dos Reis, revelando a característica do relevo da região.



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Em vista disso, Angra dos Reis apresenta uma extensão territorial de 813,420 km², dos quais englobam tanto a porção insular quanto a continental. Como nossa pesquisa está dentro do campo da Geografia urbana, tomemos como foco de nossas análises a porção continental do município, pois é onde se estabelece o espaço urbano, restando à parte insular a presença de pequenas comunidades caiçaras, ilhas privadas e alguns territórios turísticos, como a vila do Abraão, em Ilha Grande.

Em virtude da composição do relevo da região, a porção continental tem aproximadamente 80% do seu espaço composto pelas escarpas da Serra do Mar com fragmentos de Mata Atlântica preservada (Abreu, 2005). Sendo assim, o restante do terreno é composto pelas planícies costeiras, estas que abarcam a maior parte do espaço urbano, as estruturas urbanas e o maior contingente populacional.

Representando os terrenos continentais mais planos e de melhor acesso, por conta da proximidade à costa, notamos que é nessas pequenas planícies costeiras que as estruturas do espaço urbano angrense começam a se desenvolver. Seja com a instalação dos primeiros assentamentos dos colonizadores, paróquias, vilas que remontam ao século XVII, representando as áreas onde hoje se localizam o centro histórico e a vila histórica de Mambucaba (Mendes, 2009); até a escolha dos locais para a implantação dos empreendimentos nacionais de infraestrutura, estes entendidos como catalisadores do processo de urbanização. Além disso, as planícies costeiras são os locais de maior interesse do setor turístico, pois é entendido como ideal para a instalação dos resorts e condomínios de segundas residências, justamente pela proximidade com o mar, favorecendo as atividades náuticas. Identifica-se, portanto, nas planícies costeiras a gênese das estruturas urbanas que, devido a uma limitação morfológica, empurra o crescimento do tecido urbano para as vertentes mais próximas, resultando na formação de favelas.

De acordo com esse contexto, identifica-se um processo de urbanização difusa (Neves; Lima, 2024), no qual o crescimento do espaço urbano se dá de forma fragmentada, separadas por vazios e conectadas por vias de acesso (a BR-101 assume esse papel de interligação). Assim sendo, o processo histórico de urbanização apresenta núcleos separados pelo relevo local, sendo estes o centro histórico e os locais onde esses empreendimentos de infraestrutura são instalados, caracterizando também um processo de urbanização corporativa, conforme define Santos (2020, p. 105):

[...] a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.

Dessa maneira, para aprofundar a compreensão desse contexto, será apresentada, a seguir, a forma como o processo de urbanização de Angra dos Reis foi catalisado por esses fatores estruturantes. A análise destacará a configuração do centro histórico e o papel estratégico de importantes empreendimentos de infraestrutura que contribuíram para a reestruturação urbana do município, em especial: o Porto de Angra, o Estaleiro Verolme, a rodovia BR-101, o Complexo Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) e o Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG).

Antes de iniciarmos a discussão sobre os empreendimentos de infraestrutura mencionados, responsáveis por alavancar a urbanização em Angra dos Reis, entende-se como necessário apresentar o contexto socioeconômico anterior. Com isso, poderemos compreender melhor os motivos de classificar o período entre as décadas de 1960 a 1980 como um ponto de virada na história angrense.

Até meados do século XVIII a região de Angra dos Reis recebeu pouca ou nenhuma atenção por parte da coroa portuguesa, fato este que, atrelado à composição insular da baía da Ilha Grande, favoreceu o estabelecimento de uma área propícia a atividades como o contrabando e a pirataria (Machado, 1995). Entretanto, com a descoberta das minas de ouro na região de Minas Gerais, essa região teve o seu primeiro momento de enriquecimento, pois o escoamento da produção aurífera se dava a partir do porto de Paraty, onde era transportado de navio para o Rio de Janeiro, representado o trajeto do Caminho Velho. Devido à proximidade com Paraty, Machado (1995) aponta que a região se torna um local estratégico para o contrabando e roubo do ouro, principalmente por rotas marítimas, alavancando a atividade portuária da povoação de Angra dos Reis.

O Caminho Novo estabelece uma nova forma de conexão entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, na qual o ouro não precisava mais ser transportado pelo porto de Paraty, mas chegaria diretamente por terra. Esta alteração na rota de transporte do ouro é responsável por ocasionar uma grande crise econômica na cidade de Paraty, pois toda a sua dinâmica era definida em função do escoamento da produção aurífera. No entanto, Angra não foi tão afetada quanto Paraty, pois as inúmeras tentativas de achar novos caminhos para o contrabando de ouro estabeleceram rotas que transpuseram as vertentes da Serra do Mar, conectando a povoação diretamente ao Vale do Paraíba.

Em vista disso, com o crescimento da produção cafeeira no Vale do Paraíba, principalmente na porção que pertence hoje ao Estado do Rio de Janeiro, o porto de Angra conseguiu manter suas atividades, substituindo o ouro contrabandeado pelo escoamento do café. Atrelado a isso, a atividade portuária também se destacava pelo tráfico de escravizados. Sendo assim, é em função do café e do tráfico de escravizados que a área do centro histórico de Angra dos Reis conhece o seu primeiro desenvolvimento, consequência direta das atividades portuárias (Machado, 1995).

Contudo, com o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba, a abolição da escravidão e a consolidação do modal ferroviário conectando Rio de Janeiro à São Paulo, Angra dos Reis encontra seu declínio econômico. Esse cenário de recessão se mantém por praticamente um século, se estendendo da última metade do século XIX até o meio do século XX (Abreu, 2005). Portanto, configurou-se um período de estagnação econômica e esvaziamento populacional, sendo a produção de aguardente e a pesca as principais atividades realizadas no período.

Esses elementos apontados são interessantes para compreender como o dinamismo econômico de Angra dos Reis ocorre, um comportamento que se mantém ao longo dos anos, como ainda apresentaremos. Nota-se que todo o dinamismo econômico, as funções assumidas pela região, estão relacionadas ao suprimento de demandas externas ao município e à própria região. Isto é, a economia é pautada por interesses externos, onde Angra só cumpre um papel nessa rede, e quando substituída por uma melhor alternativa não apresenta maneiras e estratégias para contornar essa situação. Portanto, é importante ressaltar esse ponto, pois nos próximos eventos discutidos é possível notar resquícios dessa lógica, esta que apenas modifica sua forma de atuação.

Segundo Abreu (2005), no início do século XX, o porto de Angra dos Reis recebe uma grande reforma, por incentivo do governo federal, expandindo suas dependências, estabelecendo, à época, uma estrutura melhor e mais qualificada. Essa expansão portuária ocorreu em decorrência de dois fatores: o reaquecimento da produção cafeeira no Vale do Paraíba e a construção do ramal ferroviário que conectaria o porto de Angra ao Oeste de Minas Gerais, este que ficou pronto apenas em 1930. Entretanto, com uma retomada muito tímida da produção cafeeira, as expectativas do poder público e da elite angrense sobre uma possível retomada econômica não foram atendidas. Sendo assim, esse período foi relevante, pois conseguiu conferir certa animação à região imediata ao porto, onde se estabelece o centro histórico e, à época, uma estrutura incipiente à estrutura urbana.

A partir da década de 1940, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ), a estrada de ferro que conecta a região ganha relevância estratégica, fazendo do porto de Angra dos Reis um ponto central tanto para o abastecimento de matéria prima quanto para o escoamento da produção siderúrgica. Esse processo logístico provoca um processo de reaquecimento desse núcleo urbano, impulsionado por um conjunto de modernizações que se instalam no município (Abreu, 2005). Nesse mesmo período, se observa uma tímida retomada do crescimento populacional, como Chetry (2019, p. 3943) aponta que “a dinâmica demográfica de Angra dos Reis renasceu timidamente: a população aumentou em 2,4 mil habitantes entre 1940 e 1950 voltando ao seu tamanho de população do início do século”.

Essas transformações evidenciam a importância dos estímulos externos ao município na reestruturação de sua economia, assim como no reaquecimento de sua dinâmica demográfica. A presença da CSN, ao fomentar o uso do porto e revitalizar economicamente a região central, contribui para as primeiras alterações significativas no espaço urbano local. A modernização trazida por esse processo não apenas promove mudanças físicas na cidade, como também viabiliza o surgimento de novos agentes sociais, especialmente uma classe operária incipiente, até então inexistente. Se inicia, nesse contexto, o processo de urbanização em Angra dos Reis e, com ele, suas contradições e problemáticas, conforme discute Lefebvre (2001). Processo este, intensificado nas décadas seguintes, sobretudo a partir da implantação do Estaleiro Verolme, marco definitivo da inserção do município no setor industrial.

Na década de 1950, o Brasil ainda enfrentava um processo lento de industrialização e urbanização, com ampla concentração da população no meio rural, baixos indicadores sociais e um acesso restrito à modernidade. Esse quadro começa a se alterar de forma mais acelerada com a ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência, em 1956. Por meio do Plano de Metas, seu governo propõe inserir o país no modelo de desenvolvimento industrial, sintetizado no *slogan* “cinquenta anos em cinco”. Conforme destaca Ziliotto (2005), tratava-se de um esforço de planejamento econômico baseado em fortes investimentos públicos e privados aplicados em setores estratégicos (transporte, energia, indústria de base) com o objetivo de romper com o atraso, reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento.

O Governo Federal fomenta a industrialização no país disponibilizando incentivos fiscais, como a isenção de taxas alfandegárias, favorecendo, assim, a indústria naval. Nesse contexto, um grupo de capital holandês assume o projeto para a instalação do estaleiro em Angra dos Reis, em uma área cedida pela União, ainda em 1959 (Abreu, 2005).

A partir de 1959, Angra dos Reis ingressa de forma mais contundente no processo de industrialização, marcando um novo momento na conformação do seu espaço urbano. Nas

décadas seguintes, especialmente entre 1960 e 1980, o município foi selecionado pelo governo federal para sediar grandes projetos de infraestrutura: o Estaleiro Verolme, a rodovia BR-101, as usinas nucleares e o Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG). Essas decisões, tomadas fora do âmbito local, evidenciam um movimento típico da chamada urbanização corporativa (Santos, 2020).

As indústrias citadas não são produto do processo de acumulação da própria região, e tanto sua oferta quanto a sua demanda estão orientadas para outras regiões. Por este motivo, são estas outras regiões que redefinem, de alguma forma, os limites da 'região' de Angra dos Reis, seus circuitos de acumulação e de comercialização, e também sua composição de classes e o caráter do conflito. Gera assim, através dessa interferência externa, uma nova região (Guanziroli, 1983, p. 41).

Machado (2005) revela que as principais motivações para a escolha do município para sediar o Estaleiro Verolme foram: o sítio geográfico da baía da Ilha Grande e as suas águas calmas; a proximidade com a CSN; e, também, serviu como uma medida compensatória ao Estado do Rio de Janeiro pela alteração da capital do país e do distrito federal para Brasília. Veja, ao observar as motivações que levaram a escolha de Angra para a instalação desse complexo industrial, nota-se que são todas por demandas externas e, conseqüentemente, estabelecidas por uma ordem de comando também externa, configurando um exemplo claro de como as dinâmicas globais do capitalismo impactam diretamente nas dinâmicas locais e regionais.

Antes mesmo de sua conclusão e de iniciar suas atividades, o Estaleiro já causa um forte impacto na área de sua implantação. Em decorrência do tamanho do projeto, o município não disponibilizava uma estrutura urbana prévia para sua instalação, nem o número de trabalhadores necessários e, muito menos, mão de obra qualificada para executar as funções mais específicas. A efeito disso, emerge uma grande onda migratória em direção a Angra dos Reis, atraídos pela oferta de empregos, resultando em um forte crescimento demográfico. Portanto, diversas mudanças são notórias, tanto na parte econômica quanto na social, e principalmente na espacial, pois, na planície que abriga o Estaleiro (Ver figura 2), ocorre a formação do bairro Jacuecanga, composto majoritariamente pela classe operária.

A composição social do município se modifica com a formação de uma classe trabalhadora fabril composta em sua maioria de metalúrgicos. Um novo núcleo urbano é gerado com a implantação de uma vila industrial autônoma ao redor do parque industrial. O núcleo urbano central do Município se amplia em direção aos morros e se desenvolve com maior dinâmica. A classe média se expande com o incremento no comércio. Trata-se da consolidação da modernização capitalista no âmbito local, modernização esta que viria a se manifestar mais incisiva e drasticamente nas décadas seguintes com outros empreendimentos de grande porte (Abreu, 2005, p. 37).

Figura 2 - Vista aérea do Estaleiro Verolme e da planície da Jacuecanga em 1975.



Fonte: História e Fotos do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-reis/historico>. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

Nesse período, a reprodução social dos sujeitos sobre o espaço urbano possibilita a formação de um novo bairro nos arredores do parque industrial, composto majoritariamente por trabalhadores vinculados ao Estaleiro Verolme. A proximidade ao local de trabalho e por se tratar de uma planície costeira, são fatores determinantes para a instalação dessa população no local. Contudo, devido à própria morfologia do relevo de Angra dos Reis, marcada pela segmentação das planícies costeiras entre áreas de relevo acidentado, esse processo de expansão urbana ocorreu de forma fragmentada. Assim, o novo núcleo urbano, posteriormente consolidado como o bairro Jacuecanga, se desenvolve fisicamente separado do núcleo urbano principal, situado na região central da cidade.

Apesar disso, o processo de urbanização não se restringe à planície da Jacuecanga. O bairro do Centro, primeiro núcleo urbano angrense, também vivencia transformações importantes nesse período. O crescimento da população local, o avanço da ocupação sobre as vertentes e o crescimento do setor de serviços e comércio são alguns dos indicativos dessa reestruturação. Parte dessas mudanças é em consequência da ausência de infraestrutura adequada na área próxima ao parque industrial capaz de acolher os fluxos migratórios e suprir

essa crescente demanda, contrastando com o centro, este que já dispunha de certa estrutura urbana, fruto da reativação das atividades portuárias ocorrida desde a década de 1940.

Nesse sentido, a instalação do estaleiro promove um reaquecimento da economia angrése, bem como intensifica a produção de seu espaço urbano. Atrelado a isso, surgem problemáticas referentes à falta de abastecimento de água, ao acesso à energia elétrica e ao saneamento básico, representando a insuficiência de recursos do governo municipal para lidar com o rápido crescimento populacional, assim como para suportar um complexo industrial dessa magnitude (Machado, 1995).

Na década de 1970, tem início às obras para a construção do trecho da BR-101, que atravessa o município de Angra dos Reis. Nomeado como Rio-Santos, esse trecho foi elaborado para interligar dois dos maiores portos da região (Porto de Santos e o Porto do Rio de Janeiro) através do litoral, estabelecendo uma forma de acesso através das cidades norte paulista e do sul fluminense. A construção dessa rodovia é muito importante para essa porção do litoral brasileiro, sendo elemento fundamental para compreender as dinâmicas dos municípios perpassados, pois é por meio de sua construção que essa região é transformada em um grande produto do turismo, no qual Abreu (2005) utiliza o ano de sua conclusão como marco inicial da “fase turística de Angra dos Reis”. Desse modo, facilitar o acesso dos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro) a essa região foi o maior trunfo para atrair o interesse do setor turístico, trazendo com diversos conflitos territoriais, como apontam Guanziroli (1983), Siqueira (1984), Borges (2018) e Fontanelli (2019) em suas pesquisas.

Com a conclusão das obras da rodovia em 1974, o setor turístico-imobiliário passou a explorar a região focando, principalmente, em construir condomínios de segundas residências destinados a um público com maior poder aquisitivo (Gois, 2020). Como o turismo é uma prática social consumidora do espaço (Cruz, 2003), para isso é preciso construir o destino turístico, ou seja, construir uma imagem a ser vendida daquele espaço. Diversas iniciativas foram feitas com esse propósito, como a utilização em cenas de novelas, em revistas de viagens etc. (Borges, 2018). Portanto, em vigência dos objetivos dessa pesquisa, a rodovia Rio-Santos é o empreendimento de infraestrutura com maior importância, pois é impossível falar sobre a relação entre turismo e Angra dos Reis sem considerá-lo, por isso está presente em outros capítulos dessa dissertação.

Não obstante, a tomada de decisão referente ao planejamento da Rio-Santos foi em relação direta aos interesses do capital turístico-imobiliário em associação com o Estado, desconsiderando as condições socioeconômicas pré-existentes, assim como os territórios de comunidades tradicionais como caiçaras, quilombolas e indígenas (Siqueira, 1984; Abreu,

2005; Borges, 2018; Gois, 2020). Logo, o traçado escolhido dá o aporte ao setor turístico, o qual o seu desenvolvimento era de interesse do Governo Federal.

A decisão de construir a estrada foi tomada fora de Angra; a rodovia foi construída dentro de Angra, mas não para Angra dos Reis. Vemos então como a vocação, neste caso turística, é atribuída de fora para dentro: é a dinâmica econômica e as forças políticas exteriores da região que determinam as características futuras do seu desenvolvimento (Guanziroli, 1983, p. 100-101).

Assim sendo, sua construção facilitou o acesso à região da costa verde e o crescimento do setor turístico, viabilizando a construção de casas de veraneio, resorts e hotéis de alto padrão, além de fomentar a economia local fortalecendo o setor de comércio e serviços. Ademais, a BR-101 passou a desempenhar um papel estratégico na integração territorial do município, funcionando como principal via de acesso interurbana e intraurbana, pois conecta a grande maioria dos bairros e os núcleos urbanos fragmentados pelo relevo montanhoso, além de estabelecer uma conexão direta e rápida com a capital do Estado. Como observa Abreu (2005, p. 40), “a opção pela rodovia impôs novos ritmos no processo de acumulação, outras temporalidades em relação à dinâmica anterior, acarretando um considerável impacto à região como um todo”.

Durante o período da ditadura militar (1964-1985), Angra dos Reis foi inserida na área de Segurança Nacional, o que conferia um maior peso e atenção do governo federal nas suas decisões internas, se tornando palco para os seus empreendimentos de infraestrutura. Nesse contexto, o município é selecionado para receber a instalação do Complexo Nuclear. Araújo (2023) aponta que os motivos para a escolha da praia de Itaorna para sediar as usinas nucleares são: a baixa densidade populacional e as atividades econômicas ali desenvolvidas (pesca e agricultura de subsistência); a composição geológica, rochas e sedimentos de granito-gnaiss, ideais para fundação da estrutura; e a posição geográfica, ou seja, a proximidade relativa aos grandes centros urbanos-industriais, bem como a rede de transmissão elétrica existente.

Em vista disso, a construção do complexo nuclear em Angra dos Reis segue a mesma lógica dos empreendimentos abordados anteriormente, “ou seja, a produção de um espaço industrial cuja gestação foi feita a partir de fora, com capital acumulado fora do município e visando atender a uma demanda também de fora” (Abreu, 2005, p. 41). Portanto, é mais um investimento que comprova como Angra é condicionada por decisões externas, afetando diretamente a sua economia e seu espaço urbano.

Em 1972, iniciam-se as obras da primeira usina nuclear brasileira, a Angra 1, com reatores americanos da *Westinghouse*. Em seu projeto inicial, a previsão para a conclusão das

obras era para o ano de 1977 e no ano seguinte o início de suas operações. No entanto, diversos problemas técnicos e imprevistos atrasaram os planos dos militares, permitindo o início de sua operação apenas no ano de 1985.

Além das obras referentes à usina propriamente dita, foram construídas duas vilas residenciais para atender ao pessoal gabaritado, a vila da Praia Brava e a vila residencial de Mambucaba, essa sob os limites do município de Paraty. O intuito para a instalação dessas residências era de viabilizar melhores condições para construção e a manutenção da usina, garantindo aos trabalhadores moradias próximas, bem como infraestrutura básica, contando com hospital, escola e casas na beira da praia.

Entretanto, referente aos trabalhadores menos qualificados, muitos vindos de outras cidades, não foi realizado nenhum suporte ou garantia de infraestrutura. Dessa maneira, coube a esses sujeitos formarem bairros nas redondezas da central nuclear, como o Frade e o Parque Mambucaba. Essas localidades são bastante populosas, no contexto municipal, e carentes de infraestrutura urbana, onde os investimentos em serviços públicos tiveram de partir do poder local, sem receber nenhum tipo de auxílio do governo federal ou da própria usina.

Já o Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG) é um dos maiores terminais petrolíferos da PETROBRÁS, composto por duas áreas segmentadas que totalizam uma área de 1250000 m², localizadas às margens da rodovia BR-101 e, relativamente, próximas de onde está localizado o estaleiro. Suas obras tiveram início em 1974 e foram concluídas em 1977, ano de sua inauguração. Sua instalação segue a mesma lógica que o complexo nuclear, ou seja, um complexo instalado por decisão do governo federal, voltado ao setor energético e implantado num local consideravelmente isolado.

Sua instalação no local deveu-se à superação do limite de capacidade operacional dos terminais e oleodutos da baía de Guanabara. Mais uma vez, a opção pela implantação de uma grande instalação industrial na região, teve suas bases em interesses a partir de demandas exógenas, mas interferindo radicalmente na dinâmica local sem contrapartidas claras e imediatas (Abreu, 2005, p. 44).

O seu impacto sobre o espaço urbano de Angra dos Reis assemelha-se ao da central nuclear, pois também ocorreu a construção de uma vila para os funcionários mais qualificados, enquanto os menos qualificados instalavam-se na periferia do empreendimento. Nesse contexto, foi estabelecida a vila da PETROBRÁS fornecendo infraestrutura com casas prontas, acesso a eletricidade, a saneamento básico e com vias de acesso bem pavimentadas. Em contraposto, os operários, que atuaram na construção e os poucos que conseguiram um emprego no terminal, foram obrigados a se alojarem nas áreas mais próximas, dando origem ao bairro

Monsuaba, dentre outros, e intensificando a ocupação do núcleo urbano próximo preexistente, a Jacuecanga.

Diante disso, esses empreendimentos apresentados são entendidos como determinantes para a produção do espaço urbano de Angra dos Reis, pois é por meio deles que o panorama socioeconômico do município vai sendo delineado. O que antes era relacionado a uma cidade portuária, com a economia relacionada a pesca e agricultura de subsistência, após esse período se torna um município com intensa atividade industrial e um importante destino turístico nacional. Além disso, Chetry (2019) revela que a população praticamente triplicou, passando de 20.929 habitantes em 1950 para 56.869 habitantes ao final da década de 1980, na qual a expressa maioria está concentrada nos centros urbanos e seus arredores. Portanto, esse período é muito importante para compreender a distribuição espacial da urbanização em Angra dos Reis, bem como para compreender a nova estrutura socioeconômica, representada pela inserção de novas atividades econômicas, a indústria e o turismo.

Não obstante, cabe ressaltar que a estrutura montada e a configuração espacial urbana estabelecida nesse período são determinantes para o crescimento da cidade nas décadas seguintes. Chetry (2019; 2021) aponta que as imigrações têm papel determinante para o crescimento populacional da cidade¹⁶, com o tamanho de sua população praticamente dobrando a cada década subsequente, reforçando a grande atratividade desses empreendimentos industriais, bem como o crescimento do turismo na região.

Em vista disso, Machado (1995) apontava que Angra dos Reis se tratava de uma comunidade aberta e conectada com as transformações do capitalismo, apontando, à época, expectativas positivas para o município, principalmente em relação ao desenvolvimento do turismo e o potencial ecológico da região. Ademais, reforçava a carência de atenção para uma gestão mais democrática do território, esta que deveria seguir pela negociação dos interesses dos diversos agentes territoriais envolvidos na produção desse espaço. Apesar de considerar a existência de um problema relacionado à atuação do mercado imobiliário, promovendo a segregação socioespacial, a autora se mostrava otimista, muito em decorrência do Plano Diretor, elaborado em 1991. Entretanto, Abreu (2005) nos apresenta que, mesmo com o estabelecimento

¹⁶ “O município viu sua população praticamente dobrar a cada 20 anos entre 1970 e 2010, passando de 40.276 habitantes a 169.511 habitantes, o que a classifica estatisticamente como uma cidade média. Ao longo deste período, a cidade apresentou um incremento populacional significativo, em torno de 3,6 % ao ano em média, crescimento bem acima do ritmo de crescimento do Estado do Rio de Janeiro e das cidades de tamanho comparável. Esse forte crescimento demográfico, que acompanhou a implantação de grandes empreendimentos industriais a partir da década de 1950 (estaleiro, terminal petrolífero, central nuclear), de infraestruturas (Rodovia BR 101) e do desenvolvimento da indústria turística a partir da década de 1980, foi essencialmente o resultado das migrações, tanto por seus efeitos diretos no aumento da população quanto por seus efeitos induzidos sobre o crescimento natural através das mudanças que elas ocasionaram na estrutura demográfica da população” (Chetry, 2021, p. 2).

de uma gestão democrática e participativa sobre a cidade, a qual apontou a duração por 12 anos, o ordenamento do espaço urbano seguiu a lógica de valorização do turismo, este ordenado ao público de alto padrão de consumo, onde a Angra industrial era entendida como um empecilho para o turismo, pois “enfejava” a cidade.

Mapa 3 - Extensão da BR-101 e os Empreendimentos de Infraestrutura Nacional instalados entre as décadas de 1960-1980.



Fonte: IBGE, 2020; ANA, 2020. Elaboração: o autor, 2025.

Sendo assim, continuaremos a discussão sobre o processo de urbanização de Angra dos Reis, focado na participação do turismo na produção e modelação do espaço urbano, reforçando o papel da BR-101 e revelando a participação do Estado ao fomento do turismo, principalmente, a que tipo de turismo é fomentado, discutindo interesses e consequências.

5.2 - A TURISTIFICAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO ANGRENSE

O turismo recebe grande relevância e notoriedade ao nos referirmos a Angra dos Reis. Essa noção é tão pujante, principalmente no senso comum, que ela sobrepõe e ofusca a importância da indústria no município, seja ao revisitar a sua história seja nas dinâmicas

contemporâneas. Isso é resultado direto da ação do marketing turístico, que promove uma imagem de Angra enquanto um paraíso tropical por, ao menos, 50 anos. Uma representação idealizada que, quando posta em contraste com a realidade, expressa as contradições envolvidas nesse processo (Borges, 2018). Assim, identificamos que a propaganda turística de Angra esconde e ofusca a própria cidade, os próprios moradores, bem como as problemáticas urbanas atreladas a esse espaço urbano intensamente segregado, fundamentado na concentração de renda e terras.

Apresentamos na seção anterior o papel da industrialização no processo de urbanização de Angra dos Reis, com objetivo de revelar que as dinâmicas urbanas e econômicas do município vão além do setor turístico, abarcando uma complexidade maior à realidade local. Entretanto, não há como desconsiderar o papel que o turismo tem sobre o município e a região da Costa Verde¹⁷ fluminense (Mapa 4, a seguir), seja relacionado a economia local, aos fluxos, a organização territorial da cidade, até mesmo a sua própria representação. Sendo assim, buscamos nesta seção apresentar como o turismo recebe tal relevância no contexto regional e local e os desdobramentos dessa atividade.

Em concordância com Abreu (2005) e Borges (2018), tomemos a construção da rodovia Rio-Santos como o marco simbólico e material para a entrada do setor turístico na região, pois com isso conseguimos definir um marco histórico para o início de tal atividade econômica e a construção de uma análise. Desse modo, Fontanelli (2019) aponta que a construção do trecho Rio-Santos fez parte de uma estratégia do governo militar em promover uma modernização conservadora, esta articulada entre o Estado e a elite dominante, em um movimento verticalizado (Santos, 2017), com imposições vindas do alto comando, desconsiderando as especificidades locais, bem como a garantia de acesso democrático à terra e bens. Além disso, Chastan (1976) revela que as intencionalidades em torno da concepção da rodovia estavam atreladas em estabelecer uma ligação entre os equipamentos industriais da região (o porto de Sepetiba, o estaleiro Verolme, a usina nuclear a ser construída) com os grandes centros urbanos industriais, principalmente o Rio de Janeiro; e, junto a isso, levar o turismo a todas as vilas e cidades praianas do percurso.

Portanto, a instalação da BR-101 em Angra não escapa dessas intencionalidades, servindo como um instrumento de articulação dos empreendimentos industriais e dos núcleos

¹⁷ A Região da Costa Verde, composta pelos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, é classificada como uma área turística do estado do Rio de Janeiro especializada no segmento de ecoturismo e praia (Gomes, 2010).

urbanos, além de promover a dominação das terras litorâneas pelo capital turístico-imobiliário, impulsionando a espacialização de Angra como um destino turístico (Ribeiro, 2017).

Mapa 4 - Áreas Turísticas do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Gomes, 2010, p. 57 - Base Cartográfica do IBGE. Org.: NEGEF, 2009.

Não obstante, nota-se que as motivações por trás disso estão relacionadas à valorização do segmento de sol, mar e praia pelo turismo, atrelado à construção da imagem de paraíso dessacralizado, um paraíso agora comercial, bucólico e moderno (Borges, 2018). Assim sendo, os agentes de escalas superiores (Estado e grandes empresários) começam a observar, no território nacional, as potenciais porções do litoral que pudessem ser apropriadas pelo turismo, ou melhor dizendo, que detinham a “vocação turística”. Desse modo, Borges (2018) identifica dois fatores determinantes para a redescoberta do mar na Costa Verde fluminense: a BR-101 e o Projeto TURIS.

Anterior ao início das obras da BR-101, o governo federal começou a estipular algumas estratégias para tentar remediar os iminentes conflitos de terra nos municípios perpassados pela rodovia, ainda em fase de planejamento. Dessa forma, foi publicado o decreto n  70.986, no dia 16 de agosto de 1972, no qual declarava todos os municípios cortados pela Rio-Santos como

áreas prioritárias para fins de reforma agrária (Fontanelli, 2019). A proposta do referido decreto era de garantir a posse e propriedade dos terrenos localizados nas proximidades da rodovia, identificar corretamente as áreas da União, a fim de evitar as práticas grilagem e a ação dos jagunços. Além disso, Fontanelli (2019) aponta que o decreto apresentava às comunidades tradicionais localizadas nessas áreas a possibilidade do reconhecimento legal de seus territórios, o que seria muito benéfico para essas comunidades.

Entretanto, o que se observou foi que esse decreto não saiu do campo do planejamento, onde nenhuma dessas expropriações foi levada a cabo (Abreu, 2005; Ribeiro, 2017; Fontanelli, 2019). O que se observou foi a constituição da realidade já conhecida, na qual o capital turístico-imobiliário teve total apoio e prioridade para a expansão de suas atividades, emergindo diversos conflitos violentos pela posse de terras, com a ação de grileiros e jagunços (Siqueira, 1989; Gois, 2020). Ademais, Fontanelli (2019) reforça que o apoio do Estado a essas ações e esse agressivo processo de desterritorialização foi facilitado pela sua omissão perante a esses conflitos.

Somado a isso, o documento citado contou com a consideração das áreas de floresta e demais áreas de vegetação como áreas de preservação permanente, sob responsabilidade, à época, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Além disso, temos a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, o qual abrange áreas dos municípios atravessados pela rodovia (Fontanelli, 2019). Posto isso, é possível notar a presença de estratégias preservacionistas a fim de controlar a ocupação desenfreada dessa região, o que possibilita a manutenção da preservação ambiental, bem como as condições paisagísticas, elemento fundamental para a “vocação turística” dessa porção do litoral.

Concomitante a essas propostas, há outra iniciativa por parte do Governo Federal, que é a encomenda de um plano de desenvolvimento turístico para a região, o Projeto TURIS¹⁸. Criado por meio de um convênio da EMBRATUR com a empresa francesa Société Centrale Pour L'Équipement du Territoire (SCET), o projeto tem como objetivo identificar e categorizar as áreas de interesse turístico na extensão do litoral brasileiro, que abrangia desde o município de Mangaratiba, no Rio de Janeiro, até Bertioga, em São Paulo (Borges, 2018).

Desse modo, esse projeto consistiu na elaboração de um relatório de classificação de localidades com potencial turístico e apresentava propostas referentes aos tipos de ocupação e de oferta de atividades turísticas a serem estabelecidas. Com isso, Borges (2018) revela que

¹⁸ Carvalho (2012, p. 118), baseada em reportagens da Revista Quatro Rodas publicadas em 1975, revela que: “o Projeto Turis foi publicado em três volumes: o primeiro sobre a filosofia do projeto turístico; o segundo acerca das possibilidades de aproveitamento turístico da região; e, por último, as normas para a ocupação território”

foram definidas zonas de interesse turístico por toda essa porção do litoral fluminense e paulista, enquadrando praias e ilhas, e, somado a isso, apresentando o potencial de cada zona de acordo com a densidade populacional dessas praias, propondo uma exclusividade no uso.

Em vista disso, todas as áreas de costa, “a faixa entre o mar e até um quilômetro após o eixo da Rodovia Rio Santos, o que incluía as Ilhas, era área de interesse turístico e, por isso, deveria ter a ocupação planejada” (Carvalho, 2012, p. 119). Entretanto, apenas os núcleos urbanos já estabelecidos (Angra dos Reis, Mangaratiba, Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba e Bertioga) e as áreas de segurança nacional (praia de Itaorna, praia de Jacuecanga e a Ilha Guaíba) não foram incluídas como áreas de interesse turístico (Carvalho, 2012).

Essa classificação proposta pelo Projeto TURIS é diretamente relacionada ao segmento de sol e praia, com a sua filosofia de projeto diretamente associada ao ideário de paraíso tropical (Borges, 2018), desconsiderando as práticas histórico-culturais já existentes nessas praias (Fontanelli, 2019). Assim sendo, após as análises físico-geográficas, foi realizada uma classificação das zonas turísticas de acordo com a densidade populacional das praias, classificando estas em A, B e C (Ribeiro, 2017; Borges, 2018), como apresenta a tabela 3.

Em concordância, Guanzirolí (1983) aponta que a avaliação feita afirmava que era preciso construir uma estrutura prévia para a instalação de hotéis e resorts, reforçando a necessidade do Estado em investir na infraestrutura para atender a esses empreendimentos. Não obstante, complementa:

[...] o mais interessante dessa avaliação é a afirmação de que, para promover o turismo e a hotelaria, é necessário fornecer previamente infraestrutura, isto é, construir a estrada, e depois, como se não fosse suficiente, ainda oferecer subsídio e incentivos fiscais. Não vemos assim surgir um ramo da produção (ou serviços) em função da sua própria lógica de acumulação e do mercado concorrencial; pelo contrário, esse ramo surge totalmente beneficiado pela infraestrutura e pelos subsídios e incentivos que o Estado lhe fornece (Guanzirolí, 1983, p. 89).

Tabela 3 - Capacidade de carga e categorização do turismo proposto pelo Projeto Turis.

Categoria	Densidade Ocupacional	Tipo de Praia	Segmento Turístico
A	A partir de 15m ² /banhista	Pequena e de beleza intensa	Alta categoria
B	de 6 a 15m ² /banhista	Densidade média com flexibilidade de ocupação da área contígua	Tipo Médio

C	5m ² /banhista	Extensa; geralmente localizadas próximas dos grandes centros urbanos	De massa
---	---------------------------	--	----------

Fonte: Borges (2018), adaptado do Projeto Turis (EMBRATUR, 1973, p. 8-9).

Assim sendo, este projeto estabeleceu uma categorização dessa porção do litoral, entre o sul fluminense e o norte paulista, a qual se inclui Angra dos Reis. Apesar de ser abandonado nos anos seguintes e não ter entrado em vigor, ao tratarmos sobre Angra, bem como a região da Costa Verde, se identifica as influências desse projeto na forma em que o turismo se desenvolveu na região (Abreu, 2005; Ribeiro, 2017; Borges, 2018). Pois, a categorização proposta, revela como o Estado pensava a respeito das atividades turísticas na região, propondo um planejamento excludente e segregador ao acesso da população a essas áreas, estabelecendo um recorte de classe por meio da diferenciação de renda. Portanto, entende-se que esse projeto serviu como respaldo a atuação do capital turístico-imobiliário sobre o mercado de terras, retomando o ponto já afirmado acima, no qual o Estado atuou a favor dos interesses desses grupos capitalistas frente aos interesses da população local e das comunidades tradicionais.

Desse modo, mesmo sem o projeto ser concretizado a sua lógica e propaganda refletem na materialização do turismo em Angra dos Reis, indo ao encontro das estratégias adotadas pelo capital turístico-imobiliário associado ao Estado no desenvolvimento do setor turístico, ou melhor dizendo, a que tipo de turismo deve ser incentivado.

Apenas no município de Angra dos Reis podemos identificar três grandes empreendimentos turísticos construídos nas áreas de potencial turístico elencadas no Projeto Turis, sendo: o Porto Bracuhy, o complexo hoteleiro Porto Frade e o condomínio Portogalo. Todos esses empreendimentos são construídos em áreas entre as margens da rodovia Rio-Santos e a linha de costa, com praias particulares, destinadas a um público de alto padrão de consumo.

Ribeiro (2017) apresenta em sua pesquisa como a criação do hotel Porto Frade é responsável por promover uma grande transformação espacial, além de evidenciar um processo de disputa de território, onde ocorre um processo de dominação, pelo grande capital turístico, impedindo que os agricultores e pescadores continuassem ali utilizando esse território. Além disso, revela que este empreendimento é um grande instrumento de segregação socioespacial no município, estabelecendo uma clara divisão que se expressa no uso da praia do Frade, onde uma porção é destinada aos hóspedes e a outra à população local. Em concordância Martins, Seabra e Richter (2020, p. 49), ao pesquisarem sobre os condomínios citados acima, afirmam que o “turismo na localidade consolidou-se com base em exclusão, representados pelos

complexos turísticos-imobiliários, que muitas vezes reúnem resorts e/ou hotéis de alto padrão, condomínios de luxo, marinas, campo de golfe, e outros serviços voltados para o público de maior poder aquisitivo”.

É com base nessa lógica de acumulação do capital que o turismo desenvolve suas atividades em Angra, objetivando um turismo de alto padrão de consumo, reservado a espaços exclusivos, uma perspectiva de consumo do espaço por meio do lazer, descanso, e da paisagem paradisíaca relacionada ao sol e ao mar. Com base nisso, se identifica que os principais usos dos visitantes em Angra corresponde a ficar nesses grandes hotéis ou condomínios de segunda residência, espaços fechados e segregados, e utilizar a cidade como uma porta de entrada para outro destino, majoritariamente, para a Ilha Grande (Fonseca; Lopes Júnior, 2016; Gois, 2020). Portanto, observa-se um padrão de comportamento que se repete em função de como o turismo é pensado e planejado, revelando uma situação bastante contraditória, na qual a cidade/centro urbano de Angra não é consumida/visitada por número significativo de turistas.

Feito essa exposição de como o turismo inicia suas atividades no município e sobre qual perspectiva de turismo é entendida para região e o município, pretende-se, agora, focalizar essa discussão a respeito do centro do município e como o turismo promove a produção desse espaço.

Compreendendo que, diferentemente das praias pouco habitadas ao longo da rodovia Rio-Santos e das praias insulares, enquanto exemplos do paraíso tropical, a área central de Angra se distancia desse ideário, sendo visto até como algo “feio” por parte do governo municipal (Abreu, 2005; Carvalho, 2012), por expressar a “vocação industrial”.

A partir da década de 1990, com a redemocratiza o, a gestão municipal começa a traçar estratégias para diversificar a oferta turística no município. Veja, não se trata de estabelecer novos atrativos voltados a atender o público classe A, este que frequenta os resorts e condomínios de luxo, mas a outros públicos, propor uma oferta turística visando atender novas demandas. Sendo assim, a prefeitura começou a traçar projetos de requalifica o urbana, concentrados no centro e suas proximidades a partir dos anos 1990 e se intensificando na primeira década dos anos 2000. Além disso, a amplia o do setor de turismo aparecia como uma estratégia de diversifica o econômica interessante ao município, em vista da grande crise que acarretou o estaleiro na década de 1980, está relacionada a uma mudança global do capitalismo, não sendo uma condi o exclusiva de Angra.

Antes de discutir os projetos e propostas sobre a requalifica o da área central de Angra dos Reis, é preciso apresentar como se estabelecia o contexto político municipal. Com o fim do regime militar Angra deixou de ser considerada área de segurança nacional, possibilitando a

realização das eleições municipais com a eleição do prefeito por voto direto. Devido à mobilização política da época, um período da política brasileira em que diversos grupos tinham bastante voz com a comunidade, em Angra o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou o pleito pelo governo municipal. Segundo Abreu (2005), isso se dá em decorrência da configuração social da cidade na época, com grande apelo dos movimentos sociais como o sindicato dos metalúrgicos e a atuação da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ).

Dentro desse contexto é elaborado, por exigência do estatuto das cidades, o Plano Diretor (1991) de Angra dos Reis, o qual apresentava em suas competências um modelo de gestão democrática e participativa (Abreu, 2005). Desse modo, junto ao Plano Diretor foi criado o CMUMA¹⁹, sendo esses um conselho para decidir as propostas de urbanização e do meio ambiente na cidade, reunindo representantes de todas as esferas da sociedade, propondo debates e uma gestão participativa sobre o gerenciamento do território municipal. Abreu (2005) aponta que esse conselho teve papel importante para a definição das diretrizes que compõem o Plano Diretor, bem como para frear algumas iniciativas dos empresários do turismo e do mercado imobiliário. Portanto, ao longo dos 12 anos de sua duração (1991-2003) (Abreu, 2005), esse conselho foi responsável por definir os rumos de produção do espaço urbano, conseguindo impor limites à alguns projetos predatórios e excludentes do capital turístico-imobiliário.

Feito isso, ainda nos anos 1990 se iniciaram as discussões sobre o desenvolvimento da área central da cidade, justificada pela falta de investimentos turísticos nesta área, a qual estavam direcionados às outras atividades econômicas, principalmente a indústria (Abreu, 2005). Nesse sentido, surge o Projeto Orla, voltado à intervenção na área central do município, preferencialmente a sua orla marítima, “buscando “requalificá-la” (termo recorrente no memorial justificativo do projeto) para o turismo e o lazer, além de “voltar a cidade para o mar”²⁰ (Abreu, 2005, p. 85).

O projeto de revitalização da orla inscreve Angra dos Reis no cada vez mais amplo conjunto de cidades que elegeram a recuperação e revitalização urbana como um dos meios para promoção de seu desenvolvimento econômico e social [...] No caso específico de revitalização de áreas litorâneas e portuárias, os exemplos concentram-se em países da Europa e nos Estados Unidos, para os quais o turismo é, hoje, uma das principais fontes de riqueza [...] Pelo investimento requerido e pelo caráter das intervenções propostas, o projeto ora apresentado será implementado pela Prefeitura ao longo dos próximos anos, devendo contar, para isso, com recursos da iniciativa privada e com o apoio e participação da comunidade de Angra dos Reis, e ter, como

¹⁹ Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (CMUMA).

²⁰ Importante frisar que a perspectiva de “voltar a cidade para o mar” se torna uma tônica do poder público municipal. A exemplo disso, temos a Planta Geral do Projeto Orla (Figura 3) exibindo o como *slogan* “O esperado reencontro da cidade com o mar” reforçando esse projeto de cidade almejado pelo poder público municipal, algo que também aparece nos discursos políticos e nas entrevistas realizadas (ver capítulo 6).

objetivo primeiro, a promoção do desenvolvimento econômico, turístico e social da cidade (De Fournier, 1996, apud Abreu, 2005, p. 87-88).

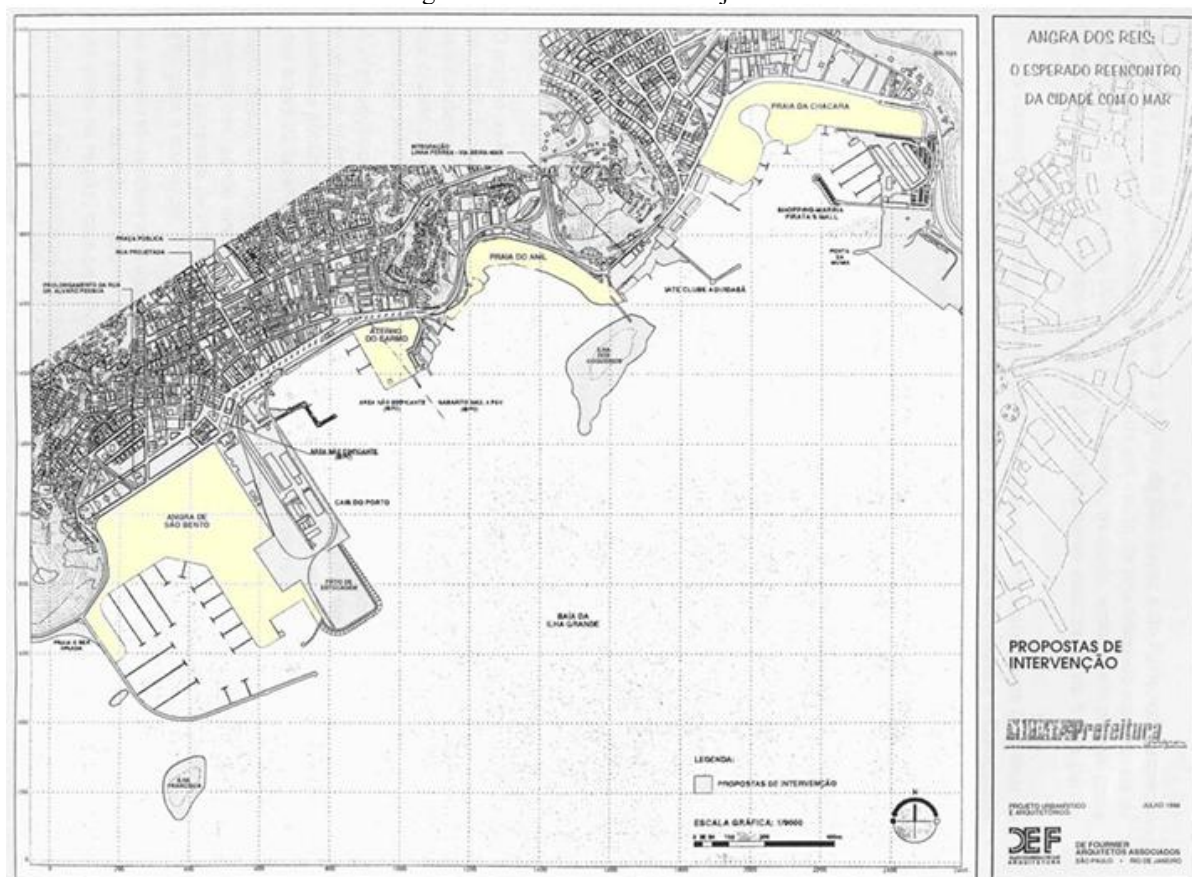
O fragmento acima representa um trecho extraído do documento original do Projeto Orla. É interessante notar a tendência do projeto referente à concepção de cidade, da fonte de inspiração, ou seja, a proposta reside em aplicar um modelo de estética relacionado aos modelos adotados na Europa e nos Estados Unidos. Desse modo, buscam em exemplos que não se relacionam com a realidade de implementação do projeto, mantendo, assim, a lógica global sobre a local, propondo mudanças na cidade interessadas em atender uma população flutuante e visitante ao invés dos residentes que, cotidianamente, frequentam esses espaços. Este exemplo nos permite retomar Lefebvre (2006), o qual nos revela que o espaço concebido não representa o espaço vivido, ainda mais nesse caso, onde o planejamento desse espaço não valoriza ou se relaciona com a dimensão do vivido. Além disso, cabe aqui a discussão referente à própria cidade, na qual o valor de troca dos espaços se sobrepõe ao valor de uso (Lefebvre, 2001).

Abreu (2005) chama a atenção para a forma em que esse projeto se estabelece, por meio de parceria público-privadas, onde os interesses do setor privado prevalecem e se aproveitam dos incentivos públicos. Diante desse comportamento da gestão municipal, o autor entende que se refere a uma gestão empresarial, nos termos de David Harvey (1996). Entendendo que a competição entre as cidades junto às parcerias público-privadas promove a transformação da cidade em um produto a ser consumido, no caso, pelo turismo.

Mesmo sem conseguir estabelecer todas as propostas contidas no Projeto Orla, foi possível identificar duas grandes obras de requalificação urbana em função do turismo na área central na década de 1990, sendo elas: a requalificação da orla da Praia do Anil, localizada entre o centro e o bairro do Balneário (Figura 3) e a instalação do *Shopping Center Piratas Mall's* na Praia da Chácara (Figura 4), este contendo uma marina, um heliporto e um pequeno hotel dentro de suas dependências.

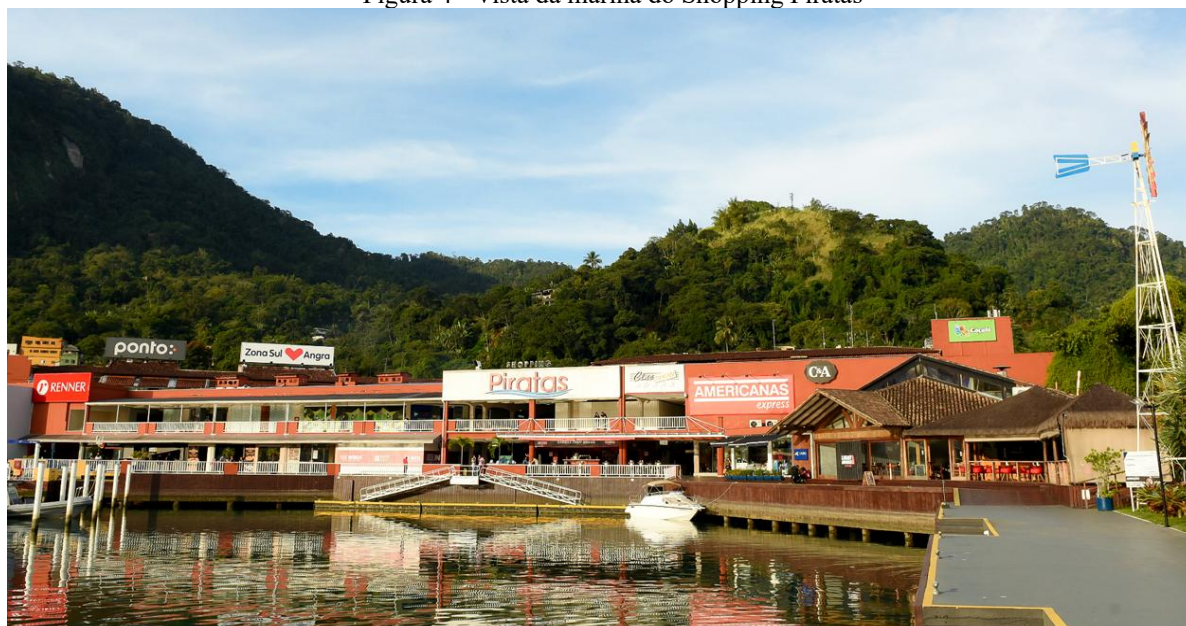
Essa lógica de gestão empresarial do município se intensifica a partir do ano 2000, quando uma chapa composta por empresários da cidade, relacionados ao setor de comércio, construção civil, proprietários de terras e do turismo vencem as eleições municipais (Abreu, 2005). Esse novo governo municipal adota como estratégia as intervenções urbanas como marca da gestão. Desse modo, Abreu (2005) aponta que uma das estratégias adotadas era de estimular cada vez mais parcerias com instituições privadas para arrecadar mais fundos, promovendo mais obras de “embelezamento” para o centro de Angra, transformando a cidade em uma vitrine.

Figura 3 - Planta Geral do Projeto Orla



Fonte: Abreu, 2005, p. 86.

Figura 4 - Vista da marina do Shopping Piratas



Fonte: Shopping Piratas, 2025. Disponível em: <https://shoppingpiratas.com.br/novos-negocios/>. Acesso em: 21 de jun. de 2025.

Diante disso, as ideias levantadas no Projeto Orla, ancoradas na concepção de fazer a cidade voltada para o mar, são retomadas e o turismo emerge como o principal vetor de

investimento do poder público municipal. São traçadas intervenções urbanas focadas na requalificação dos espaços públicos da cidade, em transformar a cidade em um lugar a ser consumido, acompanhando as tendências globais de urbanização, com projetos que valorizam mais a perspectiva do empresariado do que a da população local.

Essa gestão empresarial se mantém no governo municipal desde o ano de 2000, a exceção apenas do período entre 2012 a 2016 em que a oposição conseguiu ganhar um pleito eleitoral. Assim sendo, essa lógica de enxergar a cidade e, também, de pensar o turismo perdura desde então, com uma série de obras de requalificação urbana, contando com aterramentos na área central, reconfiguração da orla do centro, revitalização do entorno do porto e de praças.

Nesse sentido, o nosso objeto de estudo, a Praça Zumbi dos Palmares, é fruto de um projeto estabelecido por essa gestão, uma intervenção urbana que visa requalificar um espaço histórico do centro da cidade em função do turismo, estabelecendo ali mais um atrativo turístico. Configurando um dos projetos norteados por essa lógica empresarial, que se tornou a perspectiva preponderante de se pensar a cidade e seus espaços públicos, ao menos no âmbito do planejamento. Logo, é diante desse cenário que buscamos interpretar a recente transformação da praça, atentando para os elementos materiais, assim como imateriais, ou seja, suas estruturas, formas, usos e símbolos.

Essa gestão urbana se mantém firme à frente do governo municipal, promovendo ao longo desses anos estratégias e fomento ao desenvolvimento do turismo no município, realçando sempre que possível a “vocação turística”, termo que perdura desde a divulgação do Projeto Turis. Recentemente, a exemplo disso, temos o projeto do “Consórcio de Turismo da Costa Verde” (PMAR, 2025), liderado pelo prefeito de Angra. O consórcio busca estabelecer uma coalizão regional para o desenvolvimento do turismo, consolidando a região da Costa Verde²¹ como um destino turístico no âmbito nacional e internacional. Aumentando, assim, a capacidade de competir com outros destinos turísticos, uma perspectiva diretamente relacionada ao que se define por uma gestão empresarial (Harvey, 1996).

Feita essa contextualização histórica do turismo e a sua relação com a produção do espaço urbano de Angra dos Reis, apresentando perspectivas e tendências. Partiremos, no próximo capítulo, para uma discussão focalizada na Praça Zumbi dos Palmares, destrinchando

²¹ Na proposta do consórcio, a delimitação da região da Costa Verde difere daquela apresentada por Gomes (2010) em sua categorização das áreas turísticas do Estado do Rio de Janeiro. Enquanto Gomes adota outra configuração, o consórcio, por decisões políticas, inclui os municípios de Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, Itaguaí e Rio Claro como integrantes da Costa Verde (PMAR, 2025).

a complexidade em torno da apropriação socioespacial desse território, objetivo que nos propomos a realizar no âmbito dessa pesquisa.

6 - A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES: território, usos e conflitos no contexto da turistificação.

O presente capítulo tem como objetivo analisar o nosso objeto de pesquisa, a Praça Zumbi dos Palmares, localizada no centro da cidade de Angra dos Reis (RJ)²², enquanto espaço público e, ao mesmo tempo, território em disputa no contexto do processo de turistificação do município. Considerando a base teórico-conceitual da pesquisa, discutida anteriormente, parte-se do entendimento de que os espaços públicos urbanos são produzidos socialmente (Gomes, 2018) e, sobretudo, atravessados por relações de poder, o que nos permite falar sobre um território (Souza, 2013). Compreendendo, que os diferentes agentes territoriais atuantes na Praça disputam usos, significados e formas material e simbólica, em uma trama assimétrica de forças (Haesbaert, 2004).

A Praça Zumbi dos Palmares apresenta-se como um espaço muito interessante para a investigação dessas dinâmicas socioespaciais, uma vez que historicamente se consolidou como local de comércio, trabalho, sociabilidade e identidade para os pescadores, feirantes e moradores, ao mesmo tempo em que passou, recentemente, por um processo de requalificação urbana atrelado à tentativa de valorização turística da área. Desse modo, esse processo insere a praça em uma lógica de reordenamento espacial, articulando interesses do poder público municipal e do setor turístico, (re)produzindo novas funções, formas e usos sobre esse espaço.

Assim, a análise desenvolvida neste capítulo pretende compreender como a turistificação da Praça Zumbi dos Palmares impacta no processo de apropriação socioespacial do território, considerando elementos materiais (estruturas e formas) e imateriais (pertencimento, identidade, símbolos, tensões e conflitos). Nesse sentido, a praça não é tratada apenas como um espaço físico requalificado, mas como um território vivo, dinâmico, no qual se manifestam tensões, conflitos e estratégias de contornamento (Haesbaert, 2014), nos interessando mais a forma em que é utilizada do que sua aparência.

Metodologicamente, o capítulo fundamenta-se na análise de arquivos históricos, na observação de campo e, sobretudo, nas entrevistas realizadas com os diferentes agentes territoriais, cujo conteúdo foram analisados segundo os parâmetros de análise²³ definidos a partir da adaptação da metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Assim sendo, resumidamente, as discussões foram estruturadas a partir dos seguintes parâmetros: os usos

²² Ver mapa 1.

²³ Ver “Capítulo 4 - Procedimentos Metodológicos”, onde há o detalhamento dos parâmetros de análise e dos procedimentos adotados na pesquisa.

históricos da praça; o processo de turistificação, suas motivações e intencionalidades; os usos contemporâneos da praça; as tensões e conflitos entre os agentes territoriais; e as implicações da turistificação nos modos de vida e territorialidades dos pescadores e feirantes.

6.1 - A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES NA HISTÓRIA DE ANGRA DOS REIS

Conforme Mendes (2009), a área onde hoje está situada a Praça Zumbi dos Palmares, no centro de Angra, já era um notório espaço de comércio e de socialização desde meados do século XIX. Sendo o local onde os pescadores da região, principalmente moradores da Ilha Grande e Ilha da Gipoia²⁴, se dirigiam para comercializar os pescados com os moradores da cidade e os oficiais da marinha. Sendo assim, os pescadores se dirigiam até a Praia do Mercado e comercializavam os pescados nas “fiadas”, se tornando, assim, o Largo da Banca. Esse nome remete diretamente à forma com que os pescados eram comercializados à época, expostos em bancas feitas de caixotes ou nas “fiadas”, revelando a simplicidade em que essa atividade era realizada, assim como a falta de estrutura.

Ainda nessa época essa área já detinha grande importância, justamente pela presença das paróquias e dos Conventos do Carmo e de São Bernardino de Sena, da Santa Casa, da Prefeitura e do Porto da cidade. Dessa forma, o entorno já consistia com uma importância política e religiosa muito forte. Referente à função econômica, Abreu (2005) aponta que, durante o final do século XIX e início do século XX, o Porto de Angra operava em um fluxo muito baixo, transportando poucos produtos, mas, principalmente, a produção de sardinha.

Reconhecendo a importância do comércio de pescados para a cidade, a câmara municipal, no início do século XX, encomendou a construção do Mercado do Peixe para oferecer um maior suporte às atividades desenvolvidas no Largo da Banca. Assim, com as obras concluídas em 1915 (Filho, 2004), essa área recebeu a estrutura do mercado redondo, que se mantém até hoje no local, e a área passou a ser reconhecida por outro referencial, ou seja, o antigo Largo da Banca agora passaria a ser reconhecido como o Largo do Mercado (Mendes, 2009). Desse modo, compreendemos o Mercado do Peixe como uma rugosidade (Santos, 2017) e, por meio dela, é possível compreender as modificações espaciais do seu entorno.

²⁴ Guanzioli (1983) revela em sua pesquisa dados censitários que mostram que, na primeira metade do século XX, a população insular era maior do que a continental, sendo a Ilha Grande a mais populosa, seguido da Ilha da Gipoia. Este panorama só se altera com a chegada das grandes indústrias em Angra dos Reis (ver capítulo 5), no qual promove o êxodo da população insular para o continente, atraindo muitos pescadores e agricultores para trabalhar na indústria.

O Mercado do Peixe, ou mercado redondo, foi projetado e construído pelo capitão-engenheiro do Exército Rosalvo Mariano da Silva, o mesmo responsável pelo projeto do atual Colégio Naval (Filho, 2004). Possui formato ortogonal, com portas e janelas de ferro, oito boxes na parte interior e uma coluna circular central, que funciona como apoio para a venda do pescado. Com a construção do mercado, a dinâmica da comercialização dos pescados é alterada, pois, como aponta Isaltino (2004), o peixe que antes era vendido nas “fiadas” agora passa a ser pesado.

Figura 5 - Pescadores em frente ao Mercado do Peixe, em 1955.



Fonte: História e Fotos do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-reis/historico>. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

Figura 7 - Estrutura interna do Mercado do Peixe.



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

O representante da PROPESCAR (2025) informou que a comercialização de pescados no Mercado do Peixe sempre esteve direcionada ao pescador artesanal, à pesca de subsistência, diferenciando-se das fábricas de peixe, às quais vendiam em atacado para fora de Angra, principalmente, a sardinha. Ademais, apontou que a venda desses pescados em atacado era muito complicada, devido à dificuldade com o transporte e às poucas opções de ligação de Angra com outras cidades e o próprio Rio de Janeiro, dificuldade essa que motivou a formação da cooperativa.

Então, veja só, eu falo sobre isso que a cooperativa foi fundada em 27 de maio de 1967. Na época, foi a união de sete pescadores que existia entre a Gipoia, a ilha da Gipoia, e a Ilha Grande que se juntaram e formaram essa cooperativa. No passado existia, nessa data existia, muita dificuldade dos pescadores de Angra para vender o produto deles no mercado do Rio e de São Paulo. A dificuldade com transporte, dificuldade de retirada, e aí fizeram essa cooperativa. Desde da fundação ela é focada no atacado, ela não trabalhava no varejo aqui. Ela estava tendo algumas dificuldades nesse período, porque o pescador ele sabe pescar, sabe como gelar uma pescaria, mas ele não tem nenhum conhecimento de venda do pescado, da logística para vender o pescado. Hoje é logística que fala, antes era transporte e essas coisas (Representante da PROPESCAR, entrevista, 2025).

Desse modo, o entrevistado apresenta que a PROPESCAR mantém suas operações direcionadas à produção em atacado, ao pescador industrial, não estabelecendo relações com os pescadores e as atividades desenvolvidas no Mercado do Peixe, estas focadas na produção do pescador artesanal. É importante destacar isso, pois revela como as atividades desenvolvidas pelos pescadores no Mercado do Peixe se diferenciam da pesca industrial, de grande porte, especificando que tipo de atividade é historicamente desenvolvida ali. Porém, apesar de distintas, as atividades apresentam semelhanças e convergências, pontos que serão abordados no subcapítulo 6.3.

Olha só, há muito antigamente o mar chegava ali, o mar chegava quase perto da porta do banheiro ali. Não tem aqueles bueiros ali? Ali já começava a descida da praia, onde os barqueiros encostavam. Aqui na frente tirava o peixe, cara, ainda se esperneando para colocar ali para vender fresquinho (Limão, entrevista, 2025).

Após a construção do Mercado do Peixe, essa área continua mantendo a sua relevância como espaço de comércio e de socialização da cidade. Apesar da histórica relevância da atividade pesqueira nesse espaço, as atividades ali desenvolvidas não se restringiam somente a isso. Ao lado do Mercado do Peixe funcionava a Casa Larangeiras²⁵, um sobrado que funcionava como uma loja de artigos diversos, onde se encontrava tudo, tendo até um pequeno cais e um galpão nos seus fundos. Segundo Isaltino (2004), a Casa Larangeiras se tornou o maior empório de Angra, mantendo as suas atividades até o final da década de 1990, momento em que fechou suas portas. Junto a isso, os agricultores da região também passaram a se estabelecer no entorno do Mercado do Peixe e da Casa Larangeiras, onde comercializavam seus produtos.

Eu comecei a trabalhar aqui quando tudo era lama. [...] Ali era só barraca, só barraca pura, tinha muita barraca, tudo feito de madeirite (Banana, entrevista, 2025).

Na época que eu era mais novo, isso aqui era muito diferente. Não tinha essa praça aí de hoje não, era tudo lama. A praia chegava aqui ó, desse lado, e no outro, tinha um monte de barraca. Tudo elevada, né? Porque quando a maré subia alagava até lá. (Vermelho, entrevista, 2025).

Eu lembro aqui antes mesmo do mercado municipal, que a praia chegava até aqui no mercado do peixe. Aí quem não ficava aqui dentro vinha vender, ficava aí em volta do mercado. Montava banquinha ou vendia os peixes amarrados nas feiras (Garoupa, entrevista, 2025).

²⁵ A casa recebe esse nome em função da família Larangeira, por isso a grafia é feita com a letra “G”, invés da letra “J”.

Com os avanços da urbanização e do capitalismo sobre a cidade de Angra dos Reis a partir da segunda parte do século XX, o centro é diretamente afetado e remodelado em decorrência dos desdobramentos desse processo, como discutido no capítulo 5. Diante disso, e da pouca área disponível para o crescimento urbano, foi preciso traçar estratégias para a expansão do espaço urbano do centro. Assim sendo, entre 1969 e 1971 ocorrem sucessivos aterros e a canalização do Rio do Choro para a expansão do centro da cidade, extinguindo as Praias do São Bento e do Mercado, afastando, assim, o Mercado do Peixe da costa (Isaltino, 2004). Consequentemente, também afastou o pescador do seu ponto de venda, pois se antes ele chegava com seu barco diretamente ao mercado, agora ele precisa encostar o seu barco em algum cais mais distante e levar a sua mercadoria até o mercado (Filho, 2004).

A partir dessa intervenção urbana, são instalados ao redor do mercado redondo a Praça Duque de Caxias e o Mercado Municipal, ou mercado quadrado, em menção ao seu formato. Assim sendo, a área, que antes era conhecida como Largo do Mercado, é transformada na Praça Duque de Caxias, um espaço agora modernizado, contando com arborização e bancos ao redor do mercado do peixe (Mendes, 2009). Além disso, é construído na parte aterrada o Mercado Municipal, inspirado em outras cidades, destinado para o comércio de hortaliças, verduras, frutas e outros produtos alimentícios e artesanais, atendendo ao comércio que foi criado no entorno do Mercado do Peixe ao longo dos anos. Com isso, estabeleceu-se ali um importante espaço de comércio e socialização da população angrense, intensificando os usos já exercidos ali, ou seja, “foi preservado pelo uso continuado, embora sucessivos aterros o tenham afastado do mar” (Filho, 2004, p. 73).

Figura 8 - Fachada do Mercado Municipal, em 2004.



Fonte: Filho, 2004.

A preservação do uso continuado desse espaço e a atenção destinada às atividades

relacionadas em seu entorno foi o que manteve o pescador nesse território, mesmo tendo afastado o Mercado do Peixe do mar. No entanto, a inserção do Mercado Municipal, a construção dessa nova estrutura, impôs novas funções a esse espaço público, atraindo novos grupos sociais e promovendo a diversificação dos seus usos.

Nessas calçadas aqui ficava um monte de gente vendendo de tudo, de tudo, cara. E antigamente existiam só duas barracas aqui, mas eram duas barracas grandonas. Eu esqueci o nome de um deles. Quer dizer, um deles eu conhecia. Era um barracão aqui na frente e o outro aqui. Era um barracão de madeira. Vendia de tudo também. Vendia bucha, vendia gaiola, vendia de tudo. E aí depois que construiu o mercado, eles passaram a ganhar um boxe ali dentro. Aí desmontou as barracas. Mas são as lembranças que eu tenho daqui. As brincadeiras com meus primos. Ver o movimento em si do mercado, que era interessante (Limão, entrevista, 2025).

Naquele tempo você chegava aqui, eu trabalhava mesmo. Só que eu cheguei a trabalhar com folhagem, com legumes, eu parei tudo, porque o movimento vai caindo. Mas era muito bom. Você arriava a caixa, mais caixa, eram aquelas caixas grandes, né? Era três, quatro, cinco caixas. Ia embora tudo (Banana, entrevista, 2025).

Figura 9 - - Casa Larangeiras e a antiga Praça Duque de Caxias, em 2004.



Fonte: Filho, 2004.

O Mercado Municipal surgiu e atendeu uma demanda importante na época, conferindo um espaço adequado para que os feirantes ao redor pudessem comercializar seus produtos. O espaço contava com boxes, espaço para a feira, peixaria, bares, havia comercialização de hortaliças, frutas, verduras, animais, produtos de artesanato e, até mesmo, reparos como marceneiros, sapateiro. Era um espaço com diversas possibilidades de uso e grupos além dos relacionados à pesca.

Cara, você pedia uma galinha pro cara matar na hora, entendeu? Era tudo feito quase praticamente na hora. [...] Você pegava peixe vivo na hora, escolhia e o cara matava e limpava e você comia ali na hora (Farinha, entrevista, 2025).

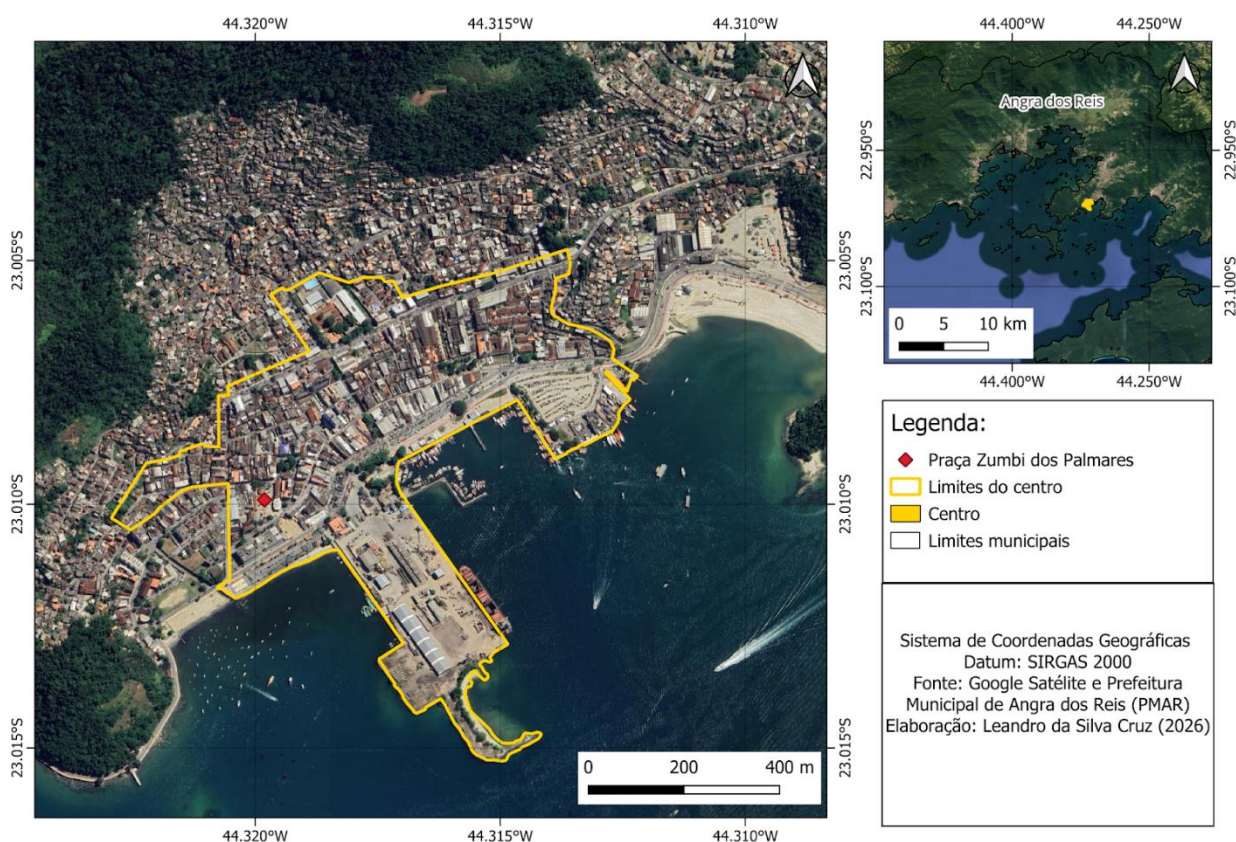
É, quando eu era mais criança eu vinha pra cá com meus pais. Meu pai comprava peixe ali. Comprava fruta. Tinha uma galinha também, que o pessoal matava uma galinha para o pessoal também vender também, entendeu? Ali dentro do mercado, que era o mercado maior (Sardinha, entrevista, 2025).

Assim, através dos relatos coletados nas entrevistas, é possível notar como o Mercado Municipal era utilizado muito relacionado aos usos pretéritos à sua existência, servindo como uma estrutura para dar suporte a essas atividades. Tal qual o Mercado do Peixe foi construído por conta da comercialização do pescado no Largo da Banca, o Mercado Municipal aparece na mesma direção, para atender uma demanda que desponta no processo de apropriação daquele território. Ademais, eram espaços que garantiam uma função social e de publicidade (Gomes, 2012), pois eram espaços de convívio, parte do cotidiano da população angrense, relacionados, também, com o modo de vida caiçara, que migraram das ilhas para o continente.

Em função disso, e do crescimento urbano e demográfico de Angra dos Reis, a região central foi se tornando cada vez mais modificada (Ver mapa 5). Com o avanço das residências sobre as vertentes do centro, a abertura de estradas, de comércios, serviços educacionais e saúde, das demandas e gastos governamentais, notou-se uma concentração desses equipamentos na região central. Ademais, conforme apontado no subcapítulo 5.2, o incentivo a novos atrativos turísticos, a requalificação da orla da cidade e o estabelecimento do *Shopping Center*, são focalizados no centro da cidade, ou em sua proximidade. Esse conjunto de fatores, nos faz considerar que o centro da cidade consegue manter a sua relevância dentro do contexto intraurbano, principalmente por conta da relevância político administrativa, serviços e comércio (Nascimento, 2014).

Após essa configuração, com o Mercado Municipal e os aterros, essa área manteve essa função comercial e de sociabilidade, com os principais usos direcionados para a venda do pescado, de alimentos, de artesanatos e de outros tipos de materiais. Sendo um espaço muito utilizado pela população local, de forte ligação identitária com os pescadores e feirantes, os quais mantinham as suas atividades passando de pais para filhos. As entrevistas realizadas nos apontaram que 100% dos pescadores entrevistados começaram a realizar essa atividade, seja da pesca ou da venda, em influência dos próprios pais. Já os feirantes, apenas 60% relataram que começaram a trabalhar na feira acompanhando o pai ou a família, curiosamente correspondem aos feirantes com o maior tempo de atuação no território. Esses dados, conseguem refletir como esses grupos sociais, feirantes e pescadores, estão associados a esse território historicamente, um processo de apropriação que atravessa séculos.

Mapa 5 – Localização do bairro Centro, em Angra dos Reis.



Fonte: Google Satélite e PMAR. Org: o autor, 2026.

No entanto, na virada do século XX para o século XXI as atividades comerciais desenvolvidas ali foram enfraquecendo. Veja, Isaltino (2004) e Filho (2004) apontam que a Casa Larangeiras manteve o seu funcionamento até o final dos anos 1990, ficando o sobrado fechado. Somado a isso, os entrevistados apontam que, anterior à demolição, o Mercado Municipal enfrentava alguns problemas e o esvaziamento de lojas.

Porque no final, o pessoal que tinha peixaria, loja, lá dentro começou a passar os pontos, o aluguel começou a ficar caro, o movimento caiu. Aí, começou a abrir muito botequim, aí já viu, né? A noite era uma bagunça só. De dia que a gente ia lidar com o que ficava pra trás (Cavala, entrevista, 2025).

Estava péssimo. Era muita droga, ih... em volta do mercado assim, gente usando droga, muita bebida, uns absurdos. Dentro do mercado era muito lixo, muito abandonado, muito abandono. Ninguém esquentava a cabeça. Ninguém queria pagar para ser [dono dos boxes], né? Por isso que demoliu. Tinha gente aí devendo cento e poucos mil, oitenta, setenta mil de aluguel dos boxes. Aí pra demolir foi fácil (Mandioca, entrevista, 2025).

Diante disso, nota-se que houve uma decaída expressiva nas atividades desenvolvidas dentro do Mercado Municipal, com problemas relacionados aos preços dos aluguéis, dívidas com a prefeitura, falta de limpeza, problemas com segurança. Um somatório de fatores que revelam um forte impacto econômico e conflitos pelo uso desse espaço, antes ainda do processo de turistificação.

Frente a esse cenário, o poder público municipal propõe uma “revitalização” do espaço, processo este que também visa tornar a cidade de Angra dos Reis, principalmente o centro, mais atrativa aos turistas. Assim sendo, é esse processo de transformação que pretendemos destrinchar na próxima seção, indicando as intencionalidades e as mudanças realizadas neste território.

6.2 - A TURISTIFICAÇÃO DA PRAÇA: origens, motivações e intencionalidades

Como apontado no subcapítulo 5.2, a partir de 1990, o poder público municipal passa a ver o investimento no setor do turismo como uma alternativa interessante para as finanças do município. Uma maneira de diversificar a oferta de atrativos turísticos, visando atrair novos públicos e fluxos, estes focados no consumo dos espaços centrais da cidade. Dessa maneira, são realizados projetos de requalificação urbana focalizados na área central da cidade, como o Projeto Orla, estabelecidos, na maioria das vezes, por meio de parcerias público privadas (Abreu, 2005). Além disso, essa dinâmica acompanha um processo global, o qual Harvey (1996) apresenta como uma lógica concorrencial entre as cidades, as famosas cidades vitrines, onde as gestões municipais assemelham-se aos modelos de gestão empresarial, revelando uma nova forma do capitalismo em orientar a produção do espaço urbano. Uma dinâmica global, mas que se desenvolve de formas específicas em cada local, um exemplo claro das interações entre escalas global-local, fenômeno característico da globalização (Santos, 2017).

Em vista disso, Abreu (2005) enfatiza que essa perspectiva de gestão é aprofundada nos anos 2000, quando se dá início ao que o autor, baseado em Harvey (1996), define como gestão empresarial municipal. Essa gestão, que compreende os anos de 2000 a 2008, é composta por um grupo de empresários locais de vários ramos de atuação, do setor imobiliário, alimentício, turístico, dentre outros. Desse modo, assume a frente do governo angrense um grupo que apresenta uma perspectiva muito intrigante de se pensar a cidade, assim como do próprio turismo.

É importante frisar que o interesse do governo municipal em desenvolver o turismo buscando reproduzir as referências de outras localidades do mundo não é exclusivo dessa gestão

empresarial. Pelo contrário, no subcapítulo 5.2 demonstramos que essa perspectiva aparece ainda na elaboração do Projeto Orla, este elaborado ainda em 1996. Contudo, o que passa a ocorrer é a intensificação desse processo e o compromisso com o investimento do turismo, principalmente, com a perspectiva máxima de “voltar a cidade para o mar” (Abreu, 2005, p. 85). Ou seja, apesar de investir em obras de requalificação urbana, em novos atrativos no continente e formas de “embelezar” a cidade, o projeto de cidade e o olhar para essas estratégias estão lançados para o mar, para valorização do paraíso tropical (Borges, 2018).

Assim, o projeto de cidade almejado pelos planejadores, tanto do setor público quanto privado, está atrelado a uma concepção de retomada do paraíso perdido, de valorizar esse paraíso tropical. Muito semelhante ao que Borges (2018) aponta como perspectiva para a consolidação desse mesmo paraíso ainda na década de 1970, através das novelas da Rede Globo, dos guias da revista Quatro Rodas e do Projeto TURIS.

Paralelo a isso, Abreu (2005) revela que acontecia uma discussão nos veículos de mídias locais sobre a vocação turística de Angra em antítese à vocação industrial de Angra dos Reis, onde uma atividade impedia a outra de prosperar. Nesse caso, a indústria enfejava a cidade e tornando-a menos atrativa ao turismo.

Eu acho que primeiro a gente precisa entender o que a cidade quer ser. Angra ainda está em cima do muro. Não sabe se quer ser Búzios ou Macaé. Búzios decidiu ser turístico (Empresário do Turismo, entrevista, 2025).

O curioso a se pensar é que essa discussão acaba mascarando uma separação entre a Angra do turista, bela, das paisagens tropicais, das ilhas; e a da maioria dos moradores, do cotidiano, do estaleiro, da usina. Logo, como apresenta Nascimento (2014), uma série de projetos urbanísticos são realizados na área central da cidade sem considerarem o pertencimento e apropriação social dos lugares, assim como os referenciais históricos e naturais ainda presentes.

Ainda tem um político antigo, não me recordo o nome dele, que dizia: você quer conhecer Angra? É só chegar no cais e olhar para o mar, mas não olha para trás não porque o morro é uma favela. Ele só foi infeliz de dizer uma coisa, que é chamar o morro de favela, o que não é verdade. Lá tem rua, não é bagunça. É assim porque Angra não tinha mais para onde crescer, então foram subindo os morros, depois foram para a Japuiba e esses bairros mais afastados (Representante da PROPESCAR, entrevista, 2025).

Esse trecho da entrevista com o representante da PROPESCAR expressa bem esse processo, até como essa ideia de que o urbano atrapalha, enfeia a cidade, a paisagem, foi

disseminada no senso comum, revelando que a propaganda divulgada de Angra dos Reis, a representação construída no imaginário coletivo, o produto turístico construído, não corresponde a cidade na sua concretude. Pelo contrário, ela exclui o morador e as suas práticas cotidianas dessa Angra amplamente propagada e conhecida mundo afora.

Esta situação apresentada elucida claramente o que Lefebvre (2006) descreve como espaço concebido, vivido e percebido. A cidade concebida pelos planejadores está diretamente relacionada à perspectiva de retomar a cidade ao paraíso, ficando de costas para as favelas das cidades. É, basicamente, voltar a atenção para o belo e esconder o indesejado, ofuscar os problemas. Veja, pensar a cidade dessa maneira é praticamente uma tentativa de apenas esconder as problemáticas que são aparentes, não demonstra interesse em de fato solucionar esses problemas, melhorar essas condições, atender as demandas dessa população. Há, portanto, o interesse em fazer espaços esteticamente agradáveis para atrair os visitantes e fomentar o setor turístico.

O trecho destacado da entrevista revela bem essa contradição, pois revela o político, em seu discurso, classificando as moradias dos morros do centro da cidade como favelas e seguidamente o apontamento, pelo entrevistado, de que em Angra não há favela, tem morros com ruas e sem bagunça. Ao momento em que esse político considera essas moradias como favela e essa concepção incomoda aos moradores, revela que, na verdade, ali não é só um espaço marginalizado, mas que moram muitas pessoas, trabalhadores, famílias, pescadores, que precisam de atenção e consideração. Logo, esse trecho da entrevista aponta que também é preciso inserir essa parte da cidade nos projetos que insistem em esconder, tornar a população parte ativa e relevante da cidade.

Retomando a ideia de Lefebvre (2006), a contradição exposta no trecho destacado, reforça o que é apontado, onde o espaço vivido insiste em aparecer e sobressair ao espaço concebido, pois é ali em que as práticas sociais são desenvolvidas, logo, onde o espaço é produzido cotidianamente. Arelado a isso, essa contradição entre o espaço concebido e vivido é facilmente apreendida quando os visitantes voltam seus olhares para os morros, ao invés do mar, percebendo uma Angra distinta daquele imaginário construído por meio dos meios de comunicação.

Isso tudo se relaciona com a perspectiva para a elaboração do projeto de requalificação do entorno do Mercado do Peixe, resultando na abertura da Praça Zumbi dos Palmares em sua configuração atual. Considerando essa tônica da época, de voltar a cidade para o mar e de buscar o embelezamento da cidade, focado principalmente nos espaços públicos do centro. Somado às condições em que se encontravam o Mercado Municipal e a Casa Lorangeiras, assim como o

próprio entorno do Mercado do Peixe, onde os trechos de entrevistas apresentados anteriormente relatam a acumulação de sujeira, lixo e uma sensação de insegurança. Filho (2004) também reforça isso, afirmando que as condições do Mercado Municipal e do Mercado do Peixe eram preocupantes, pois havia a acumulação de material inflamável e não existia um plano de incêndio nas construções.

Dessa maneira, esse espaço não se apresentava como um lugar interessante e esteticamente agradável aos olhos do poder público, nem para o turismo e nem para a população local. Conforme aponta o representante da TurisAngra, o espaço “era muito degradado, com muita população de rua. Porque como não era um lugar bonito, não era bem cuidado, isso não atrai ninguém, né? Nem o morador de Angra e nem os turistas iam pra lá” (Representante da TurisAngra, entrevista, 2025). Desse modo, apesar dos patrimônios históricos e culturais, essa área não era devidamente explorada para o turismo, nem algo muito divulgado, principalmente, pelos problemas relatados e por questões estéticas.

Antigamente? Era, mas não era forte, não. Eu já trabalho aqui há 23 anos, eu me lembro já disso, mas não era algo forte, algo... Eu acho que nem a população se orgulhava do que existia daquele jeito. Eu não estou falando num contexto histórico, estou falando de visual, de cuidados (Representante da TurisAngra, entrevista, 2025).

Diante desse contexto, o prefeito de Angra declarou em entrevista na época o descontentamento com o local e a necessidade de uma revitalização desse espaço, visando também, é claro, a valorização turística.

O Mercado Municipal deixou de cumprir a sua função original, que era a comercialização de frutas, legumes, verduras e outras mercadorias quando ainda não existiam os grandes supermercados. O espaço fica num ponto nobre da cidade, muito visitado por turistas, que precisa de revitalização - explicou Jordão²⁶ (Araújo, 2008).

Com essa fala do prefeito e os relatos acima, nota-se como, aos olhos do poder público municipal, o Mercado Municipal estava deteriorado e pouco utilizado, principalmente, em relação aos grandes supermercados. Sendo assim, esse ponto de vista apresentado revela como o avanço do capitalismo global também impacta nas práticas mais locais, onde a competitividade imposta por esse tipo de empreendimento resulta na desmobilização de espaços historicamente utilizados.

²⁶ Essa fala foi realizada pelo então prefeito de Angra, Fernando Jordão (2000-2008), no período de seus dois primeiros mandatos. O mesmo prefeito retornaria ao cargo em 2016 e permaneceria até o ano de 2024, completando quatro mandatos à frente do governo municipal.

Além disso, o prefeito reforça na sua fala a valorização da localidade, ao afirmar que fica em um ponto nobre da cidade, esse argumento apresentado é comumente utilizado no marketing de projetos de revitalização urbana (Marques, 2022). No entanto, entendemos que a valorização dessa área está mais relacionada em revitalizar o patrimônio histórico presente em função da atividade turística do que para fomentar o mercado imobiliário. Pois, observa-se o claro desejo em transformar essa área em um importante atrativo turístico no centro da cidade. Ademais, não encontramos movimentos de especulação do mercado imobiliário sobre o local ou em seus arredores, provavelmente pela grande presença de edifícios do poder público nos arredores da praça.

Acho que mais um projeto que tinha do outro governo, de abrir a cidade para o mar mesmo, que se perdeu com essas construções futuras. De devolver a praça, porque aquele mercado não era histórico, como a Casa Laranjeiras ou o mercado redondo. Ele era mais recente. Então, de devolver essa funcionalidade de praça, de ter um espaço amplo mesmo, que pudesse fazer atividades, pudesse fazer eventos. E essa mudança mesmo de atividade econômica. Trazer mais esse espaço de lazer, de bar (Representante da Secretaria de Cultura, entrevista, 2025).

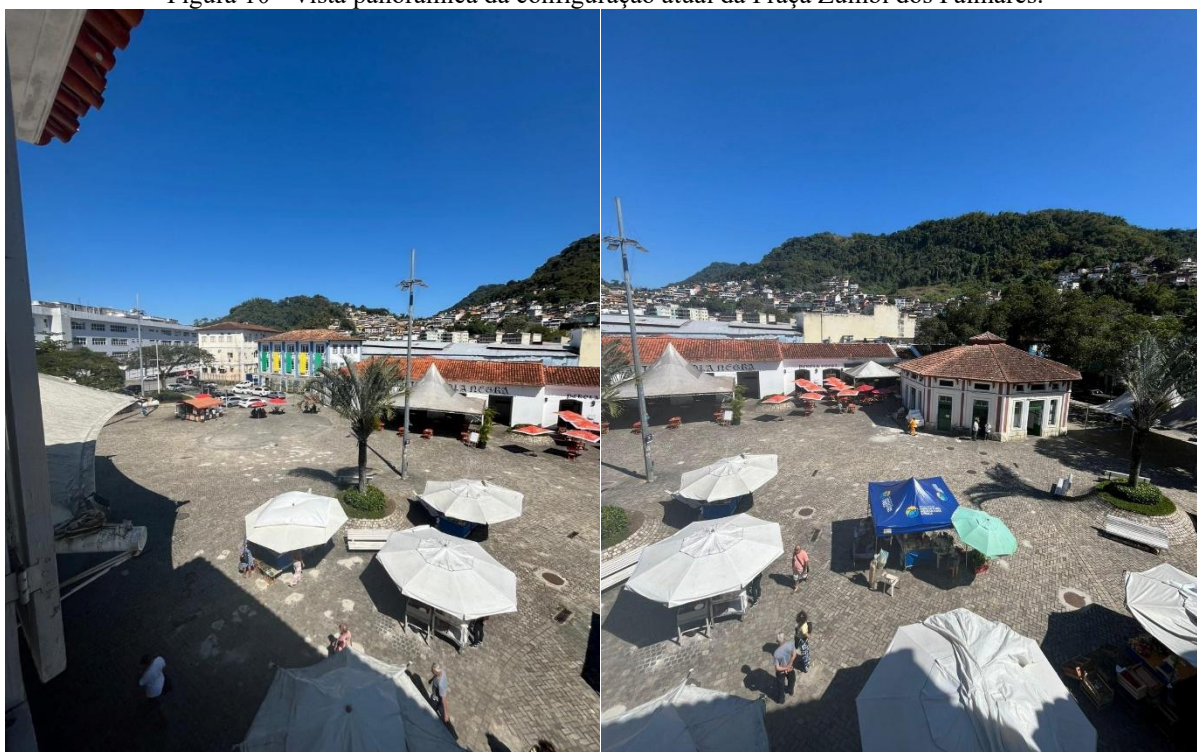
O trecho selecionado reforça o ponto apontado no início desse subcapítulo, onde a perspectiva de voltar a cidade para o mar é preponderante, não sendo diferente no projeto de praça estimado pelo poder público municipal. Além disso, os trechos apresentados revelam como o turismo e a valorização da localização, emergem no discurso sobre os usos e funcionalidades desse espaço. Desse modo, durante a concepção e a divulgação desse projeto de requalificação urbana, a pauta turística começa a ganhar espaço e relevância, demonstrando que o fomento a esse setor está diretamente relacionado com as mudanças propostas, o que, segundo Leite (2008) e Coriolano (2006), nos permite falar sobre um processo de turistificação.

Em vista disso, em 2008, o governo municipal deu início ao projeto de revitalização do que hoje se constitui como a Praça Zumbi dos Palmares. Para isso, foram realizadas obras de restauração dos prédios históricos, o Mercado do Peixe e a Casa Larangeiras, um processo acompanhado pelo IPHAN (PMAR, 2008). Junto a isso, foi realizado o processo de desapropriação do Mercado Municipal, assim como a sua demolição (PMAR, 2008b). Ademais, ocorreu também a remoção do antigo galpão aos fundos da Casa Larangeiras, mantendo somente o sobrado histórico.

Com a remoção das estruturas mencionadas foi disponibilizado um amplo espaço para a construção de uma praça, que passa a contar com um novo ordenamento espacial, com o calçamento totalmente modificado imitando o movimento das ondas, feitos de pedra São Tomé; bancos, uma nova composição arbórea, um chafariz, que posteriormente foi removido; um

espaço destinado a receber bares e restaurantes e um prédio de dois pavimentos, o qual o primeiro andar conta com boxes para o comércio de pescados e o segundo um *oyster bar*, um espaço destinado a um restaurante mais sofisticado. Junto a isso, ocorre as devidas reformas nos patrimônios históricos, o Mercado do Peixe, o qual continua destinado ao comércio de pescado, e a Casa Larangeiras, que foi transformada em um espaço cultural, destinado a receber exposições de arte, e é sede do Ateneu Angrense de Letras e da Secretaria de Cultura e Patrimônio.

Figura 10 - Vista panorâmica da configuração atual da Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

A nova configuração desse espaço (Figura 10) estabelece uma nova forma, novas estruturas e novas funções, oferecendo outras possibilidades para o uso desse espaço público, assim como novos públicos. Intencionando o fomento ao turismo no local, emerge como estratégia transformar esse espaço público em um polo gastronômico e, aproveitando a relação histórica do lugar com o pescado, direcionou-se a temática para os frutos do mar. Sendo assim, são criadas áreas destinadas a restaurantes e bares, bem como o "*oyster bar*" (Figura 12), que além de ser destinado a um público mais sofisticado, a ideia do empreendimento tratava-se de oferecer ao turista a experiência de comer o peixe fresco com a vista para o mar.

O oyster bar criado ali, eu acho que foi... Porque na época que foi feito, que eu me lembre, não tinha nenhum restaurante aberto. Então, foi uma iniciativa da prefeitura

de ter um restaurante ali em cima com uma visão panorâmica, direcionada para o mar (Representante da TurisAngra, entrevista, 2025).

Teve essa mudança de paradigma, de atividade econômica da praça. Acho que foi essa proporção mesmo. E eu lembro, mais de questão pessoal, de conversar com o Fernando Jordão, que era o prefeito da época. Ele falou assim: vocês vão ver que com o tempo isso daqui vai mudar. Aí depois fechou a marcenaria, abriu um bar. Aí fechou a loja do fogão e abriu outro bar. Então, realmente, acho que foi intencional do Poder Público fazer essa mudança mesmo (Representante da Secretaria de Turismo, entrevista, 2025).

Figura 11 - Bares e restaurantes localizados na Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Figura 12 - Oyster bar.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Figura 13 - Fachada da Casa Laranjeiras após revitalização



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Observa-se, portanto, a clara intencionalidade dos agentes municipais, dos planejadores, em conceber esse espaço público destinado a formação de um polo gastronômico, de um espaço cultural, de lazer, que ofereça possibilidades tanto para os moradores quanto à atividade turística na cidade.

Todo o complexo de obras foi construído pela Prefeitura de Angra através do Plano de Revitalização da Orla e do Centro Histórico de Angra que tem como meta abrir novas expectativas de geração de renda para artesãos, pescadores, artistas e um capítulo promissor na história da cidade valorizando e resgatando espaços públicos e a frente da cidade para todos os moradores e turistas (PMAR, 2008a).

Assim, pelo menos no campo do discurso e do planejamento, a Prefeitura parece considerar os usos dos espaços públicos como pontos importantes no projeto, valorizando os grupos sociais presentes na praça. No entanto, na mesma notícia afirma-se que “o Largo do Mercado se transformou em um amplo espaço vivo” após o processo de turistificação. Ou seja, essa afirmação nos leva a questionar se o espaço, onde hoje reside a Praça Zumbi dos Palmares, estava morto? Não havia uso desse espaço?

Pelo contrário, conforme trazem os relatos das entrevistas, é notória a presença de grupos nesse espaço, fazendo usos cotidianos ali. Sejam os feirantes, os pescadores, os artesãos e, até mesmo, os arruaceiros. Logo, permite observar a presença de variados públicos acessando e utilizando esse espaço, apresentando contradições, conflitos, mas exercendo a sua publicidade. Retomamos o que Gomes (2012; 2018) conceitua como espaço público e a importância de reconhecer a presença de distintos grupos sobre o mesmo espaço e nunca atrelar esse espaço à ausência de conflitos, pelo contrário o espaço público é por característica conflitante.

Ademais, considerando que esses conflitos e contradições existem sobre o espaço através de uma disputa de forças, de forma desigual. Desse modo, observamos uma disputa de poderes, mesmo sem o uso de violência, mas uma disputa que se dá na relação como apresenta Foucault (1988). Enxergando isso em termos geográficos, estamos falando de um território em disputa e sobre o exercício de territorialidades. No entanto, quando a Prefeitura promove uma transformação direta sobre um espaço público e afirma ter retomado a vida desse lugar, é revelado que alguns usos e/ou grupos sociais são mais interessantes e adequados do que outros. Portanto, revela-se uma disputa de poderes pela regulação do uso desse espaço público, um exemplo do processo de dominação/apropriação territorial (Haesbaert, 2004). Esses elementos

serão aprofundados na seção seguinte, quando se discutem as territorialidades e os conflitos associados aos usos contemporâneos da praça.

Além das mudanças materiais, ocorre também a mudança simbólica do nome da praça, substituindo a homenagem ao Duque de Caxias pela figura do Zumbi dos Palmares. Essa mudança se deu em decorrência de uma conquista do movimento negro na cidade, o movimento YLÁ-DUDU, no qual propuseram na Câmara dos Vereadores a alteração do nome em estabelecimento de um referencial negro na cidade, conquistado ainda em 1995 (Melo, 2022).

Figura 14 - Busto do Zumbi dos Palmares e a placa referente à lei conquistada pelo movimento negro.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Entretanto, conforme aponta Valente (2009), apesar desse reconhecimento ter sido estabelecido por lei em 1995²⁷, isso não se revelou na prática, exigindo uma mobilização do movimento negro pelo devido reconhecimento, bem como a instalação de um busto de Zumbi no local, materializando essa homenagem.

Só que já era lei, há muito tempo, da praça se chamar Zumbi dos Palmares e ter uma estátua de Zumbi também. Mas, aí você já entra na questão do racismo estrutural, que

²⁷ Lei ordinária de n. 477, de 6 de novembro de 1995, que alterou o nome da Praça Duque de Caxias para Praça Zumbi dos Palmares (Melo, 2022).

a lei estava no papel e não exercida. Aí precisou o vereador que fez a lei, muito tempo depois, quando se tornou secretário de cultura, bancou a construção da estátua de Zumbi dos Palmares ali e o reconhecimento do nome oficial da praça, também Zumbi dos Palmares. Até que a placa está ali embaixo, do busto de Zumbi das Palmas, que é de 1995, e ela só veio nos anos 2000 (Representante da Secretaria de Cultura, entrevista, 2025).

Assim sendo, devido a esse movimento por reconhecimento e a execução de uma lei que já fora aprovada a mais de 10 anos e não tinha sido exercida de fato, a transformação do espaço foi aproveitada para que as reivindicações fossem aplicadas. Com isso, é aberta a possibilidade de apropriação desse espaço público por novos grupos sociais, estes relacionados à cultura negra na cidade. Tornando-se, portanto, um espaço utilizado para rodas de jongo, rituais de religiões de matriz africana e capoeira.

Pra mim a Praça Zumbi é um símbolo de luta, de resistência do apagamento que a cidade sofre conforme os anos vão se passando. Vejo muitas pessoas serem acolhidas nos eventos culturais que acontecem lá e sentirem parte de algo, principalmente, a comunidade negra e a comunidade de religiões afro-brasileiras. Acho muito importante essa reafirmação. Vejo a Praça como um lugar de fala, onde não vejo em outros locais de Angra que são tomados pelas igrejas (Representante de religião afro-brasileira, entrevista, 2025).

Pôr em prática a lei criada em 1995, revela que as transformações promovidas no processo de turistificação vão além apenas da estrutura, do espaço físico da praça, mas que envolve também alterações simbólicas desse espaço público.

Em vista disso, a turistificação do entorno do Mercado do Peixe e da abertura da Praça Zumbi dos Palmares promovem uma nova forma de utilizar esse espaço. Impõe uma convivência harmônica, não harmoniosa, desses usos por diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o espaço que antes se destacava por sua função comercial agora passa a ter a cultura como elemento crucial no processo de (re)apropriação. Assim, observa-se que o Mercado do Peixe segue sendo utilizado para o comércio de pescados, junto aos novos boxes instalados; os bares na lateral da praça começam a ter um destaque maior, principalmente, durante a noite; a Casa Larangeiras, antes um grande empório, torna-se uma casa de exposições; a feira passa a ficar em barracas de ferro no espaço da praça; e abre-se a possibilidade do uso da praça para eventos musicais, artísticos, religiosos, políticos e, até mesmo, esportivos.

Eu acho que pela forma que os usos da praça, a sua identidade, foi construída empiricamente, acredito que a Praça Zumbi dos Palmares é um ponto de referência para a cultura popular de Angra. Você pode ver que eu já falei aqui sobre capoeira, jongo, quadrilha. Então, eu pensaria a praça cada vez mais focada para a cultura popular, não só aos sábados, mas com eventos culturais, exposições, feiras. Uma

forma de fortalecer e resgatar essas atividades para o município (Representante da Secretaria de Cultura, entrevista, 2025).

Em relação ao turismo, a divulgação desse espaço público como um atrativo turístico vai ser baseado em dois pontos principais: o conjunto arquitetônico, no caso, o patrimônio histórico e um polo gastronômico. Além disso, há a divulgação dos eventos culturais, que além de atender a população residente, é interessante para o setor do turismo.

Música, arte, gastronomia, ali é o ponto principal de visitação da cidade, na minha opinião. Não existe outro. Tem restaurantes isolados que são bacanas, que são tradicionais, mas igual aquele mix ali, não vejo outro lugar (Representante da TurisAngra, entrevista, 2025).

Assim, é possível identificar que a Praça Zumbi dos Palmares passa a oferecer diversas possibilidades de uso, de fomento à cultura e ao turismo. A cultura está concentrada na promoção de eventos públicos, atrelados à valorização da cultura popular. Já, o turismo é muito focado nos restaurantes e bares, utilizando-se de outros elementos externos, como o patrimônio histórico, os eventos culturais, a feira e o comércio de pescados para que aumente o movimento. Entretanto, apesar de ser considerada como um atrativo turístico do município, identifica-se algumas problemáticas.

Figura 15 - Movimento dos bares e restaurantes no período da noite.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Eu acho que falta ali uma casa de souvenir. Para você levar uma lembrança, comprar uma camisa de Angra, comprar um barquinho. Como tem a Casa do Artesão no Cais, tem uma pequena Casa do Artesão ali. E ter um restaurante ali com comidas típicas. Falta ter. O que é comida típica? É o peixe com banana. Um restaurante ali que venda sardinha frita, moqueca, peixe frito, peixe assado, peixe na brasa, o peixe enrolado na folha da bananeira, como era feito na Ilha Grande (Empresário do turismo, entrevista, 2025).

Eu acho que a gente precisa ali, como eu te falei, eu tenho uma ideia ali de cobrir a praça, porque a nossa cidade é uma região muito chuvosa, Angra chove muito. Se a gente conseguisse cobrir uma boa parte da praça ali, como se faz hoje em dia, essas ruas cobertas, como tem gramado, como tem penedo, cobrir uma parte ali ficaria muito bacana. E como eu retorno falar, um banheiro melhor, tem que ter uma estrutura de um banheiro melhor. Precisa ter investimento ali, porque o local é maravilhoso (Empresário do turismo, entrevista, 2025).

Mesmo com o processo de turistificação, com o incentivo à parte gastronômica e cultural, percebe-se a ausência de elementos de suporte ao turismo. Assim, o espaço demonstra alguns pontos que precisam de melhorias. Além dos elementos destacados nos relatos acima, o *oyster bar* é uma estrutura que se encontra “mais de um ano, ou até mais, o tempo que ele está fechado” (Representante TurisAngra, entrevista, 2025), ou seja, fica um espaço vazio, sem utilização, fechado, sem atender aos objetivos da sua elaboração e, no momento, sem perspectiva para uma outra funcionalidade.

Assim sendo, o processo de turistificação realizado confere uma maior complexidade a esse espaço público, pois atrai novos grupos sociais e abre a possibilidade para novos usos. Estende a função comercial do local, abarcando funções culturais e turísticas. No entanto, o que nos instiga nesta pesquisa está direcionado a análise desenvolvida na seção seguinte, no caso, compreender como as transformações promovidas nesse território afetam o processo de apropriação dos grupos que utilizam a praça historicamente, principalmente, os pescadores e feirantes. Por conseguinte, essa seção aparece para apresentar as transformações, assim como as intencionalidades e objetivos do poder público em promover esse projeto de requalificação urbana para que, na etapa seguinte, possamos destrinchar as contradições e a disputa de forças pela apropriação desse território, seja no campo material quanto simbólico.

6.3 - A PRAÇA EM USO: cotidiano, territorialidades e conflitos

Apresentando as intencionalidades e objetivos que orientaram o projeto de turistificação da Praça Zumbi dos Palmares, passaremos a compreender os efeitos desse processo sobre esse território urbano de Angra dos Reis. Importante relembrar que tomamos o conceito de território como um recorte espaço delimitado e significado por e a partir das relações de poder (Souza,

2013) e que essa delimitação ocorre através do uso continuado de um grupo desse recorte espacial. Forma em que consegue se apropriar/dominar materialmente e imaterialmente, reunindo elementos político-econômicos como simbólico-culturais (Haesbaert, 2004). Portanto, a chave para compreender os exercícios de territorialidade, estes responsáveis por produzir o território, estão relacionados diretamente aos usos, o que é foco desse subcapítulo.

A relevância de compreender a história da Praça Zumbi dos Palmares passa pelo reconhecimento dos vínculos (i)materiais e do papel exercido pelos pescadores nesse território, uma relação que se perpetua por mais de 100 anos, por um uso continuado e cotidiano. Sendo uma relação com esse recorte espacial muito identificada, seja pela representação material com a construção do Mercado do Peixe, seja pela própria identidade do espaço que se confunde com a atividade pesqueira. Pois, “a Praça Zumbi dos Palmares vai ser sempre a Praça do Peixe” (Representante da TurisAngra, entrevista, 2025).

Já com o peixe eu trabalhei por muito tempo ajudando o meu pai, a gente pescava e vinha vender aqui na época que o mar chegava aqui no mercado. Minha família é toda de pescadores lá da Ilha, da Praia de Provetá. Tínhamos barco, ficávamos aqui e em outros lugares (Sardinha, entrevista, 2025).

Cara, trabalho aqui por conta do meu pai. Eu sou pescador, pesco e vendo. Comecei acompanhando ele, ia pescar e depois ajudava ele a vender aqui. Infelizmente, ele já faleceu e hoje eu quem toco o ponto que era dele (Vermelho, entrevista, 2025).

Por causa da minha família, eu sou da Ilha Grande, do Provetá. Minha família toda trabalha com pesca, meu pai, eu, meus filhos, estamos aí (Corvina, entrevista, 2025).

Desse modo, os relatos apresentam como o uso por parte dos pescadores nesse território compreende uma atividade continuada e, mais do que isso, uma atividade que é passada de geração para geração, de pais para filhos, filhos para os netos. Ademais, nota-se que é um espaço de referência para os pescadores artesanais e para as populações caiçaras. Primeiramente, no início do século XX, quando a população insular era maior que a continental (Guanziroli, 1983), os pescadores se reuniam no antigo Largo do Mercado para comercializar seus pescados. Depois, com a intensificação da urbanização e o êxodo da população insular para a parte continental, o mercado se manteve como referência para a comercialização da pesca.

Esse mercado aqui, ele passou de pai para filho, para neto. Morreu todo mundo. Só foi mantendo. Eu fiquei aí. Mas o meu avô e o meu pai já vendiam peixe aqui. O meu avô vinha da ilha remando, lá do Sandro, no remo, na canoa vela. Para chegar aqui e vender o peixe aqui no mercado. (Tainha, entrevista, 2025).

Atualmente, com a presença desses pescadores artesanais remanescentes e alguns dos seus filhos e netos que seguem mantendo seus boxes, revelando que se trata de uma atividade com forte tradição familiar. Portanto, isso revela como esse território tem sido apropriado pelos pescadores ao longo desses anos, um uso continuado relacionado a uma vocação comercial e, também a um modo de vida, que vem perpetuando as estratégias de permanência, em constante transformação:

Porque eu pescava, na época eu pescava e trazia um pescado para vender aqui. Depois que eu parei de pescar, eu fiquei só aqui dentro. Mas tinha que correr atrás, tinha que ir lá para o cais e correr atrás de peixe. Comprar peixe lá para trazer para cá, para vender aqui (Tainha, entrevista, 2025).

Porque tem a geração que ficou no mercado com as bancas e é pescador e tem também a geração que não pescou, mas é dos pais. Dos pais que deram a sequência, né? Não são pescadores, mas são geração que vende os pescados também. Aí compra o pescado e traz para vender (Sardinha, entrevista, 2025).

Além dos processos que transformaram a própria lógica da cidade, a chegada das grandes indústrias, o desenvolvimento do setor do turismo, os avanços do capitalismo, as transformações no próprio território afetaram diretamente nos usos desenvolvidos pelos pescadores. Inicialmente, os pescados eram comercializados em bancas ou fiadas, depois teve a construção do Mercado do Peixe alterando essa forma de comercialização, passando a pesar o peixe para vendê-lo, como apontou Isaltino (2004). Além disso, tem o impacto dos aterros no final da década de 1960, que extinguiu a praia do mercado e afastou esse território do mar.

Em vista disso, é possível identificar que essas transformações, ao redor do Mercado e na própria estrutura urbana de Angra, impactaram diretamente nos usos dos pescadores. Para se manterem no território tiveram que buscar práticas de reterritorialização. Veja, afastar a costa do Mercado os obrigou a traçarem novas estratégias para continuar com o comércio de pescados nesse local. Muitos ainda conseguiram continuar pescando o próprio pescado e utilizaram outros cais próximos para trazer a mercadoria. Entretanto, outros acharam mais vantajoso lidar com essa nova dinâmica, invés de pescar se concentrar na venda. Assim, outra estratégia adotada por esse grupo foi acessar os cais onde os pescadores atuam e comprar os pescados diretamente com eles e depois revendê-los no Mercado do Peixe. Portanto, o agente altera a forma de se territorializar, mas não muda o agente.

Somado a isso, o acelerado processo de urbanização que acontecia em Angra também refletia nas atividades desempenhadas pelos pescadores nesse território. Não só pela necessidade de ampliar o espaço urbano com os aterros citados anteriormente, mas também por

incentivar a migração da população insular para a porção continental, ou seja, atraindo o caiçara para a cidade. Diante disso, segundo Abreu (2005), muitos caiçaras deixaram a pesca como atividade principal de sustento e foram trabalhar nos complexos industriais instalados no município. Assim, nota-se que o pescador artesanal, agora inserido no contexto urbano, passa a ter outra relação com o pescado, tornando mais difícil transpassar esse modo de vida para os seus filhos e netos. Portanto, como observado em campo, a maioria dos jovens que trabalham no Mercado do Peixe não pescam seus pescados como os mais antigos, ficando apenas concentrados na compra e venda de pescados, evidenciando, assim, uma alteração dos usos e novas estratégias de territorialização.

A gente quem limpa, a gente quem divide os locais e a gente que abre e fecha. A chave aqui do mercado fica com a gente. Aqui nós somos praticamente funcionários da prefeitura, porque só pode trabalhar aí nos boxes, tanto aqui dentro quanto na peixaria lá fora, se você tiver cadastrado na prefeitura. Aí a gente paga aí pra secretaria de pesca e agricultura uma taxa pelo uso do espaço, igual um aluguel (Corvina, entrevista, 2025).

Não obstante, há um elemento importante que também afeta diretamente o exercício dessa atividade, que é a ação reguladora do Estado. Atualmente, a prefeitura normatiza, fiscaliza e autoriza quem pode vender no Mercado do Peixe e na peixaria abaixo do *oyster bar*, ou seja, há uma tutela sobre esses usos. Ao mesmo tempo, é interessante notar no relato, que mesmo pagando o aluguel para utilizar esse espaço, quem se responsabiliza pelo cuidado, a limpeza, a dinâmica interna de funcionamento, são os próprios pescadores. Sendo assim, mesmo com a tutela da prefeitura o zelo pelo espaço e organização das atividades estão ordenadas pelos próprios pescadores, revelando um processo de identificação e administração desse território.

Esse cadastro dos pescadores é uma sacanagem com a gente. Olha só, quem é mais antigo aqui no mercado igual eu tem um documento de autorização da década de 90 em que a gente conseguiu dialogar bem com a prefeitura. Nessa época, o pessoal que trabalhava aqui no mercado conseguiu tirar uma carteira de autorização permanente, sem prazo de vencimento para gente atuar aqui. Hoje, tem eu e mais uns dois que ainda tem esse documento, os outros passaram os pontos ou morreram e os filhos não deram sequência. Enfim. Hoje pra você trabalhar aqui você precisa que a prefeitura te autorize por meio desse documento, mas recentemente teve uma mudança nele. De uns 10 anos pra cá. Agora toda autorização dessa tem um prazo de 5 anos, que tem que ficar renovando e vai de acordo com o que eles acham lá. Esse ano que trocou o secretário já deu problema porque ele queria colocar toda essa documentação nos moldes atuais, ou seja, ia passar por cima do modelo que a gente conquistou lá atrás. Isso aí foi uma sacanagem, esse secretário não entende nada de pesca, nunca trabalhou com isso na vida, e agora quer definir na canetada como a gente vai trabalhar? Sem perguntar nada, só o que ele acha. (Corvina, entrevista, 2025).

Assim, mesmo com certa independência para fazer a gestão do uso desse espaço e para organizar as atividades entre eles mesmos, os pescadores estão sujeitos às normativas do poder público municipal. Ou seja, nota-se uma disputa de forças desigual, onde o Poder, regulatório do Estado, tem um peso muito maior em relação ao poder, exercido pelos pescadores, sobre esse território (Raffestin, 1993). Assim sendo, esse relato revela bem o que o Foucault (1988) quer dizer com o poder relacional, pois a prefeitura em relação aos pescadores tem o poder de decidir e controlar as atividades realizadas por esse grupo, seja através das normativas impostas, seja através das transformações urbanas. Além disso, apresenta como essa disputa de forças se dá por vias econômicas e/ou políticas, sem precisar de uso de forças coercitivas ou violentas, mesmo que esse artifício possa ser utilizado em algum momento para impor o seu papel.

Frente a situação destacada acima, no relato de Corvina (2025), ele apontou que conseguiu reverter a situação e não teve a sua autorização revogada, utilizando como respaldo o seu documento antigo. No entanto, chamou atenção ao comportamento dos mais novos, destacando o desinteresse deles com as pautas do grupo e para os processos burocráticos. “Eu falo pra esse pessoal mais novo que se eles não se organizarem, irem lutar pelos interesses deles, ninguém vai fazer por eles não. Vão ficar nesse bate cabeça até acabar com tudo, entendeu?” (Corvina, entrevista, 2025). Desse modo, observa-se que os pescadores mais articulados e que estão a frente das atividades administrativas do mercado são os responsáveis por encabeçar as estratégias de resistência dos pescadores frente as imposições prejudiciais. Ademais, é interessante notar como observam a desorganização como uma fragilidade frente às disputas territoriais, reconhecendo que sozinhos, como indivíduos, não há como fazer uma disputa de forças contra o Estado, sendo preciso união e articulação do grupo. Portanto, atualmente é possível observar que os pescadores ainda encontram na coletividade uma forma de construir estratégias de resistência territorial, mas que, segundo os mesmos, é preciso estar atento, pois há uma crescente desorganização dentro do próprio grupo.

Nesse sentido, o caso apresentado demonstra como ocorre o processo de apropriação em contraposição ao processo de dominação do território (Haesbaert, 2004). Pois, os pescadores se territorializam por meio do uso continuado, ou seja, por meio da apropriação do espaço, enquanto o poder público interfere diretamente na regulação e na alteração da forma em que esse processo de apropriação dos pescadores se dá, exemplificando o papel do processo de dominação, a forma pela qual o Estado atua sobre o território. Porém, esse conflito entre apropriação/dominação não promoveu a desterritorialização dos pescadores desse território, mas impôs novas estratégias a esse grupo para manutenção nesse território e das formas que é apropriado.

Diante disso, foi observado durante a realização das atividades de campo uma dinâmica interessante por parte dos pescadores dentro do Mercado do Peixe. Como apresentado, somente os pescadores credenciados pela prefeitura podem comercializar nas dependências do mercado e da peixaria, assim como em toda Praça Zumbi dos Palmares. No entanto, há poucos boxes disponíveis no local para venda de peixe, restringindo o uso desse espaço a poucos pescadores em comparação ao número de pescadores no município. Dessa forma, foi possível observar pescadores artesanais, em sua maioria caiçaras, que se deslocam até o Mercado do Peixe para tentar negociar ou vender seus pescados para os pescadores que trabalham ali.

A maioria do pescador agora traz peixe e revende aqui para os caras. Aí compra com tanto e vende por dobro. Entendeu? (Tainha, entrevista, 2025).

Você tá vendo aí, tive que parar de conversar com você um momento porque chegou o rapaz vendendo os peixes que ele pescou, querendo fazer um trocado. Então, o que acontece. Aqui dentro ou ali fora só vende quem a prefeitura aprova. Tem muita gente que mora nas ilhas, pesca lá e não tem pra quem vender. Aí eles vêm aqui oferecer pra gente comprar deles e depois a gente revende aqui. Muita gente não compra, mas eu busco sempre ajudar essa galera. Quando não é algo que me interessa ou algo que eu não trabalho, eu costumo indicar alguém que compra, outro vendedor daqui da praça ou alguma peixaria aqui em volta. Já indiquei até restaurante ali, porque tem uns que compram. Comprar direto com o pescador é bem mais barato. Então, é uma forma de socializar a pesca também, de ajudar esses outros pescadores (Corvina, entrevista, 2025).

Então, essa prática desempenhada por parte dos pescadores que atuam no Mercado do Peixe apoia a atividade do pescador artesanal e da cultura caiçara, assim como reforça a identificação desse território para esse grupo e essa cultura. Ademais, essa prática exercida trata-se de um exemplo concreto do que Haesbaert (2014) define como práticas de contornamento territorial, na qual um grupo adota formas de contornar normativas impostas ou medidas de restrição de uso de forma a perpetuar a atividade desenvolvida e os exercícios de territorialidade.

Porém, é preciso salientar que os relatos acima também expressam uma forma de exploração da produção desse pescador não autorizado. Veja, a impossibilidade desse pescador em comercializar o seu pescado o faz a recorrer aos outros pescadores credenciados para que consiga algum retorno financeiro. Analisando essa relação, nota-se que o credenciamento confere ao pescador do Mercado, assumindo aqui uma figura de atravessador, um elemento de barganha maior em relação ao pescador sem o credenciamento. Essa distinção, portanto, permite a regulação dos preços e a escolhas dos produtos de acordo com os interesses do

pescador credenciado, o qual se apodera da produção direto do pescador artesanal e revende a preços maiores no Mercado.

Essa prática possibilita uma alternativa ao pescador não credenciado, mas acompanha a exploração da sua produção, pois o atravessador lucra através da revenda de sua produção. Assim, esse exemplo reforça ainda mais o conceito de poder relacional de Foucault (1988), expressando muito bem que o poder não se detém, mas ele está na relação com o outro em uma disputa desigual de forças.

Outro ponto interessantíssimo que aparece no relato de Corvina (entrevista, 2025) é o interesse e preocupação com a socialização da pesca. Reconhecendo o papel sociocultural da atividade, além apenas de uma atividade econômica. Entende a pesca como elemento fundamental para cultura caiçara, assim como uma prática importante para o desenvolvimento social e ambiental. Assim, apresenta que o principal papel, o maior trunfo do Mercado do Peixe, “tá justamente na socialização da pesca” (Corvina, entrevista, 2025), reforçando o compromisso em apoiar essa atividade e a possibilidade de transformação social.

O caso apresentado demonstra também a contraposição entre espaço concebido e espaço vivido (Lefebvre, 2006). Visto que a prefeitura pretende determinar e normatizar os usos desse espaço público, pela transformação material e/ou na esfera administrativa, planejar o espaço para determinado objetivo, os pescadores, na dimensão do vivido, do cotidiano, desenvolvem estratégias e meios para continuar utilizando esse espaço público em função dos seus interesses e necessidades. Configura-se, assim, um processo de apropriação/dominação territorial e de uma coexistência não harmoniosa entre os diferentes agentes territoriais.

No entanto, as disputas dos pescadores com o poder público municipal não se restringem aos usos do Mercado do Peixe e da Praça Zumbi dos Palmares, há relatos de conflitos em outros territórios, mas que afetam diretamente a atividade exercida por eles no território analisado neste trabalho. Isso se dá, pois são prerrogativas que afetam diretamente o modo de vida dos pescadores artesanais em Angra dos Reis, principalmente relacionado às áreas de pesca. Há muitas queixas por parte dos pescadores sobre a defesa de suas áreas de pesca, pois esses pontos estrategicamente selecionados estão sendo ocupados por turistas e pescadores industriais. Assim, há uma concorrência dessas áreas entre os pescadores artesanais e industriais. Além disso, enfrentam muitas pressões dos órgãos públicos relacionados ao meio ambiente, os quais, em muitas vezes, direcionam os pescadores como responsáveis pela poluição do mar e da redução do número de peixes. Portanto, frente a essa situação os pescadores artesanais se sentem lesados pelas regulações e limitações impostas pelo poder público sobre a atividade pesqueira, pondo em risco a continuidade desse modo de vida.

O pior é que todas as decisões tomadas pela governança acabam marginalizando o pescador artesanal. Hoje aqui em Angra a gente tem que competir com o pescador industrial, qual o cabimento? Não tem como. Por isso era importante a definição dessas áreas próprias para a pesca artesanal, até pela proteção do nosso modo de vida (Corvina, entrevista, 2025).

Porque toda coisa que acontece no mar, no oceano, quem leva a culpa é só o pescador. Nunca é uma firma A, nenhuma firma B, não polui nada, quem polui é só o pescador. Você vai numa ilha aqui muito bonita, você não pode ancorar lá, nós não podemos, mas o turista pode (Representante da PROPESCAR, entrevista, 2025).

Considerando a venda do pescado na Praça Zumbi dos Palmares como etapa final da cadeia produtiva da pesca artesanal, os conflitos que incidem diretamente sobre a atividade da pesca impactam diretamente o território investigado, ainda que ocorram fora do recorte espacial delimitado na pesquisa. Isso se dá, porque tais conflitos comprometem a reprodução da atividade pesqueira e, logo, os exercícios de territorialidade dos pescadores no espaço da praça e do próprio Mercado do Peixe. Nesse sentido, evidencia-se que o território da Praça Zumbi dos Palmares não pode ser compreendido de forma isolada, mas como parte de uma rede de relações e conflitos que atravessam escalas estágios da atividade pesqueira. Assim, reforçando a compreensão do território como uma construção relacional e processual (Haesbaert, 2004).

Além da comercialização dos pescados e a presença dos pescadores artesanais, outro uso classificado como histórico desse território é a feira e a atuação dos feirantes, mesmo que não seja tão antigo quanto a venda de pescados. Assim, como apontamos no início do capítulo, ao fazermos o levantamento histórico da Praça, a feira desponta como uma atividade correlacionada à atividade dos pescadores, uma intensificação do caráter comercial desse espaço. Ademais, como nos relatos dos pescadores, os feirantes também identificam a relação com esse território por laços afetivos com a família e uma atividade passada de forma geracional.

Comecei a trabalhar assim, sem barraca. Botava mercadoria no chão, em cima da caixa, do papelão, botava no chão, borrava um papelão, botava. Depois veio as barraquinhas, mas... É por conta própria, sempre trabalhei por conta própria. Fui criada no trabalho, meu filho, desde a idade de 7 anos. Serviço de roça e serviço de carvão (Banana, entrevista, 2025).

Porque meu pai já trabalhava aqui, né? Aí trabalhava vendendo chá, temperos. Aí, eu vim trabalhar. Consegui uma barraquinha e vim trabalhar. E estou até hoje aí (Mandioca, entrevista, 2025).

Eu fui criado aqui com meu pai, é de família. Vinha muito ajudar ele aqui quando criança (Farinha, entrevista, 2025).

Os feirantes dependiam diretamente do antigo Mercado Municipal, que foi demolido no projeto de turistificação, o que afetou diretamente os usos por parte desse grupo social. A remoção do Mercado Municipal foi acompanhada de um remanejamento das atividades que eram desenvolvidas em suas dependências. Desse modo, os marceneiros, donos de bares e lojas foram mandados para outras localidades da cidade. Já, os feirantes foram instruídos a permanecerem no novo espaço da Praça Zumbi dos Palmares, ou seja, a feira que era realizada dentro do Mercado Municipal passaria a ser realizada no espaço da praça com as barraquinhas de alumínio disponibilizadas pela Prefeitura (PMAR, 2008a).

Diante disso, podemos observar que a transformação desse espaço, principalmente, com a demolição do Mercado Municipal promoveu um processo de desterritorialização dos trabalhadores que usam esse espaço cotidianamente. Os marceneiros, lojistas e donos de bares precisaram deixar as dependências da Praça para exercerem suas atividades em outros locais, ou abandonaram a atividade. Já os feirantes foram removidos de dentro das dependências do Mercado Municipal e foi oferecida a oportunidade de se manterem na mesma localidade, mas agora em uma barraca de alumínio na praça a céu aberto. Dessa forma, trata-se do processo, apontado por Haesbaert (2004), de desterritorialização, o qual não deve ser visto como o fim do território, mas que vem acompanhado de um processo de reterritorialização, em novas condições, seja sobre o mesmo território ou a apropriação de outro recorte espacial, territorializando-se em outro local.

Entendemos, portanto, que o processo de turistificação desenvolvido na Praça Zumbi dos Palmares promoveu a desterritorialização dos feirantes no Mercado Municipal e estimulou a reterritorialização desse grupo na ampla praça aberta, passando as atividades dos boxes para as barraquinhas de alumínio.

Aí a gente saiu, eles derrubaram o mercado já. Botaram a gente cá pra fora. Acabou, derrubou o mercado, não fez nada nessa praça. Nessa praça aí largada. Fizeram mais nada aí. Foi só isso aí, ó. Só essa praça, limpa aí não tem nada, só sujeira (Banana, entrevista, 2025).

Dizem que eles ofereceram para trabalhar dentro da Casa Larangeiras, mas isso aí é conversa, não ofereceram nada disso não. Agora conversar com a gente isso não aconteceu, não. Quem ia falar que preferia ficar trabalhando aqui na chuva? Embaixo de Sol, chuva, vento? (Mandioca, entrevista, 2025).

Ponto interessante desse processo de desterritorialização do Mercado Municipal é que ele foi elaborado e efetivado de acordo com os interesses e anseios do poder público, sem

considerar os desejos dos feirantes que atuavam lá. Ou seja, trata-se de uma decisão vertical sobre esse território, configurando outro exemplo das forças de dominação atuando decisivamente sobre o território e seus usos. Veja, os planejadores, conceberam uma praça onde a feira poderia se desenvolver em barracas, tal qual acontece em outras cidades do Brasil. No entanto, essa decisão foi tomada baseada nas percepções do poder público sobre a atividade, não em consideração das condições enfrentadas por quem desempenha essas atividades.

Assim sendo, a remoção dos feirantes do mercado, dos boxes, e a realocação deles em barracas a serem utilizadas na praça impôs novas dinâmicas e formas de usar o território aos feirantes, um processo que representa a assimetria de poderes entre os distintos agentes sobre o mesmo território. O poder público pode decidir onde, como e com quais condições os feirantes vão utilizar a praça através de um processo, que segundo os entrevistados, não contou com um diálogo ou cooperação. Isso revela um processo preocupante em relação aos feirantes, pois sem estabelecer um diálogo não é possível compreender as dificuldades, os problemas, as reivindicações, as melhorias desejadas e a importância desse espaço. Logo, trata-se de uma decisão autoritária, pois não dá a possibilidade desse grupo decidir sobre o seu próprio uso, assim como seu território.

Posto isto, os feirantes tiveram de traçar novas estratégias de (re)apropriação para se reterritorializar e manterem suas atividades. Em notícia divulgada à época, revela-se que a prefeitura disponibilizou barraquinhas a 35 feirantes (PMAR, 2008a) para atuarem no espaço da praça. Desse modo, estabeleceu-se uma feira cotidiana de comercialização de frutas, verduras, ervas medicinais, farinha, tapioca, pastel, produtos de origem animal, assim como produtos oriundos de produtores rurais de Minas Gerais. Todos os produtos vendidos na feira são de produtores rurais locais, ou de Minas, mantendo a característica de feira artesanal, em contraposição aos produtos vendidos nos grandes supermercados.

Porém, ao passar dos anos, o movimento da feira foi enfraquecendo e o número de feirantes foi decaindo. O que em 2008 contava com 35 barraquinhas de feira, atualmente conta com aproximadamente 10 barracas, revelando uma queda expressiva do tamanho da feira e, conseqüentemente, do número de feirantes.

O pessoal daqui já desistiu quase todo, porque eram 35 barracas que tinha aqui. Eles derrubaram o mercado, que formou essa feira aqui fora, então o pessoal tá saindo, outro morreu, outro desistiu, que vai enfraquecendo o movimento, eles vão desistindo (Banana, entrevista, 2025).

Nota-se um enfraquecimento da atividade dos feirantes ao longo do tempo. “A gente vê que a cada ano que passa, os frequentadores do mercado param de ir comprar o seu peixe, param de comprar os produtos na feira, estão diminuindo a cada dia” (Limão, entrevista, 2025). Além disso, apresenta-se a dificuldade em manter o uso continuado do território por parte dos feirantes, pois os filhos, as novas gerações, não estão integrando as atividades. Junto a isso, não há a entrada de novos feirantes, a sua maioria já está ali no local há mais de 10 anos ou já trabalha com feira em outro local. Sendo assim, é um grupo que tem a sua permanência no território cada vez mais reduzida, um uso que pouco atrai movimento.

Figura 16 - Produtos comercializados na feira que ocorre na Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Outro elemento que dificulta a permanência dos feirantes no território e o desenvolvimento de suas atividades é a condição das barracas oferecidas pela prefeitura. Retirar a feira de dentro do espaço do Mercado Municipal e colocar em barracas impôs novos desafios, pois a estrutura foi reduzida. Antes, era possível guardar as mercadorias e os equipamentos dentro do mercado e a estrutura também protegia os feirantes da chuva e da alta exposição ao Sol. Agora, expostos a céu aberto na praça, os feirantes precisam lidar com as altas temperaturas, com os fortes ventos e com a chuva, condições essas que atrapalham o

desenvolvimento de suas atividades e a qualidade das mercadorias, tornando o trabalho mais extenuante.

E aí foi quando fizeram o mercado central aqui, que foi um pecado terem demolido ele. Porque ele além de histórico, ele suporta... Vamos dizer assim, hoje essa feira estaria todinha ali dentro de lá. E assim, era fora das intempéries do tempo. Aqui a gente está, se chover nós estamos no sal. Então estamos no sal, entendeu? Quando faz muito sol, a gente está no calor (Limão, entrevista, 2025).

Quando chove não aparece ninguém. É muito ruim, né? E a estrutura também (Mel, entrevista, 2025).

E depois que demoliram o mercado aqui, pô, a gente ficou debaixo aí de Sol, de chuva e tempestade. O mercado aqui pra nós era ideal (Farinha, entrevista, 2025).

Figura 17 - Configuração atual da Praça Zumbi dos Palmares, com o Mercado do Peixe ao fundo e a Casa Larangeiras à direita.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Conforme apontado nos trechos das entrevistas, as condições laborais dos feirantes pioraram consideravelmente com a demolição do Mercado Municipal, deixando-os expostos ao calor e à chuva. Sendo elementos muito importantes a serem discutidos como melhorias, pois a região de Angra dos Reis é marcada por grandes volumes pluviométricos e altas temperaturas, revelando que é uma dificuldade constante para o uso desse espaço. Farinha (entrevista, 2025) aponta que “a prefeitura hoje, ela cumpre o seu papel de estar dando a banca pra nós, a tenda,

mas não é o suficiente”, revelando que a prefeitura mantém apenas o básico no suporte à atividade, sem traçar estratégias para resolução desses problemas.

E cara, aqui tem muito pouco incentivo da gente. Muito, muito. A gente aqui, é... A gente é ministrado pela Secretaria de Agricultura e Peixe, aí o que eles fazem pelo pescador é uma coisa, pra gente é outra (Limão, entrevista, 2025).

Dessa forma, identifica-se, também, uma subvalorização da atividade dos feirantes no território. Pois, a prefeitura ofereceu apenas as condições básicas para a realização da atividade e retirou o espaço que conferia uma melhor estrutura e conforto para a realização da feira. Elucidando outro caso de disputa pelo território, onde o conflito de poderes se dá na esfera política entre os feirantes e poder público municipal, prejudicando diretamente as condições materiais dos usos desempenhados, dificultando, assim, a permanência dos feirantes nesse território. Portanto, põe em xeque a continuidade desse uso e desse público na Praça Zumbi dos Palmares.

Ainda sobre questões materiais, nas entrevistas houve o questionamento sobre a acessibilidade da Praça. Questionando a baixa arborização do local, a presença de árvores que não fazem sombra, e acessibilidade do local, indagando sobre a irregularidade do piso, conferindo um risco para portadores de deficiência física e pessoas com baixa mobilidade, como idosos que frequentemente usam a praça. Desse modo, refletimos sobre a função social da Praça, de entendê-la como um espaço público (Gomes, 2012; 2018), onde a sociabilidade e a permanência de diferentes grupos devem ser estimuladas e reforçadas, mas os elementos destacados acima apresentam-se como obstáculos para certos públicos.

Cara, não existe coisa pior para um deficiente andar do que esse bloquete de pedra São Tomé. Primeiro que você pode dar uma olhada. Elas todas se soltam. Outra coisa, você mesmo está olhando para ela. Olha como é que essa praça é desregular. Ela não é plana, ela é toda ondulada. Amigo, eu já cansei de ver idoso cair aqui. Eu tropeço aqui todo dia, velho. Todo dia. Eu ando devagarzinho para não cair, senão cai, cara. Eu já cansei de ver idoso passar aqui na frente e cair (Limão, entrevista, 2025).

Diante do conjunto de dificuldades enfrentadas por pescadores e feirante, expressas na redução do movimento, na precariedade das estruturas materiais disponíveis e no enfraquecimento das atividades comerciais desenvolvidas, observa-se a necessidade de propostas que estimulem a reativação dessas atividades, desses usos da Praça Zumbi dos Palmares. Nesse sentido, a promoção de eventos culturais, como o Projeto Instrumental na Praça, que promove a apresentação do chorinho caiçara todos os sábados, passa a ser uma estratégia para atrair público ao espaço, dinamizar o público na praça e, conseqüentemente,

fomentar o comércio local (PMAR, 2024b). Assim, a dimensão cultural emerge não apenas como um novo uso do espaço público, mas também como um elemento capaz de articular as políticas de gestão urbana e os usos cotidianos dos pescadores e feirantes, assim como um fomento à atividade turística.

Em vista disso, nota-se que a nova configuração física da praça, após o processo de turistificação, abriu novas possibilidades de uso, dentre elas a que ganhou bastante relevância foram os eventos culturais, pois existe essa preocupação em fomentar a praça como um “ponto de referência para a cultura popular de Angra” (Representante da secretaria de cultura, entrevista, 2025). É justamente ao abraçar essa concepção que o poder público municipal, através da Secretaria de Cultura, fomenta e estimula eventos culturais de diversas ordens para ocorrer ali, seja para rodas de capoeira, rodas de jongo, apresentações musicais, a quadrilha das festas juninas, eventos religiosos e até eventos esportivos.

No entanto, o evento que recebe grande destaque, principalmente, referente aos agentes territoriais que estamos investigando neste estudo, é o Projeto Instrumental na Praça. Iniciado em 2023, esse projeto promove todos os sábados a apresentação do Regional Choro Caiçara, um conjunto musical formado por músicos locais que tocam o tradicional chorinho, patrimônio imaterial de Angra (PMAR, 2024b). Dessa maneira, o interessante do projeto, diferente dos outros eventos, para a pesquisa é a periodicidade em que ele ocorre, ou seja, é um evento que ocorre todos os sábados desde 2023, um evento que já está inserido em uma agenda semanal. Além disso, identifica-se que o projeto conseguiu atrair um fluxo maior de pessoas aos fins de semana e também outras atividades culturais, fazendo com que o projeto inicial que contava somente com a apresentação do conjunto musical agora venha acompanhado da feirinha de artesanato e outras atividades eventuais.

É preciso esclarecer também que a feira de artesanato se trata de um momento de exposição de artesãos locais, não mantendo relações com as atividades desenvolvidas pelos feirantes. Um outro grupo passa, portanto, a utilizar esse espaço público, ou território, para divulgar seus produtos. Isso é importante, porque ao fazer essa distinção nos permite investigar as percepções por parte dos feirantes sobre essa atividade e como ela impacta na atividade desenvolvida por eles, no caso a venda dos seus produtos.

Figura 18 - Folder de divulgação do Projeto Instrumental na Praça.



Fonte: Página da secretaria de cultura e patrimônio de Angra dos Reis no Instagram²⁸.

Figura 19 - Feira de artesanato na Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: acervo pessoal, 2025.

²⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/secretariadeculturadeangra/>. Acesso em: 15 de jan. de 2026.

É uma positividade só. Porque uma coisa puxa a outra. Tem evento, o evento chama gente. Gente, os olhos começam a ver os produtos que você tem na banca. Então, o fato é, toda vez que tem um evento aqui, é bom para o comércio da praça. Entendeu? Então, os eventos são muito importantes (Limão, entrevista, 2025).

Aumenta, mas o pessoal não compra não. É o pessoal mesmo que vem de casa mesmo e aí compra. O movimento aqui é só até sexta-feira, às vezes a segunda é ruim também. Não tem quase movimento. No sábado tem o movimento do pessoal que fica aí, né? Mas é só para assistir ao Chorinho (Mel, entrevista, 2025).

Esse Chorinho aí foi um projeto pra tentar trazer cliente pros feirantes, mas acabou mesmo atrapalhando a gente. Porque o som é muito alto, o barulho é alto, não dá pra atender direito os clientes. Tem cliente que é idoso, não escuta direito, tem que tá gritando. E o Chorinho, ele não muda, é sempre a mesma coisa. Então já enjoou, entendeu? Quem vem todo sábado aqui, assistir Chorinho, já enjoou. Tinha que diversificar, botar algo diferente, entendeu? Só o Chorinho já deu já (Farinha, entrevista, 2025).

Referente aos eventos culturais, é interessante notar que não há um consenso, entre os próprios feirantes, sobre os efeitos da sua realização. Para alguns, a realização do chorinho aos sábados é entendido como um uso que potencializa outras atividades desenvolvidas na praça. Entretanto, outros apresentam um descontentamento com as atividades repetidas e afirmam que não tem retorno para a atividade que desempenha, por vezes, até atrapalha. Essas discordâncias revelam a heterogeneidade dos sujeitos dentro de um mesmo grupo, reforçando que ser pertencente ao mesmo grupo ou público não implica necessariamente que todos têm os mesmos interesses, perspectivas e desejos, como aponta Gomes (2012), em reforçar o cuidado para não taxar todos os sujeitos de um público como algo uniforme.

No nosso trabalho pouca coisa, porque aqui dentro não mudou nada. Mas mudou que agora na praça tem outras atividades, né? Fazem evento aí direto, aí aumenta o movimento no fim de semana (Cavala, entrevista, 2025).

Esse movimento é mais no fim de semana e, principalmente, no verão, aí vem bastante comprar com a gente. Tirando isso, nos outros dias o movimento é muito pequeno (Garoupa, entrevista, 2025).

Então, o único evento que movimenta a praça que está há mais ou menos um ano aqui é o Chorinho. Fora disso, tem os dois bares aqui, né? Que é o Kizomba e o Pérola Negra. Movimenta um pouco, mas muito mais na parte da noite, né? É mais para bar, né? A noite (Sardinha, entrevista, 2025).

Já na concepção dos pescadores, destacam a importância no aumento do movimento, mas apontam que, mesmo antes da realização dos eventos, o fluxo de vendas já era maior aos fins de semana, principalmente, no verão, a época de maior procura. Além disso, emerge

também a atuação dos bares, que são focalizados na vida noturna, período em que o Mercado do Peixe já está fechado, assim como as peixarias e a feira também encerraram suas atividades. Desse modo, a atividade dos bares não influencia nas atividades dos feirantes e pecadores pois são atividades que ocorrem em períodos do dia distintos, a feira e o mercado funcionando na parte da manhã e os bares e restaurantes no turno da tarde e à noite. Sendo assim, não são usos que concorrem ou disputam o espaço, pois “o pessoal dos bares aí do lado costumam comprar aqui também, quando não compram da gente eu indico o pessoal que vem aí vender a vender lá pra eles” (Corvina, entrevista, 2025).

Além disso, tinha-se como hipótese que a atividade dos pescadores poderia gerar incômodos aos estabelecimentos de restauração (Cruz, 2003) presentes na praça, principalmente por reclamações a respeito ao odor do pescado. Ao realizar as entrevistas e perguntar sobre desafios para esses empreendimentos, esse tópico emergiu nas respostas.

A gente já ouviu de algumas pessoas que sobe o cheiro (Representante da TurisAngra, entrevista, 2025).

Melhorar aquela parte ali, que ainda fica um cheirinho de peixe ruim ali. Fazer uma drenagem melhor ali. Quando acabar o peixe, três horas da tarde, duas horas da tarde, dar uma lavada melhor, que não fique ali esse cheiro, porque o cheiro fica mais para o lado esquerdo (Empresário do turismo, entrevista, 2025).

Figura 20 - Projeto instrumental na praça e apresentação do grupo Regional Choro Caiçara.

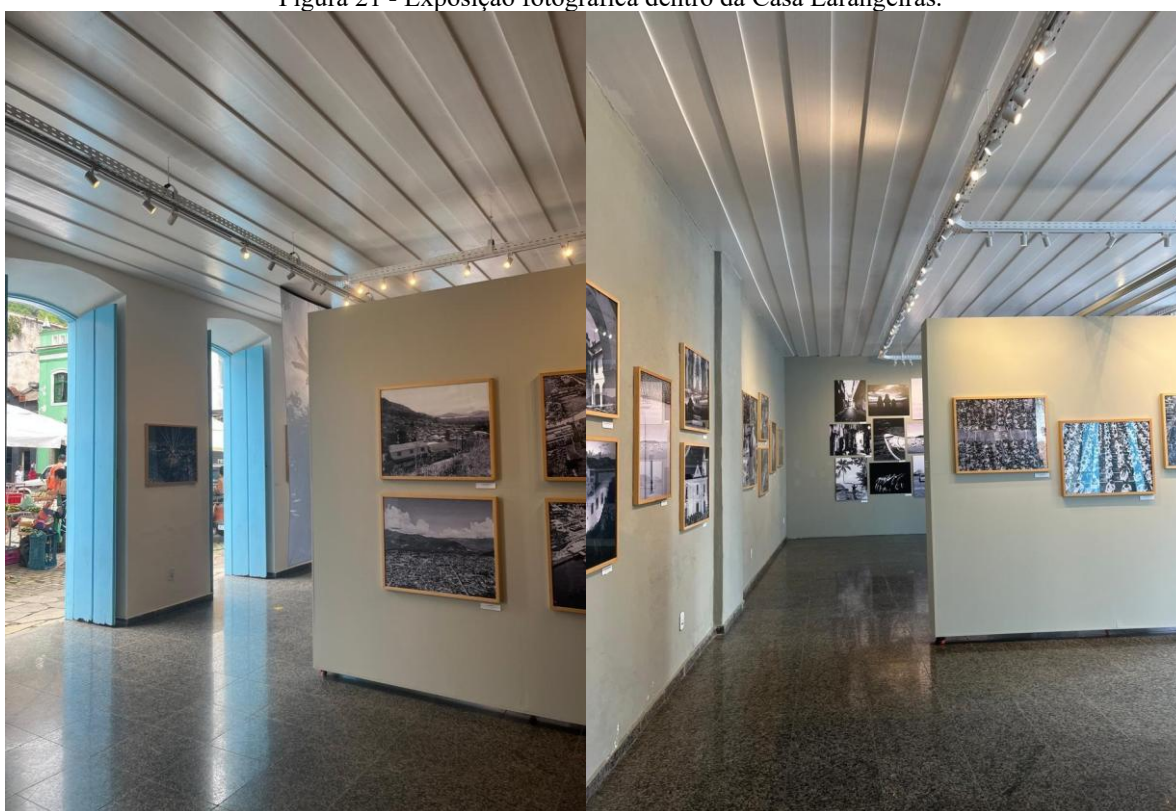


Fonte: Acervo pessoal, 2025.

No entanto, mesmo que essa questão tenha emergido nas entrevistas realizadas, a impossibilidade de realizar entrevistas com os proprietários desses restaurantes, devido a recusa dos próprios, nos impede de traçar uma conclusão dessa hipótese levantada e compreender a relevância desse problema. Contudo, diante do que foi vivenciado, podemos concluir que há realmente um incômodo por parte dos frequentadores, que por vezes se queixam, e que os pescadores não identificam uma relação conflituosa ou de disputa, mas de apoio com vendas corriqueiras.

Além do Instrumental na Praça, e os eventos sediados no espaço aberto da praça, a Secretaria de Cultura faz a gestão da Casa Larangeiras e, após a revitalização do patrimônio histórico, utiliza esse espaço para o fomento da arte e da cultura. Assim sendo, o primeiro pavimento, onde no século passado funcionava o grande empório da cidade, hoje é uma galeria que recebe exposições artísticas, principalmente, de artistas locais. Desse modo, a Casa Larangeiras desponta como um importante espaço de fomento à cultura e aos artistas angrenses, contendo exposições e oficinas de música e dança gratuitas.

Figura 21 - Exposição fotográfica dentro da Casa Larangeiras.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Assim, ao mesmo tempo em que a Secretaria de Cultura busca estimular a frequência e a animação da praça por meio da realização de eventos culturais, certas datas e manifestações

passam a adquirir maior destaque na agenda pública. Dentre elas, o Dia Nacional da Consciência Negra desponta como um momento singular, não apenas pela programação cultural promovida, mas pelo conjunto de significados, identitários e políticos, que se projetam sobre a Praça Zumbi dos Palmares, configurando uma apropriação específica desse espaço público.

O reconhecimento oficial do nome da Praça Zumbi dos Palmares, assim como a instalação do busto em homenagem a figura de Zumbi, constitui elementos centrais para a apropriação desse território por grupos associados ao movimento negro e às religiões de matriz afro-brasileira. Conforme Lefebvre (2006), esses marcos simbólicos contribuem para a produção do espaço vivido, pois permite que práticas, memórias e identidades historicamente silenciadas se inscrevam material e imaterialmente na praça, tensionando o espaço que fora inicialmente concebido pelos planejadores.

Figura 22 - Folder de divulgação da Secretaria de Cultura e Patrimônio referente às celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra.



Fonte: Página da secretaria de cultura e patrimônio de Angra dos Reis no Instagram²⁹.

²⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/secretariadeculturadeangra/>. Acesso em: 15 de jan. de 2026.

Figura 23 - Momento da lavagem do busto de Zumbi dos Palmares no Dia da Consciência Negra, em 2025.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

É um ritual de limpeza, renovação, reverência e bênção. Acontece em várias cidades do Brasil, e é símbolo de luta e resistência do povo negro. Reafirma a história do nosso país, reafirma a fé do nosso povo e, também, reafirma a identidade da comunidade negra. Na Umbanda, também é um ato de cultivar a ancestralidade (Representante de religião afro-brasileira, entrevista, 2025).

Então, conforme apresenta Gomes (2012; 2018), o espaço público se caracteriza justamente pela coexistência, frequentemente conflituosa, de diferentes públicos, usos e significados. Desse modo, a apropriação da praça por esses grupos não apenas reafirma conquistas historicamente obtidas, mas também revela o caráter político do espaço público, no qual o reconhecimento simbólico se mantém ativo por meio da presença, da visibilidade e das práticas sociais desempenhadas. Logo, o fenômeno destacado, expressa, segundo Gois (2018), a característica fundamental de um espaço público, a garantia da publicidade, onde diferentes públicos podem recorrer a esse espaço para manifestar as suas diferenças, configurando-se como palco para a vida social e política (Moranta; Torres, 2012).

Importante pontuar que essa apropriação, ao longo dos anos após o reconhecimento oficial do nome da praça, permitiu que os grupos destacados se apropriaram desse espaço, construindo relações materiais e imateriais com esse território. No entanto, mesmo com toda a

relevância do dia da consciência negra para esses grupos, a presença nesse território não se restringe somente a essa data. Em outros momentos os grupos de capoeira e de jongo realizam apresentações nesse espaço ou dentro da Casa Larangeiras e, atualmente, o poder público, por meio da Secretaria de Cultura e Patrimônio, reconhece e valoriza que essas práticas ocorram na praça. Isso ocorre “pela forma que os usos da praça, a sua identidade, foi construída empiricamente, acredito que a Praça Zumbi dos Palmares é um ponto de referência para a cultura popular de Angra” (Representante da Secretaria de Cultura, entrevista, 2025). Além disso, o papel da prefeitura e o apoio fornecido é reconhecido.

Honestamente, fico feliz em poder contar com o poder público para a realização de eventos. Fico feliz em ter esse diálogo aberto com a prefeitura, mas em contrapartida, é o mínimo (Representante de religião afro-brasileira, entrevista, 2025).

Figura 24 - Folder de divulgação da festa de Iemanjá com atividades na Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: Página da secretaria de cultura e patrimônio de Angra dos Reis no Instagram³⁰.

³⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/secretariadeculturadeangra/>. Acesso em: 15 de jan. de 2026.

Na minha comunidade, representa um lugar que luta contra a intolerância religiosa. Um lugar onde podemos demonstrar nossa fé em público, sem medo de retaliação. Onde podemos cantar nossos pontos em voz alta, bater nosso atabaque e louvar nossos Orixás, sem medo de ser demonizado (Representante de religião afro-brasileira, entrevista, 2025).

Acho que esse espaço fica bem dividido por população, porque é nítido a diferença das pessoas que vão às exposições evangélicas na praia do anil e que vão aos eventos culturais na Praça. Por exemplo, acredito eu que os shows evangélicos que acontecem todos os anos nunca seriam realizados na Praça, e afirmo que não seria só por “falta de espaço”. Os locais são bem divididos (Representante de religião afro-brasileira, entrevista, 2025).

Diante do apresentado, observa-se como a praça é apropriada materialmente, com a presença dos grupos citados, as apresentações musicais e os ritos religiosos, e imaterialmente, com a construção de símbolos e vínculos de identidade, pelos grupos relacionados ao povo negro. Desse modo, nota-se que a praça passa a servir como referência para essas atividades e, por conta disso, enfraquece a realização de atividades de grupos com o qual há um conflito iminente, revelando a identificação desses grupos com o território. Demonstrando, portanto, que, nesse território, as religiões afro-brasileiras ativam estratégias de afirmação simbólica e práticas espaciais que se sobrepõem as dos grupos evangélicos, evidenciando o poder não como algo que se possui, mas como uma relação que se exerce e se negocia continuamente, conforme a perspectiva relacional proposta por Foucault (1988).

No entanto, nem tudo funciona da melhor maneira possível. As atividades promovidas pelo poder público municipal aqui elencadas também sofrem muitas críticas, principalmente, dos grupos que utilizam a praça cotidianamente. Essas reclamações estão direcionadas, majoritariamente, à divulgação desses eventos promovidos. As quais afirmam ser muito mal realizadas, não atingindo as expectativas e nem contribuindo para o comércio local. Além disso, essa má divulgação das atividades, seja dos eventos promovidos pela Secretaria de Cultura, seja das atividades desenvolvidas cotidianamente, é apontado, também, como um problema para a atividade turística, pois não há a socialização dessa informação de forma adequada.

Esse é o ponto negativo. Ela não ser tão divulgada assim. Porque olha o espaço, que maravilha (Limão, entrevista, 2025).

Ó, rapaz, tem bastante gente, morador mesmo aqui no centro de Angra, que nunca passou aqui, cara. Às vezes tem cliente que chega aqui e fala, poxa, eu não sabia que existia. E mesmo fazendo algumas propagandas, mas muita gente ainda não conhece o ambiente, entendeu? (Farinha, entrevista, 2025).

eu acho que tinha que ter um atrativo maior para fazer o movimento melhor na praça. Tem o mercado do peixe, que já traz uma galera da região, né? Da cidade. Mas assim, poderia ter um trabalho mais divulgado. Como Angra é uma cidade turística, né? Poderia ter um trabalho mais divulgado para o mercado do peixe (Sardinha, entrevista, 2025).

Acho que a única coisa que me vem em mente que poderia ser melhorado é a questão da informação. Tanto a divulgação da Praça ao público, promovendo mais eventos também, como fazer uma parte histórica. Uma parte que contasse a história da luta desse povo, que trouxesse mais proximidade e identificação para as pessoas que passam por lá (Representante de religião afro-brasileira, entrevista, 2025).

Em função disso, nota-se uma percepção muito distinta sobre os impactos do turismo nesse território e nas atividades desenvolvidas. Tendo em mente que o projeto de requalificação urbana desenvolvido tinha como objetivo inicial tornar essa área um atrativo turístico no centro da cidade, nota-se que a contradição se expressa na realidade cotidiana. Durante as atividades de campo foi possível perceber que a maioria dos frequentadores da Praça são os próprios residentes de Angra. Durante a parte da manhã, tanto nos dias de semana quanto aos fins de semana, nota-se que o público da Praça é constituído por moradores de Angra, principalmente, da região central da cidade, o centro e os bairros imediatos. Além disso, trata-se de um público mais velho, em sua maioria idosos, que ainda tem como costume ir a feira ou comprar o peixe no Mercado Municipal e, junto a isso, encontrar as amizades pelo caminho e na própria Praça.

Ademais, a Praça chama a atenção por ser um importante espaço de deslocamento, devido a concentração de muitos prédios e repartições públicas ao seu entorno, como a Prefeitura, a Secretaria de Cultura, o Fórum. O conjunto desses elementos direciona o uso desse espaço como deslocamento desses trabalhadores públicos, tornando-se parte dessa dinâmica cotidiana. Somado a isso, o a Praça Zumbi dos Palmares é muito utilizada pela população residente como espaço de lazer, muito por influência dos bares e restaurantes ali situados e por ser palco de variados eventos culturais. Assim, a população residente utiliza a Praça cotidianamente, não sendo um espaço turistificado que exclui os residentes, mas, contraditoriamente, não é muito acessado pelos turistas.

Somado a isso, apresenta-se que “não tem hoje um material específico sobre isso, mas sempre que a gente divulga o centro da cidade, a gente fala que lá tem bares e restaurantes, que no sábado tem o chorinho, que tem a feirinha, e turista adora isso” (Representante TurisAngra, entrevista, 2025). Desse modo, é possível perceber que as atividades não são comunicadas muito amplamente aos visitantes, o que enfraquece a atividade turística na própria praça e, também, na região central, porque é preciso ter um esforço e apoio do governo público para redirecionar essa atividade e consolidar novos atrativos.

Imagina se tivesse ali³¹ um guia de turismo. Você quer conhecer a história da cidade? Fazer um guiamento a pé. Ele vem aqui. Vai na Bica da Carioca. Você conhece a história da Bica da Carioca? Vai na Bica da Carioca. Desce. Vai no Convento São Bernabéu de Sena. Vai na Igreja da Lapa. Vai na Praça. Vai no Presídio. E para pra almoçar no Zumbi dos Palmares. É um roteiro a pé pronto. Pronto. Não tinha dificuldade. É isso que a gente precisa mais. Precisa o poder público olhar mais pro turismo (Empresário do turismo, entrevista, 2025).

Assim sendo, sem esse olhar mais interessado do governo público não há como promover o espaço como um atrativo turístico sem saber de fato as atividades que acontecem ali, sem um material de divulgação que convença o visitante a conhecer e informe o que ele está conhecendo. Nesse sentido, o turismo é entendido de forma distinta pelos feirantes e os pescadores. Para os feirantes, 100% dos entrevistados afirmam que o turismo não gera impacto nas suas vendas, estando muito concentrado em atender ao morador de Angra.

A gente torcia pra ter feriado. Hoje em dia, você torce pra não ter. Porque você não vê ninguém na cidade. Ninguém, ninguém, ninguém, ninguém. Você vê ônibus, mas ônibus na Praia do Anil. Vai tudo pra Ilha, vai pra Vila histórica, vai pra Paraty. Aqui em Angra não fica ninguém, meu filho, você não vê ninguém (Banana, entrevista, 2025).

Não, aqui não. Aqui o foco da gente, em comércio, é o angrense. Porque, primeiro, a maioria dos turistas não ficam em Angra. Eles chegam aqui e vão para as ilhas. E tem um agravante também. Não tem os cruzeiros que chegam? O cruzeiro que chega só é vantagem para o souvenir. É comprar lembrancinhas e essas coisas. Porque esses navios não deixam entrar nem com garrafa d'água dentro deles. Você tem que consumir o que está lá dentro. Então, se chegar aqui e ele quiser levar um queijo, não vai entrar. O fato é esse (Limão, entrevista, 2025).

Já para os pescadores, 67% dos entrevistados afirmaram que o turismo melhora as vendas, principalmente, durante o verão e os outros 33% afirmaram que o turismo afeta pouco suas atividades, pois se concentra mais nas ilhas.

Muito pouco, cara. O turismo aqui nessa praça é muito pouco. Até é engraçado eu falar isso. Não é indo contra ninguém. Mas os guias turísticos que eu observo aqui, que fazem o city tour, é um city tour entre aspas, né? Eles passam muito rápido. Muito rápido. Só passam aqui. Só passam e não param para deixar o pessoal à vontade, para ver o mercado do peixe, para visitar a Casa Larangeiras (Sardinha, entrevista, 2025).

Vem muito turista aqui comprar peixe, acho que por causa do preço, por ser fresco também. Aí vem aqui. Esse movimento é mais no fim de semana e, principalmente, no verão, aí vem bastante comprar com a gente (Garoupa, entrevista, 2025).

³¹ Aqui ele se refere ao Cais Santa Luzia, pois é o local do centro onde saem os barcos de passeio e os traslados em direção à Vila do Abraão, na Ilha Grande, principal território turístico da ilha. Além disso, durante a temporada dos cruzeiros, é o ponto onde os turistas desembarcam para conhecer a cidade durante a parada em Angra dos Reis.

Influência, aumenta as vendas. Pessoal passa aí e leva. Ainda mais agora no verão, pessoal compra mais (Cavala, entrevista, 2025).

No verão aumenta, aí o movimento aumenta também. Mas só aí (Corvina, entrevista, 2025).

Veja, os usos dos turistas não refletem nas atividades desempenhadas pelos feirantes, mas aparece como positivo nos relatos dos pescadores. Isso se dá, não só pela baixa divulgação das atividades da praça, mas por um conjunto de fatores. O primeiro é a própria lógica pelo qual o setor do turismo se desenvolveu em Angra, um turismo voltado para o mar, para a praia, onde os principais usos realizados pelos visitantes estão relacionados aos condomínios fechados, com as casas de veraneio, e a passagem para as ilhas, principalmente, a Ilha Grande (Fonseca; Lopes Junior, 2016; Gois, 2016). Então, esse uso continuado, essa característica do turismo, se mantém e, conseqüentemente, é refletido no cotidiano, expressando mais uma vez a contradição entre espaço concebido e espaço vivido (Lefebvre, 2006).

O segundo fator é a maior identificação dos pescadores com esse território, com a presença do próprio Mercado do Peixe que estabelece um marco para o reconhecimento dessa atividade, e o reconhecimento da praça, também, como praça do peixe, traduzindo essa forte identificação, onde signos se misturam. Somado a isso, tem o desejo de consolidar espaço como um polo gastronômico direcionado aos frutos do mar, o que traz mais destaque para a relação dos pescadores no território.

Além disso, a demolição do Mercado Municipal retirou dos feirantes esse marco de referência da atividade, tal qual como Mercado do Peixe aparece para os pescadores. Isso dificulta que o turista estabeleça um referencial para essa atividade desenvolvida ali, a feira aparece como algo temporário para o visitante que chega nesse espaço, pois ela não participa do imaginário construído e divulgado, sendo o comércio dos pescados e os restaurantes o centro dos atrativos, pois é um polo gastronômico de frutos do mar. Portanto, a transmissão dessas referências aos visitantes afeta diretamente a forma pela qual ele percebe o espaço, ou seja, o espaço percebido (Lefebvre, 2006), e, conseqüentemente, quais atividades são características daquele território, que lhe conferem identidade.

Diante desse contexto, emergem algumas iniciativas dos próprios pescadores, feirantes e frequentadores para poder promover atividades que fomentem essas práticas cotidianas, principalmente, referente ao aumento do fluxo e das vendas dos pescados e dos produtos da

feira. Assim, podemos identificar uma iniciativa encabeçada por esses sujeitos, um grupo autodenominado como “Amigos do Mercado³²”, que promoveram a festa da sardinha.

A gente fez uma festa. A festa da Sardinha que a gente fez. Foi eu e mais os três aqui. Foi um sucesso, cara. Nós fizemos, independente da Prefeitura. Foi um sucesso, foi tudo por eles (Sardinha, entrevista, 2025).

Nossa Senhora, filho. Eu falei com eles, o troço foi na última semana do mês. Cara, há muitos anos eu não tinha um faturamento igual foi nesse dia. Porque o troço trouxe tanta gente pra cá, cara. E aí, cara, a gente aproveita disso também. Lotou cara, isso aqui lotou. Não, eu nunca tinha faturado no final do mês igual faturei nesse dia (Limão, entrevista, 2025).

Figura 25 - Folder de divulgação da festa da sardinha.



Fonte: Página da festa da sardinha no Instagram³³.

³² Grupo montado por pescadores, feirantes e frequentadores da Praça Zumbi dos Palmares e do Mercado do Peixe.

³³ Disponível em: <https://www.instagram.com/festadasardinha/>. Acesso em: 15 de jan. 2026.

Dessa maneira, nota-se como iniciativas idealizadas pelos grupos que utilizam esse espaço cotidianamente podem traçar estratégias para potencializar as suas próprias práticas socioespaciais, assim como socioeconômicas. Além disso, esse é um claro exemplo do potencial presente nas forças comunicacionais, nas horizontalidades, conforme Santos (2017). Isso porque as relações de complementaridade carregam a possibilidade de transformação, assim como revelam as potencialidades das práticas desenvolvidas, bem como dos usos realizados nesse território.

Apresenta também uma ação conjunta entre os agentes territoriais para potencializar as próprias atividades desenvolvidas no território. Assim, a iniciativa revelou como a inserção e valorização das atividades historicamente desenvolvidas na Praça para o centro do projeto trouxe muitos benefícios a esses grupos, aos seus negócios. Reforça também os vínculos desses grupos com esse território, principalmente pescadores e feirantes, pois é uma iniciativa que realça esses usos, esses modos de vida. Junto a isso, o sucesso do evento, com uma boa aderência do público, traz autoestima para esses grupos, que por muitas vezes ficam ofuscados em relação às outras atividades.

Outro elemento de destaque e que merece ser reforçado é o protagonismo assumido por esses agentes territoriais, os quais não contaram com o apoio do poder público municipal, tratando-se de uma ação conjunta que desponta da horizontalidade, das práticas comunicacionais. Além disso, esse caso evidencia como essas práticas cotidianas carregam o papel de transformação, pois estão diretamente relacionadas ao espaço vivido.

Assim sendo, o evento da Festa da Sardinha se destaca frente aos outros eventos promovidos na Praça justamente por apresentar essa atuação conjunta entre os agentes territoriais e pelo protagonismo na elaboração e execução das atividades do evento. Portanto, foi um momento importante para que esses grupos, através dos seus exercícios de territorialidade, reforçassem a sua relação com o território, seja pela presença física no local como a valorização de elementos identitários e de pertencimento.

Retomando o papel do turismo, é preciso falar sobre a atuação dos bares e restaurantes na Praça Zumbi dos Palmares, única atividade aí desenvolvida no período noturno. Atualmente, a praça conta com dois restaurantes em funcionamento: o Pérola Negra e o Kizomba. Ambos os espaços funcionam a partir das 11h até 00h em dias da semana e estendo o horário para a madrugada nos fins de semana e em feriados ou datas comemorativas. Desse modo, ambos espaços oferecem opções de almoço, petiscos e cartelas de drinks e bebidas, mas de uma forma abrangente, como qualquer restaurante em cidades litorâneas. Além disso, é comum encontrar

apresentações de música ao vivo nesses estabelecimentos, principalmente, voz e violão, pagode e sertanejo.

Eu vou ser sincero para você. A nossa gastronomia é boa, porém mal explorada em terra. Quando você vai para o mar, você tem uma gastronomia maravilhosa. Restaurantes muito bons. Como o Canto das Canoas. Como o Coqueiro Verde. Como o Bar do Luiz. Mas a gente aqui em terra não abraça essa ideia do peixe com banana ainda. A comida típica da nossa cidade é o peixe com banana (Empresário do Turismo, entrevista, 2025).

Porém, ultimamente o restaurante Pérola Negra tem investido no seu espaço interno e transformando-o em uma espécie de casa de shows, com isolamento acústico, para que os eventos possam ser realizados até mais tarde sem maiores problemas. Mantendo a mesma lógica das apresentações citadas, muita frequência de grupos de pagode e sertanejo, mas com o diferencial de contar com um DJ. Assim, esse estabelecimento passa a se diferenciar das atividades desenvolvidas pelo concorrente e, até mesmo, variando as próprias dinâmicas a partir de determinado horário, ou seja, a partir de 23h costuma deixar a função de restaurante para se transformar em casa noturna.

Observa-se, então, que esses estabelecimentos funcionam como restaurantes e bares comuns, com atividades e opções que se encontram em qualquer cidade litorânea do Brasil. Não oferecem um diferencial para que chegue ali naquele espaço, algo que caracterize e valorize a identidade do espaço e isso, conseqüentemente, reflete na atividade dos moradores e dos turistas. Dentre as poucas opções presentes no centro de Angra, esse espaço acaba recebendo relevância para esse segmento da atividade, mas deixa de aproveitar o potencial que todo o conjunto da praça oferece. Nesse sentido, não se identifica uma perspectiva de integrar os elementos identitários da praça, até mesmo da cidade, nos negócios desenvolvidos, uma estratégia para gerar uma conexão com o território, garantindo mais identidade e singularidade a esses empreendimentos.

Além desses dois bares, há também a estrutura do *oyster bar*, apta a receber algum restaurante e/ou bar. Essa estrutura foi construída durante a turistificação da praça, foi uma estrutura enfaticamente divulgada junto ao projeto e concebida para ser o diferencial, o grande atrativo turístico, dessa localidade. Entretanto, ao longo dos anos pode-se “perceber que abre um bar, dura um tempo, fecha, e o último mesmo, que ficou lá, não aguentou muito tempo. Isso não é só dele, isso já aconteceu outras vezes” (Representante da TurisAngra, entrevista, 2025). Observa-se, portanto, que os empreendimentos desenvolvidos nesse espaço seguiram a mesma perspectiva dos bares e restaurantes já estabelecidos ali, não oferecendo um diferencial ou

conexão com o território em que está inserido, não propondo algo de atrativo para que possa garantir o pleno funcionamento do espaço.

Eu acho que hoje em dia a empresa tem que inovar mesmo, sabe, Leandro? Não fazer mais do mesmo. Uma vez eu estive lá para almoçar, em uma outra empresa que já estive lá, enfim, não achei nada demais. Não achei nada que me fizesse voltar. Imagina o turista então, o morador da cidade em geral, a empresa tem que inovar, e servir coisas que não precisam ser coisas de luxo, acho que tem que ser sabor, sabe? Eu estive num restaurante no fim de semana passado, eu fiquei apaixonada pelo peixe de lá, eu vou voltar lá com certeza. Não era nada demais a comida e o peixe estava incrível. Falei com eles lá... Esse peixe que vocês fizeram não era um robalo, entendeu? Entende o que eu estou falando? Não era um peixe nobre. Era bem feito, era feito com cuidado, tinha sabor. Então talvez seja isso também, de que um empreendimento que seja... que seja incrível, que vá à frente (Representante da TurisAngra, entrevista, 2025).

Eu acho que o Oyster Bar ali, ele precisa trazer mais a música caçara, porque ele está indo muito por um caminho de pagode, sertanejo. Eu acho que ele precisa buscar um pouquinho, um dia da semana, contar a história da cidade, trazer mais aqui para a gente o caçara. Chorinho de viola, a música caçara, que aí o turista vai gostar e o morador também (Empresário do turismo, entrevista, 2025).

Além disso, não só o bar, mas a própria praça, tinha em seu projeto uma concepção de voltar aquele espaço para o mar, sendo até uma das justificativas para a demolição do mercado. No entanto, essa perspectiva foi algo que futuramente se perdeu, pois logo após a turistificação da praça a prefeitura iniciou, em 2011, a construção do novo fórum de Angra dos Reis (Sarmiento, 2018), um enorme edifício que bloqueou qualquer vista da praça ou do *oyster bar* para o mar (Figura 26).

Nota-se que esse problema de conexão entre as atividades desenvolvidas e o território, a falta de abraçar uma maneira de conectar esses elementos que conferem a identidade do espaço, o que prejudica diretamente as atividades desses empreendimentos. Ademais, observa-se que a estrutura montada do *oyster bar* acabou ficando desconexa frente aos outros usos desenvolvidos nesse território, no qual os turistas, o público-alvo, não utilizam e nem mesmo os moradores fazem algum uso desse espaço. Assim, essa contradição torna-se gritando ao frequentar a praça, principalmente aos sábados, quando há várias atividades coexistindo e o *oyster bar* vazio (Figura 27).

Figura 26 - Vista da Praça Zumbi dos Palmares em direção ao mar bloqueada pelo prédio do fórum ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Por isso ele está por tanto tempo fechado e quando o lugar fica fechado, ele começa a degradar, porque está sem manutenção. Não é nem por ninguém invadir, ninguém invade, mas ele vai ficando degradado, não tem ninguém cuidando. Isso é um desafio (Representante da TurisAngra, entrevista, 2025).

Desse modo, identifica-se que mesmo com as transformações materiais promovidas pela turistificação não resultaram nas expectativas lançadas no projeto, pois não dialoga com os elementos imateriais desse território, com as referências territoriais (Haesbaert, 2004). Conforme Lefebvre (2006), esse caso expressa muito bem a tríade dialética do espaço (concebido-vivido-percebido), pois o governo municipal e os técnicos que elaboraram o projeto (espaço concebido) retiraram a ideia dessa estrutura de alguma referência externa do município e apenas replicaram-na no território, não buscaram estabelecer uma conexão com as atividades historicamente desenvolvidas (espaço vivido) ou os grupos ali enraizados, como os feirantes e

pescadores. Desse modo, essa contradição entre projeto e usos e significados, reflete na forma de apropriação do território e realça para quem vai visitar ou utilizar esse espaço (espaço percebido).

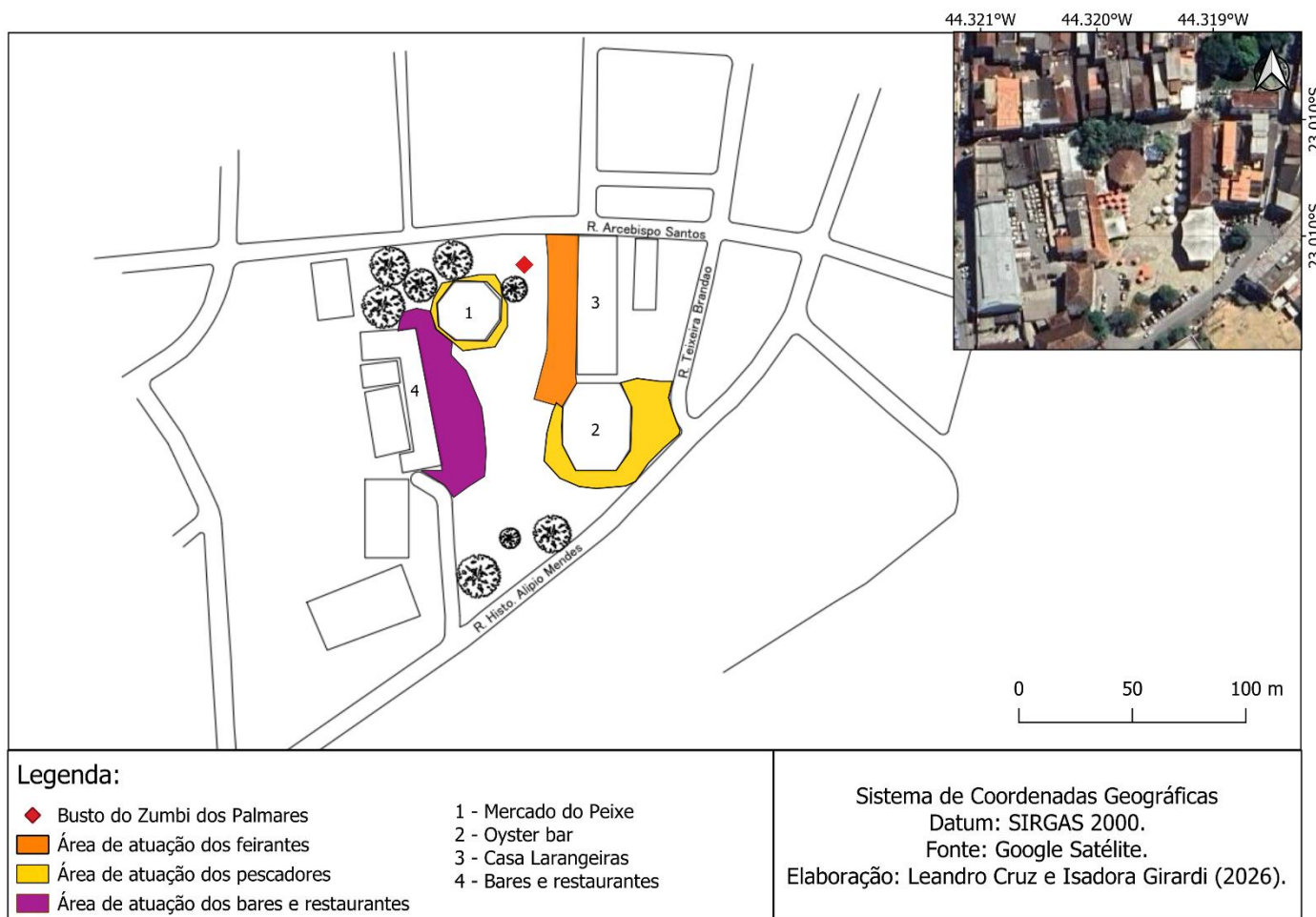
Figura 27 - Oyster Bar vazio enquanto outras atividades ocorrem na Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

Os elementos apontados neste capítulo compreendem os impactos da turistificação na Praça Zumbi dos Palmares no processo de apropriação socioespacial pelos agentes elencados (Ver mapa 6). Nesse sentido, os conflitos identificados nesse território apresentam-se, principalmente, na esfera política, um campo de disputa de poderes que se configura em relação ao outro. Desse modo, a contradição entre apropriação e dominação aparece na permanência dos grupos sociais e da realização de suas atividades.

Mapa 6 - Croqui da Praça Zumbi dos Palmares e a representação da área de atuação dos agentes territoriais.



Fonte: Google Satélite. Org.: Cruz; Girardi (2026).

Entretanto, identifica-se que ao longo dos anos os usos realizados, a função comercial da praça, vem em uma decrescente, pois o movimento de antigamente não se mantém mais. No entanto, os pescadores e os feirantes são impactados de formas distintas, onde observa-se um desfavorecimento maior para os usos dos feirantes, com estruturas de trabalho inadequadas, falta de suporte do poder público e invisibilidade de suas atividades e relação com o espaço. Assim, avista-se um processo de desterritorialização desse grupo ao longo dos anos, onde em 2008 a feira contava com 35 barracas, atualmente há apenas aproximadamente 10. Ademais, nota-se que a remoção do Mercado Municipal refletiu em uma grande perda para esse grupo, pois piorou as condições de trabalho e perdeu-se um importante referencial espacial dos usos desempenhados por eles, ou seja, promoveu impactos materiais e imateriais no território dos feirantes.

Já os pescadores, por terem a sua identidade praticamente relacionada com a identidade da própria praça, na qual a Praça Zumbi dos Palmares também é a praça do peixe, e a presença do Mercado do Peixe conseguem receber um destaque maior e mais poder de negociação com as forças de dominação, tendo mais artifícios para permanecerem no território e os exercícios de territorialidade. No entanto, mesmo com essa maior capacidade de articulação e negociação, constata-se a existência de conflitos que ameaçam a continuidade dessa atividade nesse território, seja pela disputa pela gestão e o controle das autorizações para a utilização do mercado e das peixarias, seja pela defesa das áreas de pesca dos pescadores artesanais, onde não só afeta a permanência no território, mas, principalmente, põe em risco a continuidade da pesca artesanal, do modo de vida caiçara, configurando um grande problema para esse grupo.

Em contrapartida, é possível identificar que a nova configuração da praça abriu as possibilidades de uso do espaço público, atraindo novos públicos e perspectivas para esse território. Desse modo, destaca-se a cultura como um setor de grande investimento e atenção, principalmente, direcionado à cultura popular e a promoção de eventos artísticos. Há, também, a alteração de funções e de identidade, como o caso da Casa Larangeiras, que deixa de ser um antigo empório da cidade, notoriamente reconhecida por sua função comercial, e reaparece como um referencial para a cultura da cidade, sendo um dos importantes espaços para a socialização da cultura na cidade.

Ademais, o processo de turistificação acabou possibilitando o reconhecimento de símbolos estabelecidos por leis que estavam sendo esquecidos, no caso o próprio nome da praça como Zumbi dos Palmares. Somado a isso, devido a toda a disputa histórica para esse reconhecimento, observa-se a apropriação desse espaço por grupos relacionados à cultura negra

na cidade, seja relacionado a elementos políticos, culturais, religiosos ou identitários. Portanto, a Praça Zumbi dos Palmares, torna-se, também, um território de referência a esses grupos e suas atividades, assim como um símbolo de memória, luta e resistência.

Por fim, referente ao principal objetivo do projeto investigado, o turismo, nota-se que as estratégias estabelecidas no âmbito do planejamento não são alcançadas conforme inicialmente planejadas. A consolidação de um polo gastronômico que relaciona os elementos locais, culturais e as próprias atividades desenvolvidas historicamente na praça não foi realizado, identificando-se restaurantes genéricos de cidades litorâneas que pouco, ou nada, dialogam com o território inserido e com a cultura caiçara e angrense. Além disso, não existiu continuidade de alguns pontos estabelecidos, como a retomada da praça para o mar, que foi impedida com a construção do Fórum nos anos seguintes, e a ideia do *oyster bar*, que não conseguiu manter-se em uso contínuo, sendo um grande desafio para a gestão pública o seu uso continuado. Além do mais, identificou-se uma falta de planejamento e atenção por parte do poder público em estimular e divulgar o uso da praça como um atrativo turístico. A ausência de um material específico de divulgação, com informações sobre as atividades desenvolvidas lá, sobre os eventos promovidos, sobre a história do lugar, uma forma de valorizar também o patrimônio material e imaterial desse território. Portanto, constata-se que os esforços em função do turismo na praça concentraram-se mais no âmbito do planejamento, com poucas iniciativas para promover esse local como um atrativo turístico e consolidá-lo como referência no centro de Angra.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como principal objetivo compreender as implicações socioespaciais e as alterações nos processos de apropriação social decorrentes da turistificação da Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis. Entendendo esse espaço público como a expressão concreta das contradições que atravessam a produção do espaço urbano em cidades turísticas, ou seja, dos processos de turistificação (Coriolano, 2006). Junto a isso, partiu-se do entendimento de que o espaço público, tal qual o espaço (Santos, 2017), não é neutro ou homogêneo, mas configura-se como um campo de disputas materiais e simbólicas, tensionado por relações de poder, distintas intencionalidades, práticas sociais e públicos diversificados (Gomes, 2012; 2018). Por conta disso, do reconhecimento desse campo de disputas, é que encontramos a chave para utilizar o território como principal categoria de análise deste estudo. Assim, o nosso foco foi destrinchar as intencionalidades, conflitos e estratégias de negociação adotadas pelos agentes envolvidos, focando nos seus usos, os seus exercícios de territorialidade (Haesbaert, 2004; 2007; 2014).

Em vista disso, a análise efetuada permitiu evidenciar que o processo de turistificação da praça não implicou a simples substituição dos usos e dos grupos historicamente presentes ali, mas promove uma reconfiguração do território, marcada por tensões, hierarquizações e reordenamento das práticas cotidianas, assim como novas estratégias de territorialização. Os pescadores e feirantes, grupos sociais historicamente vinculados àquele espaço, mantêm sua presença por meio de exercícios contínuos de territorialidade (Haesbaert, 2004), ainda que em condições mais precarizadas, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, imaterial. Portanto, a demolição do Mercado Municipal, as estruturas inadequadas das barracas, a suscetibilidades às intempéries do tempo, como a exposição às altas temperaturas e a chuva, a redução do número de feirantes, a diminuição do fluxo cotidiano de clientes e as incertezas em torno da continuidade da atividade pesqueira revelam os limites e contradições do projeto urbano implementado.

Acompanhado a isso, a pesquisa revela que a turistificação da Praça Zumbi dos Palmares abriu possibilidades para novas formas de apropriação do território, sobretudo no campo cultural e simbólico. A consolidação da praça como palco de eventos ligados à cultura popular, a manifestações culturais e políticas, como o uso pelo movimento negro, e às religiões de matriz afro-brasileira evidencia que o espaço público se constitui por essa pluralidade de usos e públicos (Gois, 2018), onde diferentes territorialidades coexistem, se sobrepõem e, por vezes, entram em conflito. Além disso, o reconhecimento do nome oficial da praça e a instalação do

busto de Zumbi dos Palmares configuram-se como conquistas de longos processos de luta, cuja manutenção depende da apropriação contínua desses grupos, comprovando o caráter processual e relacional do território.

A pesquisa demonstra como práticas em conjunto que valorizam a participação dos agentes territoriais, dos seus símbolos e identidades oferecem novas perspectivas e usufrutos a esse território. Sendo assim, discutir novos horizontes e melhorias para a Praça Zumbi dos Palmares é preciso trazer quem usa esse espaço cotidianamente, como feirantes e pescadores, para o centro das discussões, assim como das propostas. Ao menos estabelecer um diálogo frequente com esses agentes e incentivar propostas construídas por eles, valorizando não só os usos, os elementos materiais, mas os elementos simbólicos, o modo de vida, a própria relação histórica desses grupos com esse território. Entende-se, portanto, que essa estratégia pode valorizar esse espaço enquanto atrativo turístico, conferindo-o uma maior identificação com os elementos locais e identitários do território, bem como da história angrense.

Nesse âmbito, o estudo realizado reafirma a perspectiva de Lefebvre (2006) ao evidenciar o tensionamento entre o espaço concebido pelos planejadores e gestores urbanos, o espaço vivido pelos sujeitos que o utilizam cotidianamente e o espaço percebido por visitantes e turistas. A praça emerge, assim, como produto e condição dessas relações de dominação e apropriação (Lefebvre, 2006), materializando projetos urbanos orientados pela lógica turística, mas também resistências e práticas que escapam ao controle pleno do Estado e do capital. Dialogando com Haesbaert (2004; 2007; 2009), nota-se que a Praça Zumbi dos Palmares se constitui como um território, atravessado por múltiplas territorialidades que se expressam de maneira desigual, revelando a contradição entre os processos de dominação e apropriação no espaço urbano.

As entrevistas realizadas evidenciaram ainda que muitos dos conflitos que impactam diretamente os usos da praça extrapolam seus limites físicos imediatos, como aqueles relacionados às áreas de pesca e a manutenção do modo de vida dos pescadores artesanais, assim como a socialização da pesca. Ainda que tais disputas ocorram em outros recortes espaciais, seus efeitos e consequências incidem diretamente sobre o território analisado, uma vez que a comercialização do pescado representa a etapa final de um processo produtivo mais amplo. Sendo assim, essa constatação reforça a necessidade de compreender o território de forma relacional e multiescalar (Haesbaert, 2004), conforme apontam as abordagens contemporâneas da Geografia Crítica.

Diante disso, a pesquisa contribui para o debate crítico sobre o modelo de desenvolvimento urbano e turístico adotado em Angra dos Reis, ao evidenciar que projetos de

requalificação orientados em função do turismo tender a (re)produzir espaços seletivos, nos quais determinados usos e grupos são valorizados em detrimento de outros. Desse modo, ao invés de eliminar os conflitos, intervenções como essa frequentemente os reorganizam, deslocando-os ou tornando-os menos visíveis, mas não menos presentes.

Por fim, reconhece-se que o presente estudo possui limitações, inerentes ao recorte espacial e metodológico adotado, assim como ao número de entrevistas realizadas. Pois, essas condições revelam dinâmicas, tensões e conflitos sobre um território específico do centro de Angra dos Reis. Além disso, a amostragem de entrevistas coletadas revela dados sobre um grupo pequeno em comparação à toda população que utilizam, e utilizaram, esse espaço público e configuram esse complexo campo de disputas pela apropriação da Praça Zumbi dos Palmares.

Ainda assim, acredita-se que a pesquisa oferece contribuições relevantes para a compreensão das relações entre turismo, espaço público e território, além de fornecer subsídios para reflexões futuras sobre políticas públicas urbanas, visando uma maior sensibilidade e consideração das práticas sociais existentes. Somado a isso, a pesquisa realizada retoma a discussão sobre a cidade de Angra dos Reis, sobre o seu espaço urbano, estimulando novos rumos de pesquisas sobre os efeitos do turismo na cidade, a importância dos espaços públicos e da valorização da história e cultura da cidade. Portanto, espera-se que este trabalho possa fomentar novas investigações e ampliar o debate sobre a produção do espaço urbano de Angra dos Reis e, também, em outras cidades reordenadas em função do setor turístico, enfatizando a importância de considerar os sujeitos, seus modos de vida e suas territorialidades nos processos de planejamento e gestão do espaço público, assim como da cidade, reforçando a importância de lançar um olhar sensível sobre as nuances do território.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cassio Veloso. **Urbanização, apropriação do espaço, conflitos e turismo: um estudo de caso de Angra dos Reis**. 2005. 165f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ARAÚJO, João Pedro G. **A Central Nuclear de Angra dos Reis: uma história do lugar e da transformação da paisagem**. 2023. 278f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ARAÚJO, Paulo Roberto. Angra dos Reis começa a demolir o antigo mercado municipal. **Extra**, 09 abr. 2008. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/angra-dos-reis-comeca-demolir-antigo-mercado-municipal-492142.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BALBIM, Renato Nunes. A quinta dimensão do espaço: cotidiano e práticas espaciais. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. (Orgs.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições territoriais, 2003. p. 154-173.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETTO, Margarida. Revitalização Urbana, lazer e turismo. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 5, n. 4, p. 592-601, 2013.

BATALLER, Maria Alba S.; BOTELHO, Maurilio L. O Estudo da Gentrificação. **Continentes**, n. 1, p. 9-37, jul. 2012.

BORGES, Rodrigo dos Santos. **O mar, o paraíso e a lógica privatista de organização espacial como elementos formadores do turismo classe A no litoral sul fluminense**. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BOTELHO, André Luiz M. **Angra dos Reis - análise das questões ambientais**. 2001. 80f. Dissertação (Especialização em organização espacial do Rio de Janeiro) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

BRAGA, Solano de S.; GUZZI, Anderson; MALTA, Guilherme Augusto P. Análise dos territórios turísticos do litoral piauiense por meio de Analytic Hierarchy Process. **Mercator**, Fortaleza, v. 22, mai. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARVALHO, Aline Vieira de. A construção da vocação: memórias e patrimônios em Angra dos Reis, RJ. In: FERREIRA, M. L.; MICHELON, F. F. (Orgs.). **Memória e Esquecimento**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, p. 98-126, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTRO, Alexandra. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos. **Cidades - Comunidades e Territórios**, n. 5, p. 53-67, dez. 2002.

CASTRO, Iná Elias de. O Espaço Político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 43-72.

CECIM, Jessica da Silva R.; STRAFORINI, Rafael. Narrativa autobiográfica e formação docente em geografia: reconstruindo percursos formativos a partir da narrativa da experiência. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 01-18, 2018.

CHASTAN, Lita. **São Paulo - litoral norte em dados: turismo na costa do ouro**. São Paulo: Editora do Escritor, 1976.

CHETRY, Michael. Crescimento e dinâmica demográfica uma cidade média: o caso de Angra dos Reis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019. **Anais [...]** Vitória: UFES, v. 1, p. 3940-3957, 2019.

CHETRY, Michael. Dinâmica migratória da cidade média: uma análise de Angra dos Reis, RJ. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 1-17, 2021.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Turismo: uma prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amália; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Laura (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciencia Sociales: São Paulo, p. 367-378, dez. 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. C. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-48, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática. S.A, 2004.

COSTA, Everaldo Batista da. Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 91-120, 2021.

CRUZ, Rita de Cássia A. **Introdução a Geografia do Turismo**. Rio de Janeiro: Roca, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. A. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil / Développement inégal et tourisme au Brésil / Uneven development and tourism in Brazil. **CONFINS (PARIS)**, v. 1, p. 1-28, 2018.

EMBRATUR. **Projeto Turis**. [S. l.], v. 1, 1973.

FILHO, Deusdedith de Souza A. **Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso**. 2004. 197f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Tiago Boruchovitch; LOPES JUNIOR, Wilson Martins. Estudo do perfil dos turistas que visitam a Ilha Grande a partir do Cais de Santa Luzia, Angra dos Reis – Rio de Janeiro, Brasil. **Turismo e Sociedade**, v. 9, n. 2, ago. 2016.

FONTANELLI, Marina de Mello. **A rodovia e os caiçaras: a construção da Rio-Santos e suas consequências para as comunidades locais em Ubatuba (SP)**. 2019. 85f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GÓIS, Marcos Paulo F. O espaço público nos instrumentos da política urbana do município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Brasil (1988-2016). **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 66, p. 189-202, jun. 2018.

GÓIS, Marcos Paulo F. Turismo, território e urbanização: uma reanálise do caso do município de Angra dos Reis e da região turística da Costa Verde (RJ). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-26, 2020.

GOMES, João Carlos (Org.). **Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro: passaporte para o desenvolvimento do Estado**. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010.

GOMES, Marcos Antônio S. De largo a jardim: praças públicas no Brasil - algumas aproximações. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 101-120, 2007.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-42.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaço Público, Espaços Públicos. **GEOgraphia**, Niterói: PPGeo/UFF, v. 20, n. 44, set./dez. p. 115-119, 2018.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaços Públicos e Territórios. As relações entre espaço e poder na Geografia. **Punto Sur**, v. 1, p. 153-169, 2020.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional - o caso de Angra dos Reis**. 1983. 368 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Campinas: Editora UNESP, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª ed., 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói: PPGeo/UFF, a. 9, n. 17, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Dilemas dos conceitos espaço-território e contenção territorial. SAQUET, Marco A.; SPOSITO, Eliseu. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 95-120, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HARVEY, David. Do Gerenciamento ao Empresariamento: a Transformação da Administração Urbana no Capitalismo. **Espaço & Debate - Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

ISALTINO, Miguel Assad. **Angra do Passado**. Rio de Janeiro: Eletronuclear, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 1. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 4. ed., 2000) Primeira versão: fev. 2006.

LEITE, Nathália K. **Turismo e Território: um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da Geografia do Turismo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

LOPES JUNIOR, Wilson Martins. Geografia urbana e as novas centralidades como subsídio às pesquisas em cidades turísticas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 168-177, fev./abr. 2014.

MALTA, Guilherme A. P.; BRAGA, Solano S.; BARBOSA, Maria Flávia P. Concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza. **Revista brasileira de pesquisa em turismo**, v. 13, p. 16-31, 2019.

MACHADO, Lia Osório. **Diagnóstico Sócio-Ambiental do Município de Angra dos Reis**. Rio de Janeiro: Convênio Furnas-Ufrj, 1995.

MARQUES, Matheus A. Reflexões sobre os usos do termo “revitalização urbana” em pesquisas da geografia. **GEOGRAFIA**, Rio Claro (SP), v. 47, n. 1, p. 1-16, 2022.

MARTINS, Élvio. O pensamento geográfico é geografia em pensamento? **GEOgraphia**. Niterói: PPGeo/UFRJ, a. 18, n. 37, p. 61-79, 2016.

MARTINS, Jéssica Silva; SEABRA, Vinicius da Silva; RICHTER, Mônica. Turismo e segregação socioespacial em Angra dos Reis: uma análise da organização do espaço por meio da geoinformação. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, a. 16, n. 2, p. 29-51, jan-jun. de 2020.

MASCARENHAS, Gilmar. Cenários contemporâneos da urbanização turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 4, p. 1-11, 2004.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Orgs.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

MELO, Waldelilo Santos de. **“O Grito Negro”**: memória e resistência do grupo de consciência negra YLÁ-DUDU em Angra dos Reis. 2022. 180f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2022.

MENDES, Alípio. **Ouro, incenso e mirra**. Narrativas históricas sobre Angra dos Reis. Angra dos Reis: Ateneu Angrense de Letras e Artes, 2009.

MORAES, Antonio Carlos R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MORANTA, Tomeu Vidal; TORRES, Héctor Barroeta. La noción de espacio público y la configuración de la ciudad: fundamentos para los relatos de pérdida, civilidad y disputa. **Polis**, v. 11, n. 31, 2012.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 12-13, p. 13-32, 2006.

NASCIMENTO, Ana Paula de Souza. **O Corpo e a Alma do Lugar: o caso de Angra dos Reis**. 2014. 162f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

NEVES, Elias Filipe S. O.; LIMA, José Raimundo O. Urbanização difusa e cidade contemporânea: contribuições do associativismo para uma boa convivência socioespacial nas cidades médias. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 46, p. 56-68, 2024.

NUNES, Nathan da Silva; RIBEIRO, Miguel Ângelo. A geografia da atividade turística no território fluminense: uma releitura. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 1-23, 2020.

PIMENTEL, Maurício R.; CASTROGIOVANNI, Antônio C. O urbano e o turismo: uma construção de mão dupla. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 81-105, 2016.

PMAR. **Plano Diretor de Angra dos Reis**. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1991.

PMAR. Ana Carolina abrilhanta a inauguração. **Notícias PMAR**, 14 dez. 2008a. Disponível em: https://portal.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=41349&IndexSigla=imp. Acesso em: 12 de jan. de 2026.

PMAR. Demolição Mercado Municipal. **Notícias PMAR**, 09 abr. 2008b. Disponível em: https://portal.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=40433&IndexSigla=imp. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

PMAR. Mercado do Peixe foi revitalizado. **Notícias PMAR**, 09 out. 2008c. Disponível em: https://portal.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=41112&IndexSigla=imp. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

PMAR. Angra celebra Dia da Consciência Negra. **Notícias PMAR**, 15 nov. 2024a. Disponível em: <https://angra.rj.gov.br/noticias/15-11-2024/angra-celebra-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

PMAR. Chorinho na Praça Zumbi dos Palmares vai continuar. **Notícias PMAR**, 13 mar. 2024b. Disponível em: <https://angra.rj.gov.br/noticias/13-03-2024/chorinho-na-praca-zumbi-dos-palmares-vai-continuar>. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

PMAR. Prefeitos da Costa Verde avançam na formalização do Consórcio de Turismo, **Notícias PMAR**, 23 mar. 2025. Disponível em: <https://angra.rj.gov.br/noticias/21-03-2025/prefeitos-da-costa-verde-avancam-na-formalizacao-do-consorcio-de-turismo>. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 2, p. 93–101, 2011.

RIBEIRO, Irene Chada. **Contradições entre o público, o privado e o comum: lutas pelo direito à praia contra processos de privatização em Angra dos Reis**. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

ROSS, Jurandyr L. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 4, p. 25-39, 1985.

SANTOS, Altair Sancho P. **Des-Ordenamento Territorial e Unidades de Conservação**. 2016. 460f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia à uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Observatório Social da América Latina - OSAL**, Buenos Aires, a. 16, n. 16, jun. 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 2002. 7. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed., 2005. 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Telma; ELICHER, Maria. Turismo e Produção do Espaço na Cidade do Rio de Janeiro. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 3, 2013.

SARMENTO, Eduardo. Após sete anos, novo Fórum de Angra é inaugurado. **OAB-RJ - Notícias**, 12 de abr. de 2018. Disponível em: <https://oabrj.org.br/noticias/apos-sete-anos-novo-forum-angra-inaugurado#:~:text=Os%20colegas%20voltar%C3%A3o%20a%20ter,Centro%20de%20Angra%20dos%20Reis>. Acesso em: 16 de jan. de 2026.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2012.

SIQUEIRA, Priscila. **Genocídio dos caiçaras**. São Paulo: Massao Ohno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.

SIQUEIRA, Priscila. Os caiçaras e a Rio/Santos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 62-64, out/dez. 1989.

SOBARZO, Oscar. A Produção do Espaço Público: da dominação à apropriação. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006.

SOTRATTI, Marco Antonio. A produção turística das cidades atuais: imagens e representações simbólicas de espaços e lugares. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 22, v. 2, p. 250-271, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. C. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-48, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo**. 2004. 508 p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Novas Redes Urbanas: Cidades médias e pequenas no processo de Globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Centros e centralidades no Brasil. In: FERNANDES, José Alberto R.; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Orgs.). **A nova geografia do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Porto: CEGOT, 2013.

TEIXEIRA, Érica J. P.; PACÍFICO, Juracy M.; BARROS, Josemir A. O diário de campo como instrumento na pesquisa científica: contribuições e orientações. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. I.], v. 15, n. 2, p. 1678-1705, 2023.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-104.

VALENTE, Klauber. Praça Zumbi dos Palmares: falta o reconhecimento oficial. **Tribuna Livre**, 2 dez. 2009. Disponível em: <https://tribunalivrejornal.com.br/praca-zumbi-dos-palmares-falta-o-reconhecimento-oficial/>. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, ago/dez, 2014.

ZILLOTTO, Lisandre Sotta. **Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek (1956/61): uma análise sobre o desenvolvimento econômico através do IDH**. 2005. 65f. TCC (graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

APÊNDICE A - ROTEIRO AGENTES MUNICIPAIS

- 1- Qual órgão da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis você está representando?

- 2- A Praça Zumbi dos Palmares é fruto de um projeto de revitalização urbana promovido pelo governo municipal. Para isso, foi necessário a remoção do antigo mercado municipal, o mercado quadrado. Como você classificaria a forma em que esse espaço era utilizado? Quais eram as principais atividades desenvolvidas antes da criação da Praça?

- 3- Diante do cenário exposto anteriormente, qual eram os problemas identificados pelo poder público municipal sobre a forma em que esse espaço estava sendo utilizado?

- 4- Em vista disso, quais as principais motivações do poder público municipal para a elaboração do projeto de remoção do antigo mercado quadrado e abertura da Praça Zumbi dos Palmares?

- 5- Quais eram os objetivos do poder público com o projeto de revitalização da Praça Zumbi dos Palmares? Além disso, quais as expectativas referentes às estruturas instaladas?

- 6- O projeto consistiu em modificar todo o entorno do Mercado do Peixe, mas manteve o prédio onde funciona o mercado preservado. Qual a visão do poder público em relação a esse patrimônio histórico para o município e para a praça? E qual a sua importância para os pescadores artesanais e o exercício de suas atividades?

- 7- Para a elaboração do projeto foi estabelecido algum tipo de diálogo com esses grupos sociais? Se sim, de que forma esse contato foi estabelecido? Se sim, quais foram, à época, as principais reivindicações realizadas? Elas foram atendidas? Comente.

- 8- Antes da realização do projeto de revitalização, a prefeitura considerava a praça e o Mercado do Peixe como atrativos turísticos municipais? A organização dessa área valorizava o patrimônio histórico do Mercado do Peixe e da Casa Laranjeiras?

- 9- Além da estrutura material, as atividades desenvolvidas nesse espaço, como o comércio de pescados e a feira, eram inseridos em um itinerário turístico municipal?

10- Com a revitalização, como a Prefeitura enxerga a Praça Zumbi dos Palmares no contexto do turismo em Angra dos Reis? Quais mudanças são observadas que favorecem a atratividade turística dessa área?

11- Essa praça atrai os visitantes para o consumo dos espaços do centro da cidade?

12- Como enxerga a visão dos moradores da cidade com esse novo projeto em termos de uso e hábitos de frequentar a praça, se sentir pertencente a esse local histórico?

13- A prefeitura desenvolve alguma iniciativa voltada à população local com o intuito de promover o uso e apropriação da Praça pelos moradores? Se sim, quais? Tais iniciativas têm surtido o efeito desejado?

14- Qual o objetivo principal da criação do “*Oyster Bar*”? O que apontaria como principais êxitos e desafios referentes a essa estrutura instalada? Em um balanço geral, como você avalia a satisfação das atividades ali desempenhadas no que tange a atração de visitantes, sejam turistas ou moradores?

15- De que maneira a remoção do Mercado Municipal, o mercado quadrado, impactou as atividades desempenhadas por esses grupos? Quais ganhos e perdas com essa remoção?

16- Em relação às atividades dos pescadores e feirantes, quais mudanças são identificadas com a realização do projeto? Observa-se melhorias nas condições materiais para o desenvolvimento de suas atividades?

17- Atualmente, quais as possibilidades de usos e atividades que esse espaço apresenta? Aponte os principais setores favorecidos pelas atividades ali desempenhadas?

18- Atualmente, quais as principais reclamações e/ou reivindicações que chegam ao governo municipal a respeito da Praça Zumbi dos Palmares? Além disso, quais os principais grupos sociais que realizam essas solicitações?

19- De acordo com o contexto atual, quais melhorias você apontaria referentes a Praça Zumbi dos Palmares? Melhorias estas, referentes a condição material, ao fomento das atividades realizadas, fomento a novos usos, a instalação e/ou de equipamentos, dentre outros?

20- Quais os desafios que ainda se apresentam à consolidação da Praça Zumbi dos Palmares como um atrativo turístico do município?

APÊNDICE B - AGENTE DO TURISMO

1- Quais atividades turísticas (ou ramo do turismo) são desenvolvidas e/ou fomentadas por você e/ou sua empresa?

2- A quanto tempo você atua em Angra dos Reis?

3- Quais elementos você considera fundamentais para a classificação de Angra dos Reis como uma cidade turística?

4- Pela sua percepção, o que os turistas mais buscam em Angra dos Reis?

5- Acredita que há um interesse em acessar os espaços da cidade ou apenas nas praias e ilhas? Caso não, aponte os principais motivos.

6- Além das ilhas e das praias, qual o aporte que a cidade oferece aos turistas? Quais locais da cidade você observa como pontos de interesse para o turismo? A Praça Zumbi dos Palmares é uma dessas localidades?

7- De acordo com a estrutura e as atividades desenvolvidas na Praça Zumbi dos Palmares, o que você observa como possíveis atrativos turísticos?

8- Acredita que o comércio de pescados e a feira fazem parte desses atrativos?

O comércio de pescados e a feira podem fomentar o turismo ou causar desconforto aos turistas ou às outras atividades ali desenvolvidas? Comente.

9- Diante disso, você observa algum conflito ou insatisfação entre os proprietários dos restaurantes localizados na praça com esses grupos citados anteriormente? Se sim, quais os principais motivos?

10- Referente ao “Oyster Bar”, como você avalia as atividades desenvolvidas ali? Em sua opinião, o que necessita para que algum empreendimento consiga se manter ali?

11- Em sua opinião, quais mudanças você promoveria para fomentar as atividades desenvolvidas na Praça Zumbi dos Palmares?

12- De que forma você acredita que as atividades desenvolvidas pelos pescadores e feirantes podem contribuir com o turismo local? Além disso, quais possibilidades você enxerga que o turismo pode servir como um instrumento para a valorização desses grupos sociais, bem como seus modos de vida?

13- Por fim, o que você observa que falta para que a cidade de Angra dos Reis seja mais atrativa aos turistas? Seja referente a infraestruturas, atrativos turísticos, eventos, apoio do governo municipal, investimento, etc.

APÊNDICE C - PESCADORES E/OU FEIRANTES

- 1- Qual atividade você exerce na Praça Zumbi dos Palmares?
- 2- A quantos anos você atua na área que hoje é a Praça Zumbi dos Palmares?
- 3- Você é feirante ou pescador por qual motivo? Conte um pouco da sua história.
- 4- Antes da construção da Praça Zumbi dos Palmares, quando ainda existia o mercado municipal (mercado quadrado), quais atividades eram desenvolvidas aqui? O mercado do peixe também era utilizado?
- 5- Como você avalia as condições em que o Mercado Quadrado e o Mercado do Peixe se encontravam? Eram espaços adequados para o pleno desempenho das suas atividades? O que precisava melhorar?
- 6- Qual a sua visão e sentimentos em relação ao Mercado?
- 7- Quais memórias você destacaria sobre essa área antes da Praça Zumbi dos Palmares? Existe algo que sinta falta em comparação com as condições atuais?
- 8- Qual o público que frequentava essa área? Era comum a presença de turistas? Como se dava a convivência nesse espaço?
- 9- Como foi o processo de revitalização da Praça Zumbi dos Palmares?
- 10- Durante a elaboração do projeto para a construção da praça foi estabelecido algum tipo de diálogo do poder público municipal com os pescadores e feirantes?
- 11- Teve algum espaço para que suas reivindicações fossem expostas ou para que lançassem propostas? Se sim, quais foram as principais?
- 12- Quais mudanças você pode perceber com a remoção do mercado Quadrado e a abertura da Praça Zumbi dos Palmares?

13- Colocando em contraste as atividades desenvolvidas no antigo Mercado Municipal com as desenvolvidas atualmente na praça, quais as principais diferenças identificadas?

14- Na sua visão, o projeto foi benéfico para os pescadores e feirantes? Por que? E para o município?

15- Sua visão sobre a praça, os sentimentos sobre esse lugar foram modificados com o projeto de revitalização? Comente.

16- Você identifica que há diferenças entre quem acessa a Praça atualmente e quem utilizava antigamente? Se sim, aponte.

17- Qual a importância do Mercado do Peixe para o comércio de pescados e para os pescadores que o utilizam?

18- Referente às condições em que o Mercado do Peixe se encontra, você acha que são adequadas ou não? Apontaria alguma coisa que gostaria que melhorasse?

19- Sobre os novos usos e públicos que acessam a Praça Zumbi dos Palmares você identifica algum problema? Comente.

20- Como você enxerga o aumento da atividade dos turistas?

21- De que forma o turismo impacta nas atividades desenvolvidas por você?

22- Diante das atividades realizadas cotidianamente, quais os maiores desafios enfrentados? O que você apontaria como possíveis melhoras?

23- Baseado em suas percepções, como você avalia a Praça Zumbi dos Palmares? Destacando pontos positivos e negativos.

APÊNDICE D - PROPESCAR

- 1- A quantos anos a cooperativa existe?
- 2- Atualmente, quais as principais frentes de atuação da cooperativa? Quantos pescadores são atendidos e/ou compõem a rede de alcance da cooperativa?
- 3- De que maneira, vocês avaliam o contexto do antigo mercado municipal, o mercado quadrado, que se situava onde hoje é a Praça Zumbi dos Palmares? Quais as principais atividades eram desenvolvidas? Quais os principais grupos que frequentavam esse espaço?
- 4- Dentro desse contexto, como vocês avaliam as atividades dos pescadores naquele local? Qual o papel o Mercado do Peixe exercia nesse momento?
- 5- Como eram as condições de trabalho e o alcance das atividades ali desenvolvidas?
- 6- Quais as principais dificuldades encontradas pelos pescadores nesse contexto?
- 7- Durante a elaboração do projeto para a construção da Praça Zumbi dos Palmares, a prefeitura buscou estabelecer algum contato com a cooperativa? Se sim, como se deu esse contato? Se não, por qual motivo vocês acreditam que isso não ocorreu?
- 8- Como essa estratégia escolhida pelo poder público local afetou nas decisões tomadas na construção da Praça? Acreditam que os pescadores tiveram voz ativa e reivindicações acatadas durante a elaboração do projeto? Comente.
- 9- De que maneira as transformações nesse espaço para o fomento do setor turístico impactaram as atividades desenvolvidas pelos pescadores?
- 10- Referente ao incentivo do turismo no local, como vocês entendem a participação dos pescadores? São centrais ou estão à margem das decisões tomadas e das atividades desenvolvidas?

11- Como vocês avaliam as condições atuais da praça e do Mercado do Peixe para o exercício do comércio de pescados e das outras atividades dos pescadores?

12- É possível observar algum tipo de conflito ou descontentamento entre os proprietários dos restaurantes instalados na praça com os pescadores? Se sim, quais?

13- Colocando em contraste as atividades desenvolvidas no antigo Mercado Municipal com as desenvolvidas atualmente na praça, quais as principais diferenças identificadas?

14- Sobre o uso da praça pelos pescadores, quais são as principais observações por eles levantadas? Sejam aspectos positivos e/ou negativos.

15- De acordo com a cooperativa, quais aspectos vocês apontariam para melhorar a Praça Zumbi dos Palmares e, principalmente, as melhorias a favor dos pescadores?

16- Por fim, destacando pontos positivos e negativos, de que maneira vocês observam esse processo de revitalização urbana?

APÊNDICE E – REPRESENTANTE DE RELIGIÃO AFRO-BRASILEIRA

- 1 - Qual a sua atuação cultural, religiosa ou política no município?
- 2- Como se deu sua relação com a Praça Zumbi dos Palmares? Primeiro contato, participação em eventos, frequência.
- 3- Qual lembrança você tem da Praça Zumbi dos Palmares?
- 4- Como você descreve a importância da Praça Zumbi dos Palmares para a cidade de Angra dos Reis? Quais usos da praça você considera mais marcantes?
- 5- O que representa, para você e para sua comunidade, a existência de um espaço público com o nome de Zumbi dos Palmares?
- 6- Como você interpreta a presença e a importância do busto de Zumbi dos Palmares na praça?
- 7- Aponte o sentido simbólico da “lavagem” do busto de Zumbi dos Palmares durante o Dia da Consciência Negra?
- 8- Quais práticas, celebrações, encontros ou atividades sua comunidade realiza na praça?
- 9- Como esses usos contribuem para fortalecer a cultura e a memória das religiões de matriz africana em Angra?
- 10- Na sua percepção, houve resistência ao nome “Praça Zumbi dos Palmares”? Antes ou depois da transformação da praça em sua configuração atual.
- 11- Antes da revitalização da praça, quando ainda existia o mercado municipal, quais os usos desse espaço?
- 12- Você identifica conflitos, tensões ou tentativas de deslegitimar esse espaço enquanto território negro, de memória e resistência?

13- A revitalização da praça alterou de alguma forma os usos que vocês realizam ali?

14- Como você avalia a atuação do poder público em relação aos eventos do Dia da Consciência Negra e às expressões religiosas na praça? Existe diálogo com a prefeitura ou com outras instituições? Como ele ocorre?

15- O que a Praça Zumbi dos Palmares simboliza para você como espaço de luta, memória e afirmação da identidade negra?

16- Como você avalia a Praça Zumbi dos Palmares? Indique pontos positivos e/ou negativos.

ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Espaços Públicos e Turistificação: o caso da praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis, RJ.

Pesquisador: ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 92093225.2.0000.5147

Instituição Proponente: Departamento de Turismo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.969.491

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado.

De acordo com as Informações Básicas e/ou Projeto Detalhado, o Resumo da pesquisa está assim descrito:

" O município de Angra dos Reis (RJ) é notoriamente conhecido como destino turístico, devido a sua paisagem composta por belas praias e ilhas, remetendo ao imaginário de paraíso, muito explorado pelo setor turístico. Sendo assim, o turismo tem uma ligação direta com a produção do espaço urbano angrense, primeiramente com a associação ao capital imobiliário para a construção de condomínios para alta classe social e, posteriormente, na construção de localidades destinadas a oferecer infraestrutura às atividades turísticas, bem como a diversificação da oferta dessas atividades. Para diversificar a oferta de atividades e atrair um maior quantitativo de turistas, o governo municipal adotou como estratégia a turistificação dos espaços públicos do centro da cidade, com o objetivo de atrair visitantes para o consumo dos espaços da

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N	CEP: 36.036-900
Bairro SAO PEDRO	
UF: MG Município JUIZ DE FORA	
Telefone (32)2102-3788	E- cep.propp@ufff.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.969.491

cidade, diferentemente, do público que acessa o turismo nos condomínios fechados e resorts, isolados da cidade. Assim sendo, dentro dessa estratégia, é construída a Praça Zumbi dos Palmares, objeto deste estudo, no qual para a sua elaboração é realizada uma grande intervenção urbana no entorno do tradicional Mercado do Peixe, alterando formas e funções desse espaço. Assim, pretende-se compreender as implicações socioespaciais e alterações nos processos de apropriação social decorrentes da turistificação na Praça Zumbi dos Palmares. De caráter qualitativo, a procedimentos metodológicos da presente pesquisa envolverão pesquisa bibliográfica e documental e realização de entrevistas com representantes da Prefeitura Municipal, da Cooperativa dos Pescadores de Angra dos Reis, empresários do turismo e pescadores e feirantes atuantes na praça."

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com as Informações Básicas e/ou Projeto Detalhado, os objetivos são:

"Objetivo primário:

Compreender as implicações socioespaciais e alterações nos processos de apropriação social decorrentes da turistificação na Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis (RJ).

Objetivo secundário:

- Investigar como se deu o processo de turistificação da praça no que tange as intencionalidades e interesses da esfera pública e dos agentes turísticos envolvidos nesse processo, bem como possíveis tensões e conflitos associados.
- Identificar e caracterizar os usos (i)materiais históricos e contemporâneos desse espaço.
- Compreender as influências do processo de turistificação da Praça Zumbi dos Palmares nos usos e nas formas de apropriação (i)materiais desse território por parte dos pescadores e feirantes."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão assim especificados:

" Riscos:

- Esta pesquisa possui riscos mínimos, como possível constrangimento em relação

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município** JUIZ DE FORA
Telefone (32)2102-3788 **E-** cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.969.491

a perguntas sobre idade e situações conflituosas envolvendo as atividades desempenhadas na Praça Zumbi dos Palmares. Em caso de constrangimento nesses casos, o pesquisador informará ao entrevistado que este poderá encerrar a entrevista a qualquer tempo. Além disso, será enfatizado que nenhuma menção pessoal (nome) será realizada na investigação, garantindo-se total anonimato dos participantes.

- Risco mínimo de revelação da identidade, uma vez que todas as medidas de confidencialidade e anonimato serão adotadas por parte da equipe de pesquisa, tais como: não menção, em hipótese alguma, dos nomes dos participantes em qualquer documento gerado pelo projeto, com exceção do termo de consentimento livre e esclarecido que exige a assinatura dos participantes da pesquisa; todos os TCLE serão arquivados em local seguro e com acesso controlado nas dependências da UFJF (laboratório de pesquisa sob responsabilidade do pesquisador); os participantes não serão identificados (as) em nenhuma publicação que possa resultar.

Benefícios:

- Os participantes poderão reconhecer os avanços e desafios decorrentes do processo de turistificação da Praça Zumbi dos Palmares, abrindo a possibilidade para pensar estratégias para uma gestão cada vez mais democrática desse espaço público.

- Os participantes poderão reconhecer os vínculos identitários com o território, facilitando a manutenção das suas atividades desenvolvidas e dos modos de vida."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos previstos na resolução 466/12 do CNS e com a Norma

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município** JUIZ DE FORA
Telefone (32)2102-3788 **E-** cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.969.491

Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as disposições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as normas definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com o que prevê o Manual Operacional para CEPs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com a regulamentação definida na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecidos na Res. 466/12 CNS e Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, segundo este relator, aguardando a análise do Colegiado. Data prevista para o término da pesquisa: 30/04/2026.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma,

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N	CEP: 36.036-900
Bairro SAO PEDRO	
UF: MG Município JUIZ DE FORA	
Telefone (32)2102-3788	E- cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.969.491

comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2551899.pdf	11/11/2025 10:52:37		Aceito
Outros	Carta_de_pendencias_Projeto_angra.docx	11/11/2025 10:52:02	ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP_LEANDRO.docx	11/11/2025 10:50:36	ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS	Aceito
Outros	Lattes_Altair_Sancho_Pivoto.pdf	03/11/2025 10:10:30	ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	03/11/2025 09:36:28	ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS	Aceito
Outros	Curriculo_Leandro.pdf	18/09/2025 15:44:06	ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS	Aceito
Outros	Declaracao.pdf	17/09/2025 11:03:59	ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS	Aceito
Declaração de concordância	Declaraca_Concordancia_Secretaria_Cultura.pdf	17/09/2025 11:02:18	ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Leandro.docx	05/05/2025 10:51:46	ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS	Aceito
Outros	Roteiros_Entrevistas.docx	05/05/2025 10:49:14	ALTAIR SANCHO PIVOTO DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município** JUIZ DE FORA
Telefone (32)2102-3788 **E-** cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.969.491

Não

JUIZ DE FORA, 11 de Novembro de 2025

Assinado por:
LILIAN ALFAIA MONTEIRO
(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município** JUIZ DE FORA
Telefone (32)2102-3788 **E-** cep.propp@ufjf.br

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **“Espaços Públicos e Turistificação: o caso da Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis (RJ)”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é “reconhecer as mudanças promovidas pelo projeto de construção da Praça Zumbi dos Palmares modificou os usos e formas de apropriação social (i)materiais desse espaço.”. Nesta pesquisa pretendemos **“tentar compreender as implicações socioespaciais e alterações nos processos de apropriação social decorrentes da turistificação na Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis (RJ)”**.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: **entrevistas para entender sua visão e conhecimentos sobre as transformações (i)materiais promovidas pelo projeto da Praça Zumbi dos Palmares, os usos históricos e contemporâneos desse espaço e como você enxerga as perspectivas referentes ao uso desse espaço pelos diferentes grupos sociais envolvidos**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **constrangimento e revelação da identidade**. Esta pesquisa possui riscos mínimos, como possível constrangimento em relação a perguntas sobre idade e situações conflituosas envolvendo as atividades desempenhadas na Praça Zumbi dos Palmares. Em caso de constrangimento nesses casos, o pesquisador informará ao entrevistado que este poderá encerrar a entrevista a qualquer tempo. Além disso, será enfatizado que nenhuma menção pessoal (nome) será realizada na investigação, garantindo-se total anonimato dos participantes. Risco mínimo de revelação da identidade, uma vez que todas as medidas de confidencialidade e anonimato serão adotadas por parte da equipe de pesquisa, tais como: não menção, em hipótese alguma, dos nomes dos participantes em qualquer documento gerado pelo projeto, com exceção do termo de consentimento livre e esclarecido que exige a assinatura dos participantes da pesquisa; todos os TCLE serão arquivados em local seguro e com acesso controlado nas dependências da UFJF (laboratório de pesquisa sob responsabilidade do pesquisador); os participantes não serão identificados (as) em nenhuma publicação que possa resultar. A pesquisa pode ajudar a melhor compreender a dinâmica socioespacial de um dos importantes espaços intra urbanos de Angra dos Reis, estabelecendo um olhar profundo ao cotidiano da cidade.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do

Brasil. **Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufff.br



informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Angra dos Reis, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do pesquisador responsável: Altair Sancho Pivoto dos Santos (Orientador)

Equipe de pesquisa: Leandro da Silva Cruz

Campus Universitário da UFJF

Faculdade/Departamento/Instituto: INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH/
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

CEP: 36036 – 900

Fone: (32) 999320176 / (24) 992702882

E – mail: altair.sancho@ufjf.br / leandro.silva.cruz09@gmail.com

Rubrica do Participante de
pesquisa ou
responsável: _____
Rubrica do pesquisador: _____

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do

Brasil. **Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.br